Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – Propad

Suélen Matozo Franco

No reinado de Momo, quem governa Olinda? Governo, corpos e tecnologias políticas na organização do Carnaval de Olinda

Recife, 2017

Suélen Matozo Franco

No reinado de Momo, quem governa Olinda? Governo, corpos e tecnologias políticas na organização do Carnaval de Olinda

Orientador: Prof. André Luiz Maranhão de Souza Leão, Dr.

Tese apresentada como requisito complementar para o grau de Doutor em Administração, área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 2017

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

F825n Franco, Suélen Matozo
No reinado de momo, quem governa Olinda? Governo, corpos e tecnologias políticas na organização do carnaval de Olinda / Suélen Matozo Franco. - 2017.
163 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Maranhão de Souza Leão.
Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.
Inclui referências.

1. Carnaval de Olinda. 2. Poder. 3. Governo. I. Leão, André Luiz Maranhão de Souza (Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2017 – 266)

SUÉLEN MATOZO FRANCO

NO REINADO DE MOMO, QUEM GOVERNA OLINDA?
Governo, corpos e tecnologias políticas
na organização do Carnaval de Olinda

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco – Propad/UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Administração

Aprovada em: 13/03/2017

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. André Luiz Maranhão de Souza Leão (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Jackeline Amantino de Andrade (Examinadora interna)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof. Dr. Alexandre de Paiva Carrieri (Examinador externo)

Universidade Federal de Minas Gerais

_____

Profa. Dra. Flávia Zimmerle da Nóbrega Costa (Examinadora externa)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profa. Dra. Karla Regina Macena Pereira Patriota Bronzstein (Examinadora externa)

Universidade Federal de Pernambuco

A Regina Maria Matozo Franco e
Lincoln Amorim Franco (*in memoriam*)

Agradecimentos

A Deus, pela oportunidade e por me guiar nesse percurso.

A minha mãe, Regina, a quem devo o privilégio de estar aqui, pelo apoio incondicional (sempre!).

Ao meu companheiro, Bruno, pela parceria de todas as horas.

Ao meu orientador, professor André Leão, pela paciência, generosidade e dedicação.

Ao meu irmão, George, pelo incentivo e pela torcida.

Aos servidores da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, pelo acolhimento durante os meses de coleta de dados e por toda a presteza no fornecimento e manuseio do acervo.

À banca examinadora, pelas contribuições valiosas.

Ao corpo docente e aos funcionários do Propad, pela dedicação e disponibilidade.

À Facepe, pelo apoio financeiro que me possibilitou a necessária dedicação ao doutorado.

Aos colegas de grupo de pesquisa e a todos com quem dividi esse percurso.

À família e aos amigos, pela torcida, pelas orações e pela compreensão com a minha ausência.

A todos que de alguma maneira torceram ou mandaram boas energias.

Resumo

O Carnaval de Olinda, embora guarde inúmeras semelhanças com o Carnaval da vizinha Recife, tem como principal característica a participação dos próprios brincantes, tanto na fruição quanto na organização. Com o passar dos anos, esse Carnaval vem assumindo novos contornos, na medida em que se insere na tendência de conversão dos folguedos populares em megaeventos. Partimos da obra foucaultiana, notadamente em seu ciclo de poder, para analisar um fenômeno que é essencialmente organizacional, o folguedo popular, levando-se em consideração a complexidade que esse fenômeno adquire à medida que as relações entre sociedade, mercado e Poder Público que o perpassam assumem novos contornos. Para tanto, analisamos a cobertura jornalística de dois jornais sobre quatro carnavais olindenses que distam dez anos entre si, que foi submetida à Análise de Discurso Foucaultiana. Nossos achados revelaram a constituição de cinco formações discursivas: a primeira remete à tradição como um regime de verdade que legitima práticas de folia e organizacionais; a segunda aborda a relação entre a liberdade e a vigilância na manutenção da segurança; a terceira diz respeito à eficiência do governo, que pressupõe a autonomia da sociedade; a quarta envolve a relação entre governo e mercado; e a quinta remete à generalização do mercado tornando-se a orientação do fazer carnavalesco. O resultado aponta para um folguedo popular que se alinha à tendência dos grandes eventos, inserindo a tradição no regime de verdade do mercado, convertendo-a num objeto de troca.

Palavras-chave: Carnaval de Olinda. Poder. Governo. Tecnologias políticas. Análise de Discurso Foucaultiana

Abstract

Although it has numerous similarities with the Carnival of the neighboring Recife, the Carnival of Olinda has as main characteristic a participation of the own players, both in fruition and in the organization. Over the years, this Carnival has taken on new contours, as it is part of the trend of converting popular rollicks into mega-events. We start from Foucault's work, especially in its cycle of power, to analyze a phenomenon that is essentially organizational, popular rollick, taking into account a complexity that this phenomenon acquires the measure that the relations between society, market and public power that assumes new contours. To do so, to analyze a journalistic coverage of two newspapers on four carnivals that define ten years among themselves and that have undergone the Foucauldian Analysis of Discourse. Our findings revealed a constitution of five discursive formations: a first refers to tradition as a regime of truth that legitimates foliate and organizational practices; The second concerns a relationship between freedom and vigilance in maintaining security; The third concerns the efficiency of government, which presupposes an autonomy of society; A fourth involves a relationship between government and market; And a fifth refers to the generalization of the market becoming an orientation of the carnival. The result points to a popular rollick that aligns itself in the tendency of the great events, inserting a tradition in the regime of truth of the market, becoming an object of exchange.

Keywords: Olinda Carnival. Power. Government. Political technologies. Foucaultian Analysis of Discourse

Lista de quadros

Quadro 1 (5) – Enunciados 65

Quadro 2 (5) – Funções enunciativas 77

Quadro 3 (5) – Critérios de regras 81

Quadro 4 (5) – Regras de formação discursiva 84

Quadro 5 (5) – Eixos de reflexão das formações discursivas 87

Quadro 6 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 01 89

Quadro 7 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 02 102

Quadro 8 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 03 112

Quadro 9 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 04 120

Quadro 10 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 05 133

Lista de figuras

Figura 1 (5) – Mapa geral das formações discursivas 63

Figura 2 (5) – Tradição como base de governo: mapa de relações 91

Figura 3 (5) – Segurança da liberdade vigiada: mapa de relações 104

Figura 4 (5) – Menos governo e mais autonomia: mapa de relações 114

Figura 5 (5) – Governo orientado pelo mercado: mapa de relações 122

Figura 6 (5) – Generalização do mercado no fazer carnavalesco: mapa de relações 135

Lista de siglas

ADF – Análise de Discurso Foucaultiana

Assoma – Associação Olindense de Músicos

Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente

Emetur – Empresa Metropolitana de Turismo

Empetur – Empresa de Turismo de Pernambuco

PMO – Prefeitura Municipal de Olinda

Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Sumário

1 INTRODUÇÃO 11
2 O TRÍDUO DE MOMO: PODER E PARTICIPAÇÃO 20
2.1 Das origens e significações 20
2.2 Do entrudo à *performance*: o Carnaval pernambucano 23
2.3 O "Carnaval participação" de Olinda 27
3 O PENSAMENTO FOUCAULTIANO COMO HORIZONTE DE REFLEXÃO 36
3.1 O pensamento foucaultiano nos estudos organizacionais 37
3.2 Poder e governo no pensamento foucaultiano 43
3.2.1 *O poder e as tecnologias políticas do corpo* 43
3.2.2 *O governo e os regimes de verdade* 52
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 56
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS 62
5.1 Elementos constitutivos das formações discursivas 62
5.1.1 *Enunciados* 65
5.1.2 *Funções enunciativas* 77
5.1.3 *Regras de formação* 81
5.2 As formações discursivas 87
5.2.1 *Tradição como base de governo* 88
5.2.2 *Segurança da liberdade vigiada* 101
5.2.3 *Menos governo e mais autonomia* 112
5.2.4 *Governo orientado pelo mercado* 118
5.2.5 *Generalização do mercado no fazer carnavalesco* 132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 143
6.1 No reinado de Momo, quem governa Olinda? 143
6.2 "Restos de Carnaval" 152
REFERÊNCIAS 156

1 INTRODUÇÃO

O município de Olinda, em Pernambuco, separado por um istmo da capital do Estado, é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela Unesco em 1982, e primeira Capital Brasileira da Cultura, título concedido no ano de 2005 pela organização não governamental Capital Brasileira da Cultura (OLINDA, 2016). Dentre os pontos mais notáveis da sua cultura está o seu Carnaval, um dos mais famosos do Brasil (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). Tamanha é sua importância para o município, que o festejo é regido pela Lei nº 5.306/01, a Lei do Carnaval, bem como pelo Plano Municipal de Cultura. Ambos os instrumentos, apesar de elaborados no âmbito da Administração Pública, enfatizam a participação popular como uma importante premissa.

O Carnaval de Olinda, assim como na capital do Estado, Recife, nasce dos jogos de mela-mela, o "entrudo civilizado" (ARAÚJO, 1997). Em Olinda, o festejo inseriu-se num ciclo de celebrações tanto profanas quanto religiosas que reforçavam laços afetivos e identitários das famílias locais com a cidade (NASCIMENTO, 2009). Harchambois e Pontual (2007), ressaltam como um aspecto fundamental ao brilho do Carnaval olindense a brincadeira espontânea e desordenada, desprovida de passarelas e comissões julgadoras, fruto da organização pelos próprios moradores do Sítio Histórico do município, região que abrigava muitos artistas e profissionais da hoje conhecida como "economia criativa". Isso não significa que o festejo não possuísse vínculo com instituições, como a Prefeitura Municipal e a Polícia Militar, mas o caráter participativo das decisões moldou a feição desse festejo em Olinda, participação esta que permanece no discurso da Administração Pública Municipal até os dias atuais.

A proximidade geográfica da capital Recife, bem como o caráter espontâneo do festejo fez com que, aos poucos, seu brilho superasse o da cidade vizinha (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). De acordo com Ataíde (1992), a criação do Complexo Rodoviário de Salgadinho, da Estrada dos Bultrins e das Vias Estruturais, a locomoção entre Recife e Olinda tornou-se mais fácil, um dos aspectos fundamentais à grandeza do Carnaval de Olinda.

Hoje, Olinda possui um Carnaval que atrai mais de um milhão de foliões por dia (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). Apesar de ser organizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, esta ainda reconhece a participação popular como uma de suas diretrizes para a tomada de decisão acerca do festejo, conforme estabelece na Lei do Carnaval.

No Brasil, o Carnaval possui uma longa história de cooptação do festejo pelos interesses de elites políticas e econômicas. No Estado de Pernambuco, esse processo cresce à medida que se consolida a República brasileira, e seus processos de institucionalização tem diversos marcos, como a realização do Primeiro Congresso Carnavalesco, em 15 de novembro de 1910 (a escolha da data não foi mera coincidência); a Federação Carnavalesca Pernambucana, em janeiro de 1935, primeira estrutura centralizada a organizar o festejo; a instituição de uma Comissão Organizadora do Carnaval, em 14 de dezembro de 1964, que buscava, sobretudo, alinhar o festejo à lógica vigente do governo militar e do sistema capitalista (VIDAL; ANDRADE, 2009). Esse processo, de acordo com os autores, revela uma pluralidade de objetivos, que passam pela demarcação de espaços públicos e privados, reafirmação de traços identitários e alinhamento a um projeto ideológico do Estado, que vai se modificando ao longo dos anos e das sucessivas gestões públicas federal e estadual.

Soihet (1999) ressalta a complexidade do Carnaval enquanto fenômeno, na medida em que constitui uma forma de expressão rica em significados que permitem descortinar atitudes, valores e comportamentos de diversos grupos sociais, evidenciando a dialética dominação/resistência e permitindo que tais significados, muitas vezes inacessíveis por outros

caminhos, sejam alcançados; ressalta, no entanto, que por muitos anos, os esforços em interpretar esse fenômeno eram circunscritos aos folcloristas, antropólogos e sociólogos. Para Araújo (2006), cada Carnaval constitui-se num momento único e identificado à sua realidade socioeconômica, política, cultural, etc. imediata, sendo os aspectos de maiores relevâncias no cotidiano férteis em representações e temas para os festejos.

Com efeito, o Carnaval, pela sua delimitação espaciotemporal, permite apreender dimensões as mais amplas da vida em sociedade, na medida em que envolve instituições, práticas culturais, corpos, a relação público-privado, sendo um objeto fértil de investigação de relações de poder e práticas organizacionais. A magnitude que o festejo tem atingido nas últimas décadas, movimentando uma verdadeira indústria do entretenimento, enseja diversas oportunidades de investigação sob prismas diversos. De acordo com Hollanda (2013), esse festejo não só possibilita investigar a relação Estado-mercado-sociedade, como também mídia, poder público, turismo, cultura, política, dentre outros aspectos. Miguez (2012) alerta que o modelo empresarial que tomou o Carnaval nas últimas décadas requer políticas específicas que possibilitem compreender a complexidade do festejo, que envolve uma miríade de agentes; evitar que a dimensão econômico-mercantil venha a suplantar a simbólico-cultural; e que os grandes oligopólios do entretenimento não excluam nem fragilizem ainda mais as pequenas agremiações, possibilitando uma repartição mais justa dos resultados econômicos. A indústria do turismo, por sua vez, é apontada por Carvalho e Madeiro (2005) como um impulsionador dos investimentos do Poder Público nos folguedos populares.

Araújo (1996) ressalva que, embora o Estado e a Igreja não fossem protagonistas ou idealizadora dos festejos carnavalescos, a dimensão do poder nunca foi suprimida durante esse período. Seja no intuito de conter a ameaça do Carnaval de rua, seja na tentativa de fortalecer traços identitários desejáveis à construção de uma unidade regional/nacional, seja na resistência às tentativas de moldar o festejo aos interesses de grupos políticos dominantes, a dimensão do

poder está invariavelmente ligada às transformações do Carnaval ao longo dos séculos, sobretudo nas últimas décadas, quando a pluralidade de agentes e interesses complexifica-o enquanto fenômeno passível de observação e investigação. Não há como não observar as tentativas de classificar, compartimentar, disciplinar os corpos no espaço público, ou mesmo no dualismo público-privado.

A investigação do poder é uma das discussões basilares das ciências sociais, sobretudo a Ciência Política, na medida em que ele é inerente a todos os agrupamentos humanos, que, ao surgirem, já delineiam mecanismos de hierarquias, dominações, autoridades, apropriações de forças e de riquezas, desenvolvidos pelos indivíduos para incidir sobre eles próprios (PEDROSO, 2014). Nesse campo extremamente fecundo, destacamos uma importante contribuição, oriunda da filosofia: a analítica do poder empreendida por Michel Foucault. Em meados dos anos 1970, sua obra realiza uma ruptura com a concepção estável de poder, para investigá-lo enquanto relação de forças que emergem num determinado momento histórico (DREYFUS; RABINOW, 2011). Dessa forma, abandona uma noção de poder como princípio fundamental em prol de um modelo dinâmico e, numa herança nietzschiana, propõe-se a esmiuçar a complexa e dinâmica trama que o saber e o poder compõem (REVEL, 2005). Tem-se, com isso, uma analítica de poder cujos aspectos centrais são poder, saber e corpo, em suas inter-relações (DREYFUS; RABINOW, 2011).

É na minuciosa análise realizada nesse sentido que Michel Foucault investiga a emergência de uma nova racionalidade, a economia política, e suas configurações de poder (REVEL, 2005). Ao se dedicar ao governo não enquanto aparato estatal, mas enquanto prática de conduzir a conduta (FOUCAULT, 1997; 2011; 2014b), ele traça uma linha de investigação que perpassa formas de legitimação desse poder, tecnologias políticas que incidem sobre os corpos, maximização de riqueza e sua relação com a população e a segurança.

Nesse contexto, ele reconhece a emergência da sociedade disciplinar, um modelo de sociedade baseado na vigilância, na classificação e no enclausuramento dos corpos, tendo como modelo um projeto arquitetônico chamado *panóptico*, que, como o próprio nome sugere, possibilitaria a visibilidade total dos enclausurados, sem que estes pudessem observar seu vigilante (FOUCAULT, 1987). Além da docilização e maximização da força produtiva, os aspectos populacionais relativos à espécie humana são objeto de observação: quando a preocupação com os corpos (anátomo-política) une-se à atenção às populações, sua regulação e o estudo de seus indicadores (biopolítica da população), nasce o biopoder, cujas tecnologias vivem até o presente (DREYFUS; RABINOW, 2011), embora tenham assumido novos aparatos.

Em seus cursos *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica*, Foucault dedica-se ao estudo do governo e suas relações com a população e as riquezas de um Estado. A economia política desponta, então, como o corpo de conhecimento pelo qual os Estados articulam população e riqueza por meio dos eixos da produção, da circulação e do consumo (FOUCAULT, 2008b). Já em *Nascimento da biopolítica*, a discussão insere-se na racionalidade liberal, onde o mercado desponta como um lugar de formação de verdade, que legitima práticas do Estado; nesse contexto, surge o *homo œconomicus*, o sujeito de interesse, aquele para o qual a racionalidade econômica perpassa as mais diversas dimensões do cotidiano (FOUCAULT, 2008a).

A influência do pensamento foucaultiano nos estudos organizacionais cresce a partir da década de 1980, seja pela influência do pensamento pós-modernista nas ciências sociais (MCKINLAY; STARKEN, 1997), seja pela profusão de traduções de sua obra para o inglês e a consolidação dos estudos foucaultianos (VÄLIKANGAS E SEECK, 2011). Por outro lado, admite-se que a repercussão de *Vigiar e punir* foi superdimensionada no campo dos estudos organizacionais (KNIGHTS, 2008; DIXON, 2007), sobretudo por uma apropriação seletiva de seus conceitos (KNIGHTS, 2008). De fato, a contribuição do pensamento foucaultiano pode ser bem

mais ampla que a transposição do fenômeno do panóptico para os mecanismos de controle no interior das organizações formais. A própria noção de organização pode ser pensada à luz da obra de Foucault sob uma perspectiva mais ampla que aquela circunscrita às organizações formais. Para Knights (2008), o pensamento foucaultiano aborda amplamente o modo como a vida é organizada, propiciando uma análise organizacional que enfoque princípios e processos onde quer que eles ocorram, tendo em vista que, qualquer que seja a atividade organizacional, envolverá saber, poder e subjetividade, importantes dimensões de análise da obra do filósofo.

Nesse sentido, partimos da obra foucaultiana, notadamente em seu ciclo de poder, para analisar um fenômeno que é essencialmente organizacional, o folguedo popular, levando-se em consideração a complexidade que esse fenômeno adquire à medida que as relações entre sociedade, mercado e Poder Público que o perpassam assumem novos contornos. Nesse sentido, tendo em vista que as relações de poder e a verdade são fruto de articulações históricas (CANDIOTTO, 2006), tal análise levou em consideração quatro carnavais que distam entre si 10 anos, no intuito de observar as mudanças que se processam nessas relações ao longo das décadas.

De acordo com Araújo (1996), as transformações que se processam nos mais diversos planos da vida em sociedade são absorvidas e reveladas nos festejos carnavalescos, sendo, por isso, considerado o Carnaval "a maior festa urbana, pública e popular do Brasil" (p. 211). Por entender o Carnaval de Olinda, cuja participação popular legitimada por documentos oficiais expõe inúmeras tensões de grupos de interesses, como um fenômeno organizativo revelador de relações de poder de grande complexidade, mas delimitadas espaciotemporalmente, entendemos como um objeto fértil de investigação relações de poder e governo, do seu caráter organizacional e dos interesses que configuram essa tensão.

Nesse intuito, lançamos a seguinte questão: **Como as relações de poder permeiam a organização do Carnaval de Olinda?** De acordo o que discutimos, o poder será abordado à

luz do pensamento foucaultiano, o que implica um caráter microfísico e relacional. Também em consonância com essa base teórica, compreendemos as relações de poder como algo que não se circunscreve às instituições, mas que as perpassa. Com isso, assumindo o Carnaval como um fenômeno organizacional, buscamos investigar como o poder emerge das mais diversas relações entre os agentes envolvidos no festejo, tais como agremiações, moradores locais, entes da Administração Pública, empresários, artistas, brincantes, dentre outros.

Por essa razão e pela estreita interface entre as mudanças sociais processadas ao longo das décadas no Carnaval olindense, e por ser o Carnaval um festejo repositório das mais diversas práticas sociais que se estabilizam e degeneram ao longo das décadas, com suas respectivas relações de poder, realizaremos a investigação do Carnaval olindense, tendo como ponto de partida no contemporâneo o Carnaval de 2016. Embora não se trate exatamente de um Carnaval desinstitucionalizado (a Lei municipal nº 5.306/2001, ou "Lei do Carnaval", é uma prova concreta disso), a participação popular e a busca pela manutenção das tradições é um aspecto evocado e reivindicado fortemente até o presente por brincantes e organizadores de agremiações.

O presente estudo justifica-se primeiramente por pretender-se uma contribuição ao crescente interesse que o campo dos estudos organizacionais tem demonstrado pelos Carnavais do Brasil (*vide* HOLLANDA, 2013), abordando um carnaval considerado um dos maiores do País, alvo de uma grande visibilidade midiática, mas ainda incipiente no que concerne à produção acadêmica, sobretudo neste campo. O estudo de um carnaval, por sua vez, remete, quase que inevitavelmente, à questão do poder, já que as festas populares, desde um passado remoto, são apropriadas para os objetivos de grupos dominantes — como a Igreja e o Estado —, tendo muitas vezes sua dimensão simbólica e suas manifestações culturais moldadas em função desses objetivos (ARAÚJO, 1997; BARBERO, 2009; ORTIZ, 1994; VIDAL; ANDRADE, 2009). Dessa

forma, compreender tais manifestações culturais remete à observância das relações de poder subjacentes.

Sob essa perspectiva, o objeto estudado também justifica-se por ser um Carnaval que reivindica sua identidade precisamente no uso irrestrito do espaço público e na participação popular, o que aponta para uma configuração organizacional cuja singularidade reside justamente numa questão de poder. Como já discutimos, a questão do poder é alvo de interesse em diversas áreas das ciências sociais, inclusive nos estudos organizacionais, à qual a concepção de poder foucaultiana tem trazido contribuições substantivas nas últimas décadas.

Nesse sentido, a relevância — a intenção de sua originalidade — deste estudo deve-se, sobretudo, à utilização da abordagem foucaultiana de poder para o entendimento de um fenômeno ao qual o poder é inerente, mas que requer uma abordagem que compreenda seu caráter difuso e multidimensional, na medida em que as relações de poder que envolvem a concepção do Carnaval de Olinda não se circunscrevem a esta ou àquela instituição, tampouco são fixas. Também fundamenta-se no recorte temporal do fenômeno, o que remete à historicidade dessas relações que a analítica foucaultiana busca resgatar, bem como evoca as rupturas ocorridas ao longo das décadas estudadas.

Do ponto de vista social, investigar a organização do Carnaval olindense tendo como eixo as relações de poder pode revelar como nesse processo grupos são privilegiados em detrimentos de outros, vozes são suprimidas e manifestações culturais são esvaziadas de seus significados ao serem apropriadas por determinados agentes. Por outro lado, lança um olhar sobre o quanto da vida operativa do município dá-se em função do festejo ou molda-se a ele em determinados períodos do ano, bem como à relação entre a identidade da cidade e seu intenso calendário festivo (que, como veremos, prolonga-se cada vez mais).

A presente tese é estruturada na seguinte sequência de discussões: empírico-conceitual, teórica e metodológica, sendo estes últimos eixos, em virtude da abordagem adotada,

imbricados. Iniciaremos a discussão pelo nosso objeto de investigação, o Carnaval: significados, seu histórico no Estado de Pernambuco e, sobretudo, no município de Olinda, bem como as instituições e relações de poder envolvidas na organização do festejo. Em seguida, trazemos os principais aspectos da obra foucaultiana que orientaram esse estudo, bem como a descrição dos procedimentos metodológicos, antecedidos de uma breve discussão do método no pensamento foucaultiano. Por fim, apresentaremos os resultados sob duas perspectivas: descrição detalhada de como os achados advêm das categorias analíticas e discussão desses achados à luz do aporte teórico adotado.

2 O TRÍDUO DE MOMO: PODER E PARTICIPAÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos o Carnaval de Olinda, objeto de estudo da presente investigação. Para tanto, faz-se necessário introduzir alguns aspectos do festejo carnavalesco. Dessa forma, trazemos primeiro uma breve discussão acerca das origens e dos significados atribuídos ao Carnaval ao longo dos séculos, bem como a dificuldade de definir precisamente uma origem (daí "origens", no plural). Em seguida, discutimos a história do festejo no Brasil e no Estado de Pernambuco, buscando evidenciar a complexidade das relações de poder e a pluralidade de agentes envolvidos nessa organização. Por fim, evidenciamos ao longo da história as singularidades do Carnaval olindense.

2.1 Das origens e significações

O Carnaval é reconhecidamente uma das festas públicas mais antigas no mundo. Nos moldes como o conhecemos, tem suas origens geralmente associadas aos ritos ancestrais, caracterizados pelo erotismo exacerbado, pelos excessos alimentares, alcoólicos, musicais, mesclando elementos lúdicos e religiosos (FREYRE; SOUTO MAIOR, 1974). Diversas são as tentativas de localizar, no tempo e no espaço, uma origem e um sentido unívoco aos festejos. Talvez essa falta de univocidade seja que faz do Carnaval um festejo com raízes tão antigas. Bakhtin (1987) atribui sua longevidade à capacidade do festejo carnavalesco de englobar elementos das festas populares cujo enfraquecimento ele mesmo provocou, incorporando esses elementos ao seu folguedo; dessa forma, a relação com um "tempo alegre" seria o elemento comum aos festejos que se aglutinam sob as características carnavalescas.

Sebe (1966) aponta duas correntes de reflexão acerca da posição do Carnaval no calendário das sociedades: os continuístas e os circunstancialistas. Os primeiros defendem a crença de uma conexão entre o homem e a natureza e, tendo esta ciclos bem definidos, tais como a sucessão de dias e noites, estações do ano, fertilidade e repouso, os homens também teriam seus ciclos de celebração, de nascimento e morte, saúde e dor. O Carnaval seria um festejo à vida, e exaltaria o prazer e a beleza, sendo o prazer atribuído ao homem e a beleza à mulher, materializados na figura do rei bonachão e da rainha bela. Já os circunstancialistas enxergam o festejo inserido num sistema sociopolítico, sendo um desafogo consentido pelos articuladores desse sistema, não havendo, portanto, ligação entre o Carnaval e o ritmo da natureza, sendo este um festejo renovável sob a orientação de princípios artificiais.

Tal como a origem do festejo, seu nome também tem uma etimologia controversa. Oriunda da expressão *carrus navalis* (carro naval), dizia respeito a um carro em formato de tonel que servia vinho ao povo nas saturnais romanas (SEBE, 1996) ou a carros alegóricos em formato de barco que serviam de divertimento ao povo no período que antecedia a primavera (LÓSSIO; PEREIRA, 2008). Outra hipótese diz respeito ao período de preparação para a quaresma, no qual a sociedade deveria se entregar ao prazer excessivo como uma espécie de despedida desses prazeres carnais; assim, carnaval adviria de *karniliveri*, *karnolevari*, *carnelevamen*, que significa "adeus à carne!" — esta última versão mais amplamente aceita em virtude do triunfo do cristianismo (SEBE, 1966). Há inclusive uma concepção de que o Carnaval só teria nascido no século XI, quando a Igreja Católica estabeleceu uma data fixa da quaresma (NÓBREGA, 2012).

Bakhtin (1987) ressalta o caráter ambivalente do espírito do Carnaval: uma relação entre destronamento e renovação, morte e renascimento, "um mundo que agoniza e renasce" (p. 189). Para o autor, a definição do Carnaval envolve manifestações heterogêneas, inclusive no tempo, guardando, porém, ritos próprios. Outro aspecto ressaltado por Bakhtin (1987) é o caráter de

efetivamente popular, sendo uma festa pública, que independia do Estado e da Igreja, embora essas instituições o tolerassem. No entanto, na visão de Luiz da Câmara Cascudo, só existe Carnaval após o estabelecimento de uma data fixa para a Quaresma, ocorrida no século XI, uma concepção que enfoca sua localização temporal, em vez de as características do festejo popular (NÓBREGA, 2012). O historiador espanhol Julio Caro Baroja, que tal como Bakhtin considera o Carnaval a mais importante das festas populares, também o vincula ao cristianismo, descartando a origem pagã e a ideia de que haja uma motivação única para o festejo: ele teria surgido na Idade Média europeia como um período de permissividade anterior à austeridade da Quaresma, embora a inexistência de uma origem pagã não implique a negação de elementos festivos de origem pagã incorporados ao festejo (Soihet, 1999).

Para DaMatta (1987), as ocasiões extraordinárias, em que a vida operativa é substituída pelos ritos e festejos, é inerente a todas as sociedades, que alternam periodicamente ordem e ritos. Muitos desses momentos extraordinários de caráter popular apresentavam elementos comuns em várias civilizações, tais como máscaras e fantasias, excessos alcoólicos, consumo de alimentos gordurosos, o que provavelmente fez com que muitos deles fossem interpretados e nomeados como um fenômeno único, ainda que essas tradições tenham-se fortalecido com o surgimento da Quaresma, cujo longo período de abstinência incentivava as pessoas a despedirem-se festivamente e com excessos dos prazeres da carne (GADINI, CAMARGO, 2011). Freyre e Souto Maior (1974) relatam a existência de festejos pagãos dispersos na história com características similares ao Carnaval, no entanto reconhecem a força do calendário litúrgico da Igreja Católica e a propagação do cristianismo como origem do festejo, ao estabelecer a "terça-feira gorda" como uma preparação para a supressão de carne na Quaresma: inicialmente autorizando bailes, alegorias, máscaras e até arremesso de ovos, a Igreja posteriormente proibiu em virtude dos excessos, o que conteve temporariamente o brilho do festejo até que, com o

advento da Era Napoleônica, ele se espalhou pelo mundo. O fato é que os Carnavais modernos se mantiveram vinculados ao calendário cristão (ARAÚJO, 1996).

Outro aspecto inerente aos festejos carnavalescos é a tensão entre o público e o privado, que permeia a história dos festejos carnavalescos desde suas raízes europeias. Segundo Sebe (1966), "desde sempre o Carnaval manteve a ideia de espaços como fundamental: os salões para a elite; a rua para o grande público, pobre". Como veremos mais adiante, essa tensão será a tônica de muitos debates acerca do Carnaval brasileiro, perdurando até os dias atuais.

2.2 Do entrudo à performance: o Carnaval pernambucano

O Carnaval chega ao Brasil com a colonização, sendo sua primeira manifestação o entrudo (FREYRE; SOUTO MAIOR, 1974; SEBE, 1966; ARAÚJO, 1996; LÓSSIO; PEREIRA, 2008). Nesse período, compreendido entre os três dias que antecedem a Quaresma, distinções de ordens racial, social, econômica e etária eram ignoradas, num festejo realizado no espaço público e caracterizado pelo arremesso de água, farinha, ovos, entre outras substâncias, nos transeuntes (FREYRE; SOUTO MAIOR, 1974). Os jogos de entrudo chegaram com a colonização lusitana, mas tiveram vida curta em terras tupiniquins, declinando no século XIX — tanto que o historiador Luís da Câmara Cascudo chegou a afirmar que "Nós não tivemos Carnaval", numa alusão à dominação da festa do povo pelos interesses da elite, minando a essência do que acreditava ser o verdadeiro Carnaval, uma festa do povo, tendo, portanto, no entrudo sua manifestação mais autêntica (NÓBREGA, 2012).

Já no século XVII havia tentativas de conter sua agressividade por meio de determinações de Estado (ARAÚJO, 1996), tendo sido abolido proibido no século XIX — Sebe (1966) considera a portaria que proíbe a prática no Rio de Janeiro, em 1953, a "certidão de nascimento" do Carnaval brasileiro. No entanto, a história do entrudo é marcada por sucessivas proibições e flexibilizações ao longo dos séculos (FREYRE; SOUTO MAIOR, 1974). A moda dos

bailes realizados nos salões venezianos não tardou a chegar ao Brasil, resultando em esforços na tentativa da burguesia brasileira de criar um Carnaval nos moldes da nobreza europeia (SEBE, 1966; ARAÚJO, 1996; LÓSSIO; PEREIRA, 2008). Câmara Cascudo atribui a decadência do entrudo ao poder das classes dominantes, sufocando um festejo genuinamente do povo (NÓBREGA, 2012).

A abolição da escravatura, em 1888, intensifica a participação popular no Carnaval de rua, resultando inclusive no surgimento de agremiações pedestres, mais modestas, formadas por trabalhadores oriundos de classes menos abastadas (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). Nesse contexto, as agremiações pedestres contrastam com o carnaval das alegorias e críticas, de feição burguesa, que demandava dos brincantes tanto um capital econômico quanto um capital cultural no entendimento de suas propostas (ARAÚJO, 1997).

Um dos aspectos que evidencia essa tensão entre o carnaval popular e o intuito de instauração de um modelo burguês é a dicotomia público-privado, que não se limita a uma demarcação de espaço meramente de ordem física, mas também social, simbólica, representando o espaço privado, o interior de clubes e agremiações, uma espécie de filtro que selecionava os brincantes, embora a rua fosse, por excelência, o espaço destinado ao festejo (ARAÚJO, 1996). Partindo da premissa de que as celebrações públicas são ocasiões em que a sociedade busca representar a si mesma, Araújo (1997) afirma que as elites tentaram substituir o entrudo pelos festejos inspirados nos salões europeus, destinando ao espaço público cortejos, com carros alegóricos ricamente adornados, nos quais as elites desfilavam, cabendo ao povo o papel de espectador. Nesse contexto, as agremiações pedestres, marcadas pela participação popular, são uma insurgência contra esse modelo excludente de Carnaval que, se num primeiro momento sofreu uma tentativa de sufocamento e "civilização", logo foram cooptadas por interesses políticos.

A Proclamação da República no Brasil repercute em alguns aspectos do Carnaval brasileiro. Quanto à localização cronológica do festejo, a vinculação ao calendário cristão permanece mesmo com o advento da República e a consequente laicização do Estado, ainda que essa manutenção se deva mais à ausência de interesses em romper essa continuidade do que à ligação entre os festejos carnavalescos e a simbologia cristã (ARAÚJO, 1996). A ruptura é, no entanto, o reconhecimento do festejo como importante recurso para a tão desejada construção de identidade nacional (VIDAL; ANDRADE, 2009). Trata-se de um mecanismo pelo qual o Estado se apropria das práticas populares, reinterpreta-as e apresenta o resultado desse processo como uma manifestação genuína da identidade nacional, sendo o Carnaval um exemplo emblemático desse processo (ORTIZ, 1994). Yúdice (2013) atribui esse processo à absorção do festejo por uma racionalidade econômica, inserindo-o no quadro epistêmico da sociedade disciplinar, de Michel Foucault — que discutiremos brevemente no próximo capítulo.

Esse movimento torna-se mais intenso na transição do século XIX para o XX, sobretudo com o advento do modernismo, quando a busca por uma identidade nacional e pela consagração de uma cultura autêntica resultou na tentativa de revestir o Carnaval brasileiro de uma "tradição", sendo este um conceito que aglutinaria elementos de origens diversas, nem sempre compatíveis, ou mesmo suficientemente antigos (QUEIROZ, 1992). O reconhecimento do festejo como importante recurso para a tão desejada construção de identidade nacional opera uma importante reconfiguração na gestão do festejo e em sua relação com o Estado (VIDAL; ANDRADE, 2009). Em termos foucaultianos, seria um processo de governamentalização do Carnaval, conduzido pelo Estado.

Em 1910, é realizado o Primeiro Congresso Carnavalesco, realizado em 15 de novembro como uma forma de associar a imagem da jovem República ao modelo de Carnaval que vislumbravam para representá-lo: burguês, reproduzindo o que havia de mais moderno e

civilizado (VIDAL; ANDRADE, 2009). De acordo com os autores, o fracasso desse congresso deu início a uma sequência de ações policiais, no intuito de inibir a violência, chegando mesmo a comprometer o brilho do festejo no ano de 1927 em virtude do excesso de vigilância.

O processo de institucionalização do festejo, contudo, tem como marco a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana (VIDAL; ANDRADE, 2009; ARAÚJO, 1996; HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007; SANTOS, 2011). Criada em 1934, tinha como principal objetivo evitar as frequentes e graves brigas entre integrantes de agremiações pedestres rivais (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007), que à época se enfrentavam de forma extremamente violenta (ATAÍDE, 1982), à maneira dos clubes de futebol no presente. A Federação justificava sua atuação na necessidade de garantir a ordem e harmonia no festejo, bem como prover as agremiações de recursos para realizarem seus desfiles, moldar o evento às tradições e organizar comissões para a realização da propaganda, ainda que fosse alvo de críticas pela composição estranha de suas equipes de trabalho, incluindo um estadunidense na presidência (SANTOS, 2011). A entidade encarregou-se de moldar o Carnaval ao projeto político do Estado getulista, alinhando-se aos grupos políticos no poder e obtendo paulatinamente sua simpatia, chegando a ser cooptada pelo Estado Novo, durante a gestão de Carlos de Lima Cavalcanti, quando o Carnaval tornava-se uma manifestação cultural de utilidade pública (VIDAL; ANDRADE, 2009).

A disciplina e a governabilidade são, sob a perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos, maneiras de internalizar o controle social, sendo a cultura um importante veículo nesse processo (YÚDICE, 2013). No caso do Carnaval, isso torna-se evidente à medida que a desaprovação de diversas agremiações por elites e autoridades começa a dar espaço à normatização ou mesmo o incentivo, quando as autoridades passam a reconhecer seu valor na criação de uma identidade, bem como do seu potencial de disciplinar o indivíduo. O declínio dos clubes de alegoria e crítica revela, segundo Araújo (1997), uma derrota do plano político-ideológico do Carnaval das máscaras e críticas. No entanto, a simultânea consagração do

carnaval de rua aponta para uma instrumentalização do folguedo popular, que se mostra como um recurso.

Nesse sentido, o Carnaval pernambucano vai-se moldando aos interesses dos diversos grupos dominantes, tanto no plano político quanto no econômico. Na década de 1950, a Lei nº 3.346 atribui a organização do Carnaval ao Departamento de Documentação e Cultura, no intuito de preservar as tradições, valendo-se de recursos dotados no orçamento para proporcionar segurança, iluminação, propaganda e até ajuda financeira às agremiações carnavalescas (VIDAL; ANDRADE, 2009; SANTOS, 2011). O golpe de 1964 resulta numa nova política cultural e novas diretrizes para a construção de uma identidade brasileira, cujas consequências são a criação da Comissão Organizadora do Carnaval, pela Lei nº 9.3555/64, vislumbrando um modelo de Carnaval espetáculo, seguida da Lei nº 10.537, que redirecionava a organização do evento para a Comissão Promotora do Carnaval, vinculada à Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur), consagrando a substituição da premissa da participação pela do espetáculo e inserindo o festejo numa economia (VIDAL; ANDRADE, 2009). Posteriormente, a atribuições da Emetur são transferidas para a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, numa tentativa de resgatar o Carnaval participação (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). Até o presente, o Carnaval de Pernambuco continua alvo de tensões entre interesses de grupos de poder e dos brincantes.

2.3 O “Carnaval participação” de Olinda

No município de Olinda, que dista menos de 7 km do Recife, o Carnaval de rua é herdeiro do entrudo, e suas primeiras expressões culturais coincidem com o surgimento das agremiações carnavalescas, no início do século XX (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). Olinda costuma ser dividida entre a Cidade Alta, que corresponde ao Sítio Histórico, e a Cidade Baixa, situada no nível do mar e considerada a parte mais moderna do município; embora haja

Carnaval por toda parte em Olinda, é a Cidade Alta o centro aglutinador, local onde o festejo ocorre com mais intensidade (LEAL, 2008). Embora guarde inúmeras semelhanças com o Carnaval da vizinha Recife, em Olinda considera-se a principal característica do festejo a participação dos próprios brincantes, tanto na fruição quanto na "organização" (ATAÍDE, 1982; HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007; LEAL, 2008). O destaque para o termo *organização* é em virtude da forte presença do improviso na preparação de brincadeiras, que permanece até os dias atuais, mesmo com os diversos processos de institucionalização.

Olinda experimenta um período de intenso desenvolvimento na transição do século XIX para o século XX, com a migração de famílias abastadas, seja como veranistas, seja como moradoras; esse processo, potencializando com a instalação da eletricidade e o consequente surgimento do bonde elétrico, insere no município uma vida social intensa, marcada pelos ciclos de grandes festejos, que eram marcados pelos eventos de fim de ano, como o *réveillon*, e tinham no Carnaval seu ápice (NASCIMENTO, 2009).

As primeiras agremiações surgem pela iniciativa de famílias moradoras ou veranistas do Sítio Histórico, e a tradição de organizar os desfiles costuma ser passada de geração em geração, daí a preocupação com uma "preservação de autenticidade" (ATAÍDE, 1982). O Carnaval tem toda uma economia que gravita em torno de sua celebração, mobilizando uma rede de participantes, que vai desde comerciantes de tecidos, bisnagas de água, lança-perfumes, até prestadores de serviços, como costureiras e bordadeiras (ARAÚJO, 1996). De acordo com Nascimento (2009), tanto as celebrações religiosas quanto as profanas guardam elementos identitários da vida olindense e do amor pela cidade; essas celebrações, apresentam, inclusive, semelhanças, que são associadas ao fato de as mesmas pessoas organizarem e ornamentarem ambos os festejos, o que ela exemplifica com o depoimento de um morador apontando a semelhança entre um cortejo carnavalesco e uma procissão, entre um estandarte e um andor.

O Sítio Histórico abriga uma gama de profissionais "carnavalescos", tais como artistas plásticos, artesãos, costureiras, figurinistas, decoradores, bem como os próprios dirigentes de agremiações, cujo envolvimento com os preparativos não dependia necessariamente de subvenções da municipalidade, mas da própria iniciativa deles, que muitas vezes vendiam ou penhoravam bens para realizar os desfiles (ATAÍDE, 1982). No entanto, como em todo o Carnaval brasileiro, a necessidade de normatizar, disciplinar ou até mesmo prover termina por mobilizar uma rede de agentes públicos e privados no entorno da organização do festejo. A violência decorrente da rivalidade entre agremiações, tais como Elefante x Pitombeira[1] e Vassourinhas x Lenhadores[2], ensejava ações mais incisivas do Poder Público, na figura dos inspetores de polícia, que também coibiam não só atos de violência, quanto as chamadas *marchas alusivas* (que provocavam as agremiações rivais) e as críticas aos representantes do poder (ATAÍDE, 1982).

Apesar do caráter supostamente participativo, algumas agremiações restringiam a participação dos brincantes. Essas restrições poderiam ser de diversas naturezas: a troça anárquica Cigarreiras era composta exclusivamente de homens travestidos e criticava a presença das mulheres como operárias em fábricas (ATAÍDE, 1982; HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). A Troça Carnavalesca Ceroula de Olinda também restringia a participação aos homens (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007).

Já para integrar o Bloco Anárquico Virgens de Bairro Novo, era necessário ser, como exigia a direção da agremiação, "Homem com H" (ATAÍDE, 1982): o bloco, caracterizado pelo

[1] Fundado em 1952, o Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda surgiu de uma brincadeira improvisada de jovens da Cidade Alta, que saíram às ruas com um elefante decorativo retirado de uma das casas por onde passaram. Seu hino é conhecido até o presente, muitas vezes chamado de "Hino de Olinda" graças aos versos elogiosos à cidade: "Olinda, quero cantar a ti esta canção". Sua então rival, a Pitombeira dos Quatro Cantos, surgiu em 1947, com jovens portando galhos da pitombeira. A "turma da Pitombeira", como eles se denominam no hino da agremiação, permanece em intensa atividade até o presente: os ensaios abertos, que começam em média seis meses antes do Carnaval, reúnem um enorme grupo de foliões e turistas.

[2] Fundados em 1907 e 1912, respectivamente, o Clube Carnavalesco Misto Lenhadores Olindenses e o Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas de Olinda estão entre as agremiações mais antigas de Olinda ainda em atividade. Ambos os clubes são homônimos de clubes recifenses.

desfile de homens vestidos de mulher, não via com bons olhos a participação de homossexuais. Aqui é válida uma pequena digressão: atribui-se a essa questão a dissidência ocorrida na década de 1990, quando surgem As Virgens de Olinda, desfilando uma semana antes do seu oponente: muitos participantes afirmam que o "De Verdade" se refere à orientação sexual dos brincantes, uma vez que o ato de se travestir, segundo eles, estava servindo de pretexto para que homossexuais invadissem a brincadeira[3]. Há, contudo, uma confusão no imaginário popular com relação ao "De Verdade", uma vez que muitos acreditam que esta expressão denote pioneirismo, acreditando serem as Virgens de Verdade o bloco que deu início à tradição. Ambos os blocos, que não desfilam na Cidade Alta, e sim próximo à Orla, diferem das agremiações do Sítio Histórico por haver comissão julgadora, palanques e premiações (LEAL, 2008).

Atribui-se à década de 1950, o início de um processo de profissionalização e municipalização do Carnaval de Olinda: a Câmara e a Prefeitura Municipal de Olinda passam a oferecer ajuda financeira às agremiações, declinando a prática de colaboração popular às entidades carnavalescas (ATAÍDE, 1982). Essa colaboração, contudo, não deixou de existir, permanecendo até os dias atuais, sob a forma de eventos para arrecadação de fundos (feijoadas, bingos), rifas, vendas de camisas e *souvenires*, etc. Para muitos blocos, as atuais dimensões do Carnaval demandam orquestras maiores, cordões mais organizados e, consequentemente, mais recursos financeiros.

A década de 1960 é marcada por dois impulsionadores importantes à projeção do Carnaval olindense: o crescimento dos meios de comunicação e o seu reconhecimento como formadores efetivos de opinião pública têm estreita relação com o brilhantismo desse Carnaval, tanto que a Prefeitura Municipal, ao inaugurar em 1968, sua Assessoria de Imprensa, mobilizou os esforços desse serviço para dar ao Carnaval uma repercussão nacional — essa assessoria passa a operar em tempo integral durante o período carnavalesco a partir de 1976 —; o outro

[3] Baseado em depoimentos de desfilantes regulares do bloco As Virgens de Verdade.

aspecto é a construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho, aproximando Olinda da vizinha Recife e atraindo um contingente de foliões cada vez maior (ATAÍDE, 1982).

A década de 1970 é marcada pela abolição das comissões julgadoras, das passarelas e dos palanques no Sítio Histórico, bem como um engajamento mais efetivo dos próprios moradores na organização do festejo (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007). O Sítio Histórico abriga uma população de artistas e diversos agentes envolvidos com o fazer carnavalesco, que transmitiam de geração a geração, por meio de história oral, o valor daquele evento para a identidade olindense (NASCIMENTO, 2009). Talvez por esse envolvimento entre Carnaval, religião e identidade do povo olindense e pela força dessa história oral, o Carnaval do município seja fortemente associado à participação popular até os dias atuais, mesmo com as demandas políticas, econômicas e mercadológicas que se colocam em todos os festejos populares hoje em dia.

É importante ressaltar que, não só em Olinda, mas de uma forma geral, o Carnaval não tem início no seu período oficial. Uma atmosfera festiva instala-se nas cidades com bastante antecedência, seja pelo aquecimento do comércio e do setor de serviços para a festa, seja pelas prévias carnavalescas, materializadas nos ensaios de blocos e diversões carnavalescas promovidas no período anterior ao festejo (ARAÚJO, 1996). Em Olinda, o decreto nº 002/81, feito pelo então Prefeito Germano Coelho, determina como o início oficial do Carnaval o desfile das Virgens de Bairro Novo[4], no domingo anterior ao de Carnaval, estendendo-se por toda a semana pré-carnavalesca, com ensaios gerais e acertos de marcha das agremiações, e encerrando-se oficialmente na Quarta-feira de Cinzas, com desfile do Bacalhau do Batata (ATAÍDE, 1982). Hoje, embora o Carnaval olindense seja aberto oficialmente à zero hora do

[4] As Virgens de Bairro Novo desfilam no domingo que antecede o Carnaval, quando homens se vestem de mulher e encarnam personagens. A brincadeira ocorre na orla (e não no Sítio Histórico) e conta com uma comissão julgadora que premia as fantasias e *performances* dos desfilantes inscritos em diversas categorias. Fundada em 1953, a agremiação foi eleita abertura oficial do Carnaval de Olinda pelo Decreto nº 02/1981, pelo então Prefeito Germano Coelho.

domingo, com o desfile do Clube de Alegoria e Crítica Homem da Meia Noite[5], o calendário festivo oficial compreende o início imediatamente ao término do Dia de Reis, quando o ciclo natalino é oficialmente encerrado (LEAL, 2008).

No entanto, o período de ensaios abertos, que proporciona não só entretenimento aos brincantes, mas também dinamiza a economia do Carnaval, seja pela venda de itens dos respectivos clubes, seja pela intensa movimentação de ambulantes, já tem início mesmo durante o ciclo natalino. Foi o que observamos por meio de visitas sistemáticas realizadas durante os meses de novembro e dezembro de 2015 e confirmamos por meio de depoimentos de agentes ligados à Prefeitura Municipal e à Polícia Militar. Isso revela a importante dimensão mercadológica que permeia o festejo, num movimento que se intensifica desde a década de 1990, por meio de parcerias entre a Prefeitura Municipal e entidades privadas, na forma de patrocinadores (HARCHAMBOIS; PONTUAL, 2007).

No ano de 2001, início da gestão da Prefeita Luciana Santos, é sancionada a Lei nº 5.306/01, a Lei do Carnaval. Por esse instrumento, diversos procedimentos necessários à realização do festejo são formalizados, tais como:

- A criação da Comissão Permanente de Carnaval, composta de membros efetivos da Prefeitura, da Câmara Municipal, convidados da Administração Pública estadual, representantes de concessionárias de serviços públicos realizados no evento, bem como imprensa, segmentos da sociedade civil organizada, associações e organizações não governamentais.
- A formalização do auxílio às agremiações, bem como as condições de elegibilidade destas.

[5] Fundado em 1932 por um grupo de dissidentes da troça O Cariri de Olinda, o Clube de Alegoria e Crítica Homem da Meia Noite tem a prerrogativa de abrir oficialmente o Carnaval Olindense (antes pertencente ao Cariri, que o fazia às 4h da madrugada do domingo). A agremiação desfila com um boneco gigante (considerado pela diretoria da agremiação um calunga, com conotações místicas), que sai pontualmente à meia-noite da sede, faz uma reverência aos foliões e à vizinhança e percorre um longo perímetro no Sítio Histórico até chegar à sede do Cariri de Olinda, a quem entrega uma chave, sinalizando a abertura oficial do festejo.

- O compromisso de ouvir as entidades representativas das agremiações.
- O relacionamento com patrocinadores.
- O estabelecimento de focos e “passarelas de animação”.
- A polêmica medida de limitar o uso de som em focos não oficiais de animação, segundo determinações do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).
- Priorização de músicos e orquestras do município, bem como do frevo pernambucano no repertório executado por estes.
- Normatização do comércio de bebidas e alimentos no perímetro da folia, bem como de publicidade, restrita para empresas concorrentes.
- Esquema de bloqueio do perímetro para veículos automotivos, sujeitando a reboque os que estacionarem em passarelas de folia.

A realização do Carnaval em Olinda é orientada pelo Plano Municipal de Cultura, que define a intensa participação popular como a principal característica desse festejo. Além disso, o evento é visto como uma importante atividade econômica, inclusive pelo incremento ao turismo. Segundo o *site* oficial do Carnaval de Olinda, no ano de 2016 o município recebeu 2,8 milhões de foliões, e aproximadamente R$ 190 milhões foram injetados na economia local, tendo a rede hoteleira obtido 98% de ocupação. No entanto, a questão de preservação do patrimônio material, sobretudo o casario, é bastante problemática, na medida em que, embora a Lei do Carnaval e o Plano Municipal apontem essa preservação como um importante eixo, Harchambois e Pontual (2007) ressaltam as ameaças ao patrimônio materializadas no grande fluxo de pessoas, geração de resíduos, poluição sonora e comprometimento do casario em virtude da concentração de pessoas e das vibrações produzidas.

Outro aspecto problemático é que, embora a participação popular seja um importante eixo previsto em ambos os documentos e promovida pelo próprio Poder Público como a principal característica do Carnaval olindense, ainda há diversos conflitos entre interesses dos

brincantes e de outros agentes envolvidos no processo. Nos últimos dois anos, o debate intensificou em torno dos camarotes. Em 2015, o PL nº 036/2014 alterou a Lei do Carnaval, proibindo a instalação de camarotes privados no Sítio Histórico, decisão tomada após consulta de representantes da sociedade civil e de entidades sociais. Em 2015, contudo, essa decisão seria anulada, autorizando a instalação desses camarotes. Após intensa discussão em redes sociais, divulgando inclusive o nome dos vereadores que votaram a favor dos camarotes, a sociedade civil organizada pressionou a prefeitura e conseguiu reverter.

Esse debate em particular remete a dois aspectos do Carnaval olindense: a recusa de segmentos da sociedade ao modelo de festejo excludente, manifestada com humor na paródia do *Hino do Elefante*[6], pelo "Olinda, este abadá em ti não orna, não", que circulou no Facebook; e a ampliação dessa participação popular característica do município por meio das redes sociais, proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação: a *hashtag* #SancionaRenildo pedia que o prefeito sancionasse o PL que invalidava o artigo 13 da Lei do Carnaval, que autorizava esse tipo de instalação. Isso também evidencia um conflito entre os próprios brincantes, na medida em que os defensores desse tipo de entretenimento alegam serem as ruas espaços desconfortáveis e inseguros, enquanto os foliões mais tradicionais alegam ser o camarote uma elitização que fere a própria tradição do carnaval de rua.

É sabido que a tensão entre espaço público e privado não é exclusiva do Carnaval brasileiro, tampouco do olindense. No entanto, a participação como traço identitário do Carnaval olindense, constantemente evocada, revela novos mecanismos de resistência. Embora a resistência seja um elemento inerente à evolução do Carnaval, a exemplo da Associação dos

[6] O *Hino do Elefante na Loja de Cristais* foi uma paródia criada com o intuito de reforçar o caráter inconveniente e segregador do carnaval camarotizado: "Pros barão que quer lascar com Momo / O povo diz 'Vai pra Salvador' / Os camarotes esculacham toda nossa tradição / Cercadinho é o horror! / Olinda, não tens um dono / nem majestade, nem comprador / Contra tramoias bem cretinas / venho aqui pra defender, com galhardia, o teu valor. / Olinda, esse abadá em ti não orna, não / Teus carnavais com o sol a rachar/ o quengo do folião / quem não quer vai pro ar / fica nos 18 graus / sai do meu Carnaval!". Disponível em: https://www.facebook.com/projetonovissimorecife/photos/a.673195676063235.1073741829.672909269425209/756761494373319/?type=1&theater.

Cronistas Carnavalescos, que questionava a corrosão da identidade do festejo consequente à ação da Federação Carnavalesca Pernambucana (VIDAL; ANDRADE, 2010), em Olinda ela possui um estatuto diferenciado, na medida em que o discurso do Carnaval participação legitima as ações dos brincantes ao reivindicarem o Carnaval que consideram genuíno.

3 O PENSAMENTO FOUCAULTIANO COMO HORIZONTE DE REFLEXÃO

A partir do início dos anos 1970, a obra de Michel Foucault realiza um deslocamento, ampliando o escopo de suas análises para além das questões de saber (REVEL, 2005). Um dos importantes legados desse deslocamento foi a possibilidade de compreender a transição de um modelo de sociedade, o da soberania, para o disciplinar por meio das relações entre saber e poder. Fundamental para essa transição foi a concepção de **tecnologias políticas do corpo**, na medida em que é no corpo que saber e poder se articulam — muito embora as relações de poder já operassem pelos corpos, Foucault observa como na modernidade esse poder, que não se circunscreve às instituições, mas perpassa-as, articula-se com uma série de saberes visando maximizar o potencial produtivo e a docilização desses corpos a serviço do Estado (DREYFUS; RABINOW, 2011).

Assim, a análise empreendida pelo filósofo passa pela soberania, pelas disciplinas e pelas biopolíticas de segurança (TÓTORA, 2011). É no limiar do capitalismo que a vida desponta como objeto de gestão, quando a potência de morte dá lugar a um cuidadoso controle populacional e gerenciamento dos corpos, inserindo-os na máquina produtiva (FOUCAULT, 2014c). Esse processo de maximização da utilidade na produção capitalista assume contornos distintos ao longo do tempo, cujas técnicas residem nas instituições fechadas e paulatinamente desloca-se do interior dessas instituições para permear o tecido social.

Este capítulo aborda os aspectos do pensamento foucaultiano que embasam o presente estudo. Começamos por abordar a relevância da soa obra, sobretudo da abordagem do poder, nos estudos organizacionais. Em seguida, buscamos discutir em linhas gerais as noções de governo e tecnologias políticas. Por fim, adentraremos a relação entre governo e regimes de

verdade. Tal discussão é retomada no Capítulo 5 de forma mais adensada ao refletirmos sobre nossos achados.

3.1 O pensamento foucaultiano nos estudos organizacionais

A crescente relevância do pensamento foucaultiano nas teorias organizacionais, notadamente na década de 1980, costuma ser associada à influência do pós-modernismo nas ciências sociais de maneira geral (e na teoria organizacional, em específico), na medida em que a agenda pós-modernista pressupõe repensar a ideia mesma de organização (McKinlay; Starken, 1997). Embora considerem difícil de delimitar o pós-modernismo nas ciências sociais, Alvesson e Deetz (1996) o definem, no âmbito dos estudos organizacionais, como um conjunto de abordagens baseadas na filosofia que compreendem aspectos tais quais fragmentação, textualidade e resistência e que emergem da obra de pensadores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Gilles Deleuze e Félix Guatarri, embora cada um deles orientem agendas de pesquisa distintas. No entanto, muito embora sua obra tenha realizado uma importante crítica à modernidade, é válido ressaltar que o próprio Michel Foucault se opõe a relacionar seu trabalho ao pensamento pós-modernista, ainda que muitos autores nas teorias organizacionais o situem nessa vertente.

Välikangas e Seeck (2011) associam a popularidade do pensamento de Foucault nos estudos organizacionais não só às traduções da sua obra para o inglês e à institucionalização dos estudos foucaultianos, mas, principalmente, à amplitude de interpretações que ele proporciona a várias questões relativas tanto aos estudos organizacionais quanto à gestão. Muito dessa profusão é associado ao impacto da obra *Vigiar e Punir*, uma das suas obras mais acessadas nos estudos organizacionais (Rouleau, 2007; Välikangas e Seeck, 2011; Knights, 2008; McKinlay; Starken, 1997; Burrell, 1988), operando um deslocamento no

olhar sobre o poder, de uma instância circunscrita às instituições para uma visão microfísica, na qual este emerge de relações dinâmicas de forças.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) apresenta a chamada sociedade disciplinar, cujos mecanismos de poder residem no confinamento aos espaços fechados onde a potencial visibilidade proporciona uma internalização das normas. A prisão seria o modelo de organização que representa a sociedade disciplinar levada ao extremo, notadamente o panóptico de Jeremy Bentham, como veremos detalhadamente mais adiante. Este modelo de vigilância constante foi associado ao ambiente laboral, onde gestores podem controlar a distância e a qualquer momento a ação dos seus empregados (ROULEAU, 2007). No entanto, embora a arquitetura do panóptico consista num modelo prisional, o próprio Bentham afirmava que os princípios desse modelo poderiam ser aplicados a qualquer forma de governança social (MCKINLAY; STARKEN, 1997). Para Burrell (1988), o modelo do panóptico, que corresponde a uma metáfora da sociedade disciplinar, torna-se ainda mais relevante na medida em que a tecnologia da informação cria novos campos teóricos, inserindo as tecnologias de poder numa moldura de dispositivos computacionais que podem potencializar os processos de vigilância.

Por outro lado, ao se mencionar a contribuição de Foucault para os estudos organizacionais, *Vigiar e Punir* recebe demasiado destaque, o que sugere um superdimensionamento de sua contribuição (KNIGHTS, 2008; DIXON, 2007). Para Knights (2008), isso se deve a uma apropriação seletiva do pensamento foucaultiano no campo. Nesse sentido, Baratt (2004) enfatiza que, embora a metáfora do panóptico (proposta na obra) possibilite uma moldura de análise para as relações no ambiente de trabalho, a regulação intensiva da performance e políticas de recursos humanos, tais apropriações apresentam fragilidades na medida em que superestimam a efetividade desses mecanismos de controle.

Para Dixon (2007), embora essa repercussão de *Vigiar e Punir* tenha proporcionado um uso limitado da obra de Foucault nos estudos organizacionais, a noção de governo desenvolvida

em sua obra é extremamente profícua ao campo, propiciando análises de poder mais sofisticadas, na medida em que governo não diz respeito unicamente ao significado político, mas à dimensão filosófica do termo, enquanto conduta emocional, familiar, espiritual, um poder que vai da vigilância às micropráticas, inclusive aquelas de natureza discursiva. McKinlay e Starken (1997) admitem que a obra de Foucault oferece uma importante contribuição na medida em que traz para os estudos organizacionais uma concepção de poder que extrapola a da ciência política, permitindo analisá-lo no nível do cotidiano. Para os autores, o pensamento foucaultiano permite pensar novas formas de racionalidade administrativa como relações de saber-poder localizadas em instituições ou discursos específicos. Ao possibilitar o olhar a múltiplas configurações de saber-poder, um poder indissociável da resistência advinda de quaisquer agentes, independentemente de um entendimento de "classe", o pensamento de Foucault abre um campo para o entendimento de formas de governo, racionalidades e regimes de verdade, permitindo uma crítica distinta da teoria social crítica (BARATT, 2004), *vide* a tradição que o próprio Foucault (2014c) chamaria de Freud-Marxista.

Com efeito, a sua obra, que costuma ser dividida em três ciclos — saber, poder e ética — apresenta uma infinidade de contribuições que excedem a dimensão do disciplinamento no interior das organizações formais. A sua fase arqueológica, por exemplo, é bastante profícua tanto na análise dos regimes de saber-poder que fundamentam práticas organizacionais, como em nível epistemológico, analisando os regimes de verdade inerentes à constituição das ciências administrativas e organizacionais, tendo em vista a forte influência do pensamento positivista nesse campo (VÄLIKANGAS; SEECK, 2011).

Por outro lado, Knights (2008) advoga não a inscrição do pensamento foucaultiano na teoria organizacional, mas a inscrição da teoria organizacional no pensamento foucaultiano. Para o autor, a obra de Foucault não deixa de ser, em sentido amplo, sobre como a vida humana se organiza e é organizada, assumindo que uma análise organizacional deve observar processos

e princípios de organizar, suplantando a premissa — que ele considera absurda — de que organizações se restringem a entidades designadas como tais. Com isso, sustenta que independentemente da natureza de uma prática de organizar, ela perpassa as dimensões de poder, saber e subjetividade e é, portanto, passível de ser analisada sob os principais eixos da obra foucaultiana.

Dentre as mudanças que impulsionam novos paradigmas e pressupostos de análise organizacional, temos a emergência de um modelo de controle mais sofisticado, ao qual a própria abordagem disciplinar, que, conforme já discutimos, tornou-se popular a partir da década de 1980, apresenta cada vez mais limitações. Vale ressaltar que não se trata de um modelo circunscrito às organizações, mas uma resposta às mutações do capital e às novas configurações sociais e informacionais, uma vez que configurações organizacionais e ordem geopolítica são dimensões altamente relacionadas. As instituições, que serviam de esqueletos para a sociedade civil, confinamentos que estriavam o tecido social, generalizam-se nesse espaço social, na medida em que esse tecido se torna liso — não desprovido de instituições disciplinares, mas preenchido pelas modulações do controle (NEGRI; HARDT, 2004). O colapso dessas instituições, a consequente generalização de sua lógica em todo o campo social e na emergência de redes de controle ubíquas (HARDT; NEGRI, 2012) repercutem não só nas formas e configurações organizacionais, como também na generalização dessas formas no tecido social.

Ainda nesse sentido, é relevante compreender que o ciclo do poder em Michel Foucault ultrapassa a dimensão do disciplinamento. Assim, um conceito que merece atenção é o de biopoder, um poder que incide sobre a vida, apoiando-se sobre dois eixos: o corpo, enquanto máquina cuja produtividade deve ser levada ao extremo, e a população, enquanto alvo de estudos e processos reguladores de natalidade, mortalidade e saúde — tendo sido essa forma de poder fundamental ao desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT, 2014c). De acordo com

Hardt e Negri (2012), o efeito desse poder na sociedade disciplinar era apenas parcial, tendo o biopoder atingido seu potencial no contemporâneo ao permear todo o campo social.

Diante do exposto, uma vez que os limites das instituições dão lugar a um exercício da disciplina de forma imanente, tornam-se irrelevantes as paredes das instituições (HARDT; NEGRI, 2012). É inevitável, pois, não enxergar, nesse fenômeno, a profusão de novas configurações organizacionais, prescindindo do espaço físico e de mecanismos coercitivos de controle. Deleuze (2013) faz coincidir a forma-empresa à configuração sociotécnica da chamada sociedade de controle, onde a vigilância explícita dá lugar a um ideal de formação e produção contínuas, em contraposição à descontinuidade do disciplinamento.

Essa configuração e a constante mutação do capital — consequentemente das formas organizacionais subjacentes à sua produção e circulação — ensejam modelos críticos de análise que suplantem a dicotomia opressor-dominado, revelando configurações de poder complexas, nas quais a coerção dá lugar ao consentimento e até ao engajamento.

Nosso objeto de estudo, por sua vez, tem o poder e a ordem inerentes à sua própria concepção, na medida em que, enquanto folguedo popular, supõe-se inversão de ordem e, enquanto evento, requer sofisticadas técnicas de organização. Como DaMatta (1986) enfatiza, a ruptura com a ordem vigente e os padrões operativos da sociedade num período extraordinário permitem compreender seu oposto, ou seja, as questões subjacentes à sua lógica operativa. Já Queiroz (1992) apresenta outro entendimento, evidenciando como o Carnaval endossa a lógica vigente, tais como: o enaltecimento do trabalho e o disciplinamento dos estratos populares operado pelas escolas de samba; a utilização das mulheres como mercadoria e atração nos grandes bailes; e a divisão espacial dos salões, denunciando, com isso, um sofisticado mecanismo de se obter das massas o consentimento em relação às opressões que elas acreditam estar combatendo.

O Carnaval, como diversos folguedos populares, é facilmente cooptado por interesses de grupos diversos. Ortiz (1994) ressalta a pertinência de se analisarem manifestações de cultura popular como uma questão de poder: ele ressalta a dimensão política inerente a esses festejos, embora não sejam uma expressão imediata de determinada política, mas que, pela mediação de grupos de interesse, podem ser orientadas politicamente. Para o autor, embora a dimensão do político seja imanente à vida social, consequentemente à produção cultural, é a apropriação dos grupos de interesse que converte movimentos populares em expressões da cultura, interpretando e reelaborando tais expressões conforme seu interesse. O Carnaval é uma dessas expressões, e em sua concepção uma rede complexa de atores se configura e reconfigura constantemente. Dessa rede e por ela, emergem relações de poder que criam domínios de inteligibilidade das práticas culturais.

O Carnaval de Olinda, como vimos, é imerso numa rede complexa de agentes e interesses, sejam eles institucionais ou não. Essa pluralidade de agentes requer uma análise que observe o caráter de rede desse fenômeno, o que aponta para uma perspectiva organizacional. O Carnaval, embora celebre a desordem, vem ao longo da história sendo cooptado pelos interesses de grupos dominantes, resultando numa prática organizativa na qual figuram elementos de poder e resistência que se deslocam e reconfiguram-se ao longo dos anos.

É válido ressaltar que as noções de controle, normatização, disciplinamento e ordem são inerentes ao próprio festejo, como à maioria das manifestações populares desde suas origens, como exemplo a postura do clero na Idade Média com relação aos elementos folclóricos que se chocavam com a cultura clerical: era mais viável desnaturalizá-los e incorporá-los à cultura clerical que negá-los de forma violenta, provocando insurgências (BARBERO, 2009).

Dessa forma, reconhecendo a fecundidade do Carnaval de Olinda como objeto de investigação, apresentaremos a seguir uma breve discussão dos conceitos oriundos do

pensamento foucaultiano que orientarão a presente análise. Posteriormente, faremos uma discussão dos resultados à luz desses conceitos, retomando-os de forma mais detalhada.

3.2 Poder e governo no pensamento foucaultiano

Nesta seção, apresentaremos os conceitos-chaves que guiaram nossa investigação. Primeiro, abordaremos a relação entre poder e corpo e, num segundo momento, o conceito de governo e como este se relaciona com os regimes de verdade.

3.2.1 O poder e as tecnologias políticas do corpo

A discussão das tecnologias políticas do corpo no pensamento foucaultiano insere-se na moldura da instauração de um novo tipo de governo, notadamente com a emergência do mercantilismo. A transição de uma arte de governar para uma ciência política não é discutida por Foucault propriamente no sentido de propor uma teoria política, mas de compreender a emergência dessas tecnologias de poder e seus mecanismos. Para Foucault (2015), o problema da população coloca-se em torno da relação desta com segurança e governo.

A técnica de governar, em substituição a uma arte, demanda a constituição de saberes sobre o correto modo de dispor as coisas de forma que cumpram seus respectivos propósitos — entre essas coisas, coloca-se a problemática da população, como um alvo desses saberes cuja inserção na economia é indissociável da geração de riquezas: uma economia política (FOUCAULT, 2015). Essa problematização em torno da relação entre população e riqueza possibilita as condições para a emergência de uma economia política, na medida em que problemas tais quais miséria, despovoamentos, ociosidade tornam-se objeto de uma nova racionalidade: não basta majorar a população para majorar a riqueza, tampouco sua gestão pode

se reduzir a mecanismos coercitivos (FOUCAULT, 1997). Ao discutir a emergência de racionalidades com a expansão do capitalismo e a relação entre governo, população e economia política, Foucault (2015, p. 429) pretende traçar uma história da governamentalidade, conceito que ele define como:

> (1) Conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; (2) a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito temo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros — soberanis, disciplina, etc. — e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes; (3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Foucault (2015) problematiza a questão do governo investigando historicamente a relação entre este, a segurança e a população, bem como sua relação com um território (FOUCAULT, 2008b). Para ele, a soberania não constitui uma forma de governo, uma vez que é transcendente, implicando, portanto, uma relação de exterioridade, que se tornaria extremamente frágil com a expansão do capital. Essa expansão demandaria um novo Estado, cujo poder seria imanente, em consonância com a imanência do capital (HARDT; NEGRI, 2012). Dessa forma, a soberania seria uma relação de poder frágil por definição, na medida em que seu estatuto adviria de uma exterioridade. A expansão do capital implicaria uma vigilância e um controle atentos, bem como dispor as coisas governadas para o atingimento de uma finalidade, ou seja, práticas de governo (FOUCAULT, 2015), que aqui é entendido enquanto prática de conduzir, independentemente de um aparato estatal. Sob essa perspectiva, só podemos pensar propriamente em governo a partir de um momento em que este se instaura tendo como base as demandas inerentes à administração e manutenção de um Estado, uma forma de poder imanente, uma vez que advinda dessa própria dinâmica interna.

A população, por sua vez, não se trata de uma totalidade de súditos, mas de um conjunto de vidas perpassadas por fenômenos naturais, que demandam um conhecimento científico,

condição *sine qua non* para que o governo fosse bem-sucedido — esse conhecimento científico seria a economia política, que articularia as dimensões da população e da riqueza em três eixos: produção, circulação e consumo (FOUCAULT, 2008b). Dessa forma, emerge um tipo de poder cujas tecnologias e cujos mecanismos operam sobre os corpos, o corpo enquanto unidade biológica, visando racionalizar sua utilidade, maximizar sua força útil com o dispêndio do mínimo necessário de recursos (FOUCAULT, 2005). Trata-se do biopoder, que ajusta os fenômenos populacionais aos econômicos, permitindo, com isso, uma adequação dos corpos à máquina produtiva que impulsionou o capitalismo (FOUCAULT, 2014c). Esse poder, que consiste em gerir a vida, assenta-se em dois polos: de um lado, o corpo enquanto máquina produtiva, e por outro a população, com os fenômenos que nela incidem e alteram sua configuração (FOUCAULT, 2014). Como consequência, essa dimensão biológica reflete-se nas tecnologias políticas, que ao problematizarem a vitalidade humana, seus fenômenos naturais, dirigindo-lhes formas de autoridade e intervenções legítimas, constituem a chamada biopolítica (RABINOW; ROSE, 2006).

Foucault sustenta que os polos nos quais as tecnologias biopolíticas se desenvolveram — o corpo como objeto manipulável e a espécie humana enquanto categoria científica — existem desde a Antiguidade, mas se unem na Modernidade para dar origem a essas tecnologias (DREYFUS; RABINOW, 2011). O desenvolvimento do capitalismo foi um fator determinante, na medida em que as máquinas docilizadas precisariam ser inseridas na produção (FOUCAULT, 2014). A primeira fase de acumulação capitalista exigiu dos corpos docilidade e maximização de seu potencial produtivo — enquanto recurso produtivo, o Estado não poderia prescindir deles —, o que teria resultado, inclusive, numa reconfiguração na natureza dos crimes (dos crimes de sangue aos de fraude), bem como sofisticação dos mecanismos de vigilância, informação e classificação. Nasce uma anátomo-política, que tem na desarticulação e rearticulação dos

corpos um mecanismo de conversão em máquinas dóceis e produtivas, operando com habilidade, velocidade e eficácia (FOUCAULT, 1987).

Essa demanda por maximização do potencial produtivo dos corpos resulta no chamado poder disciplinar (FOUCAULT, 1987). Essa forma de poder dirige-se às subjetividades, de modo que os mecanismos de poder encarnados na disciplina são internalizados e reproduzidos pelos próprios indivíduos, neutralizando contrapoderes e atenuando o potencial de luta (FERREIRA, 2014). As instituições fechadas, por sua vez, tornam-se o modelo dessa sociedade, baseada na classificação, vigilância e manipulação dos corpos, analisáveis e esquadrinháveis.

A disciplina tem como modelo por excelência o panóptico, um projeto arquitetônico cujo princípio é a potencial visibilidade permanente, de modo que a consciência dessa visibilidade permite tornar o poder constante e automático (FOUCAULT, 1987). Mais do que um modelo arquitetônico, o panóptico corresponde à premissa da disciplina, uma vez que a máquina disciplinar opera promovendo visibilidades (SAVAT, 2009). Dessa forma, o estado consciente de visibilidade e confinamento a instituições promove um estado de assujeitamento aos constrangimentos do poder. Isso torna claro como o poder disciplinar opera sobre as subjetividades tendo como modelo analógico o panóptico: à luz da visibilidade permamente, ainda que potencial, os indivíduos internalizam as disciplinas; a visibilidade é coercitiva e baseia-se na hierarquia, na qual o observado ocupa uma posição de objeto, que fornece, sob a premissa da coerção, informações analisáveis sobre si (FOUCAULT, 1987). A disciplina, contudo, não reside apenas nas estruturas físicas e hierárquicas que lhe configuram, mas também nos discursos que constituem os sujeitos no interior dessas instituições, bem como aos mecanismos sociocognitivos que proporcionam a internalização dessa vigilância e a subjetivação dos indivíduos (LECLERCQ-VANDELANNOITE; ISAAC, 2013).

É importante ressaltar, no entanto, que o modelo de disciplinamento não opera uma ruptura em que substitui por completo a soberania, mas um processo gradual, em que a

disciplina emerge do intuito de gerir populações (FOUCAULT, 2015). Gerir a vida humana, sob a perspectiva biológica, passa a constituir uma estratégia política (CASTRO, 2012; DREYFUS; RABINOW, 2011).

A biopolítica da espécie humana, em continuidade à anátomo-política dos corpos, emerge no decorrer do século XVIII, aproximando questões populacionais de problemas econômicos e políticos e constituindo um corpo de saberes que se estendem sobre a população — enquanto problema político e econômico —, sendo esta o campo de intervenção do seu poder. Assim, esses mecanismos regulamentadores, embora de natureza distinta, atuam no mesmo nível dos mecanismos disciplinares, permitindo que se articulem (FOUCAULT, 2014c).

O biopoder reúne corpo e espécie em tecnologias de poder vigentes até a atualidade (DREYFUS; RABINOW, 2011). Dessa forma, podemos observar facilmente como a inserção do corpo e da espécie humana em determinadas redes de saberes e poderes delimitam cada vez mais o que é da ordem da saúde e da doença, da regulação e da transgressão, tendo como critério sua docilização, na medida em que neutraliza insurgências, e sua produtividade, na medida em que insere o corpo numa dinâmica produtiva que orienta a vida do indivíduo. Para que esse comando opere efetivamente, contudo, é necessário que a administração da vida se dê a partir de dentro do tecido social, de forma que os indivíduos o absorvam e ativem-no voluntariamente (HARDT; NEGRI, 2012), o que aponta para uma generalização do disciplinamento.

Embora o modelo das instituições disciplinares, caracterizado pela segregação, pelos muros e pela clausura, corresponda à primeira fase de acumulação capitalista e sua configuração tenha propiciado o desenvolvimento dessa forma de acumulação, os meios de confinamento que o caracterizam viriam a sofrer uma crise já no século XX, após a Segunda Guerra Mundial (DELEUZE, 2013). O colapso das estruturas de disciplinamento liberta das instituições o controle das subjetividades, espalhando-o em forma de rede no campo social (HARDT; NEGRI, 2012). As instituições, portanto, deixam de ser o cerne dos processos de normalização, na medida em que

o controle se torna difuso (PERRONE et al., 2014). Isso, contudo, não corresponde ao fim das disciplinas, mas à intensificação desses mecanismos, atingindo espaços externos às instituições (HARDT E NEGRI, 2012).

A infiltração da lógica de mercado em todos os interstícios do tecido social também é um aspecto desse controle. Essa lógica de mercado opera de forma mais intensa que as instituições de confinamento, caracterizando o capitalismo recente (DANZIATO, 2010). O controle descontínuo e prolongado das disciplinas sucumbe ao controle contínuo, ilimitado e de curto prazo do marketing (DELEUZE, 2013). No capitalismo global, os sujeitos são regulados pelo mercado, que os submetem, na condição de consumidores, a estruturas de "escolhas" predefinidas, ao mesmo tempo que os governos e as corporações tornam-se entidades indiferenciáveis (NEWMAN, 2009). Estado, mercado e sociedade civil constituem um todo capaz de mobilizar um enorme fluxo de informações, capturando subjetividades em prol de seus interesses (FERREIRA, 2014).

As técnicas disciplinares propiciaram o crescimento do capitalismo, na medida em que permitiram a inserção dos corpos na máquina produtiva e, ao mesmo tempo, a racionalização das populações em larga escala (DREYFUS; RABINOW, 2011). O biopoder, embora não seja disciplinar em sua natureza, encontra na disciplina o suporte para esse impulsionamento do sistema capitalista. Dessa forma, Foucault (2005) defende que a técnica de poder disciplinar e a biopolítica complementam-se: a disciplina atua na vigilância, no treinamento (e eventual punição), na maximização da capacidade produtiva dos indivíduos, ao passo que a biopolítica age sobre a espécie humana, nos fenômenos que lhes são particulares, tais como natalidade, saúde e mortalidade, compreendendo uma trama de saberes visando esse controle.

Tal controle, por sua vez, insere-se na emergência de uma nova racionalidade política, para a qual o Estado é um fim em si mesmo (não algo de natureza divina ou jurídica); dessa forma, a razão de Estado mobilizaria um corpo de saberes administrativos no intuito de

compreender tudo o que a ele concerne, buscando identificar, por meio de saberes concretos e mensuráveis, suas forças e fraquezas, visando sua permanência (DREYFUS; RABINOW, 2011). Essa razão de Estado apoia-se em dois conjuntos de saberes e tecnologias políticas: por um lado, uma tecnologia diplomático-militar, voltada para "fora", e, por outro, meios para proporcionar o crescimento das forças do Estado em seu interior — a este último, Foucault (1997) denomina *polícia*.

Essa maximização de forças no interior dos Estados também passa pela noção dos dispositivos de segurança. Por dispositivo, Foucault (2015) designa um conjunto heterogêneo de elementos que se dispõem em rede, cuja função é estratégica e responde a uma urgência; esses elementos englobam discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, regulamentos, aspectos morais, dentre outros, tendo como gênese um objetivo estratégico e um constituindo um arranjo resultante de um duplo processo: a sobredeterminação funcional, ou seja, a ressonância dos efeitos desse arranjo nos próprios elementos de forma a rearticulá-los, e o preenchimento estratégico, na medida em que efeitos involuntários resultam numa nova estratégia. Essa natureza estratégica do dispositivo pressupõe uma relação de forças em constante reconfiguração inscrita num jogo de poder, na medida em que articula elementos discursivos e realidades não discursivas. Dessa forma, constitui uma ferramenta metodológica pela qual Foucault analisa como os saberes e as relações de poder se articulam, a exemplo dos dispositivos do panóptico (*Vigiar e Punir*, 1987), da sexualidade (*A vontade de saber*, 2014c) e da segurança (*Segurança, território, população*, 2008b).

Foucault (2008b) reconhece a liberdade como um requisito para se governar; nessa racionalidade, a regulamentação excessiva do modelo de soberania vem a se desarticular em dois eixos: por um lado, um poder positivo, na medida em que produz — esses mecanismos gerem a população e catalisam as forças do Estado; por outro lado, um poder negativo, na medida em que se coloca para conter as insurgências e desordens, qual seja a instituição policial.

O dispositivo da segurança, portanto, assenta-se na liberdade, atuando sobre o meio no qual indivíduos circulam e exercem essa liberdade: trata-se de um conjunto de tecnologias políticas que emergem do interior da própria realidade dispondo os mais diversos elementos uns em relação aos outros, permitindo sua regulação sem que tenham sua mobilidade e circulação impedidas (CANDIOTTO, 2014).

Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (1997) insere a discussão das tecnologias políticas na moldura da racionalidade liberal. Nesse sentido, a otimização do governo, da prática de governar, está atrelada a uma crítica constante, a um questionamento de por que governar, uma racionalização do governo. Ele começa por problematizar uma forma de governo que opera em certo sentido uma ruptura com a razão de Estado (Foucault chama "inflexão"), visando não o crescimento desse Estado, mas a limitação interna do seu governo (aqui, entendendo governo como prática de governar), transmutando-se num governo que opera entre o máximo e o mínimo, "mais para o mínimo". Essa racionalização do governo, a "inflexão" da razão de Estado, na qual o governo opera visando o mínimo necessário, busca um novo regime de verdade na economia política, cujo lugar de formação de verdade não é a teoria econômica, mas o mercado (FOUCAULT, 2008a).

A emergência de uma racionalidade liberal aponta para um governo que, ao mesmo tempo que atua sobre a economia com restrições, fornece ao mercado condições de crescimento e estabilização; nessa racionalidade, a administração da vida assume novos contornos, colocando a sociedade civil como um suplemento dessa economia (NADESAN, 2008). A sociedade civil desponta enquanto categoria para a qual se pensa o Estado, sendo ela ao mesmo tempo finalidade e condição de existência deste, e a partir dessa premissa coloca-se a questão de por que se governar, emergindo uma tecnologia de governo que se coloca como um "suplemento" dessa sociedade, tendo sua ação pautada pela medida da utilidade (FOUCAULT, 1997). Essa racionalidade governamental apoia-se na figura do *homo œconomicus*, parceiro do

governo e sujeito do *laissez-faire*, no qual o governo não deve tocar, na medida em que este sujeito age movido por seus interesses e na convergência desses interesses com os de outros indivíduos tem-se a geração de riqueza (FOUCAULT, 2008a). O *homo œconomicus* é o empreendedor de si (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, 2010; NILO, 2010; GORDON, 1991), o sujeito de interesse a quem o governo deve deixar fazer, mas ao mesmo tempo estimular (AVELINO, 2016).

Ao longo dos séculos, a racionalidade de governo vai sofrendo sucessivas mudanças, para as quais novas problemáticas entre população e riqueza e novas soluções se colocam, sendo o biopoder elemento comum a todas as tecnologias políticas que derivam dessas racionalidades (NADESAN, 2008). No contexto neoliberal, o sujeito de interesses, o *homo œconomicus*, não é mais uma realidade, mas um indivíduo que pode desenvolver o interesse se submetido às condições ambientais necessárias; com isso, nenhum aspecto mais da vida escapa à ação governamental, que se espalha até pelos aspectos mais íntimos de sua vida (AVELINO, 2016). Isso remete ao controle, cujas tecnologias políticas que incidem sobre os corpos sofisticam-se à medida que o modelo da empresa se espalha pelo corpo social, redefinindo os espaços políticos, as subjetividades e os corpos, os quais não mais são moldados nos circuitos fechados da disciplina, mas sob o discurso neoliberal do capital humano: um empreendimento em contínua melhoria, flexível e competitivo (TÓTORA, 2011).

A sociedade civil, que mediava a relação entre o capital e o Estado, torna-se incapaz dessa mediação à medida que emerge esse controle, à medida que as instituições colapsam e o exercício de poder espalha-se pelos interstícios do tecido social: o biopoder e suas tecnologias políticas atingem sua plenitude quando sua ação penetra a vida social em sua totalidade, a consciência e os corpos da população e as relações sociais são finalmente permeadas por essas tecnologias.

3.2.2 O governo e os regimes de verdade

Ao relacionar o poder às práticas de governo e introduzir a noção de governamentalidade, Foucault passa a atribuir uma maior evidência ao aspecto da verdade. Isso faz com que muitos interpretem como uma ruptura substantiva, quando, no entanto, essa ênfase não constitui um deslocamento da problemática do poder, uma vez que poder e verdade são questões correlatas (STIVAL, 2015). Para Foucault, a constituição histórica da verdade sempre se colocou como uma problemática, cujo entendimento rompe com a compreensão clássica, de uma verdade fixa e transcendente, investigando como essa verdade se constitui historicamente mediante práticas: seja práticas discursivas que estabelecem jogos de regras, seja o modo como esses jogos legitimam estratégias de poder, seja como atuam em práticas de si e processos de subjetivação (CANDIOTTO, 2006). Para Revel (2005), trata-se de uma onipresença da noção de "jogos de verdade" ao longo de sua obra, uma concepção que atrela objetivação e subjetivação, processos mutuamente dependentes que se dão sob regras do que pode ser considerado verdadeiro e falso.

Em suas análises de poder, Foucault reconhece nas práticas sociais "efeitos de verdade", estratégias pelas quais relações de poder se justificam racionalmente (CANDIOTTO, 2006). Para Foucault (2015, p. 52), haveria uma "economia política da verdade", cujas características históricas seriam:

> [...] a "verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação e informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e confronto social (as lutas "ideológicas").

Isto posto, observamos que a questão do governo não se dissocia da verdade. Ao se governar, mobilizam-se verdades sobre a existência que se criam em práticas de produção de conhecimento/verdades e que propiciam o governo dos indivíduos sobre os outros (FIMYAR, 2009). Para Foucault (2011), o termo "conduta" expressa justamente esse ato de conduzir a ação de outrem; dessa forma, tendo em vista que o poder opera num campo de possibilidades, é da ordem do governo, sendo este último o ato de conduzir condutas, estruturando, portanto, esse campo de possibilidades no qual a ação de outros se dá. Isso implica a premissa de que o poder só pode operar em condições de liberdade, pois é na liberdade que se colocam tais campos de possibilidade para a ação de indivíduos, em vez que determinações preestabelecidas (FOUCAULT, 2011).

Nesse sentido, coloca-se a questão de como obter consentimento de sujeitos livres. Foucault (2014b) afirma que a arte de governar e os jogos de verdade são instâncias indissociáveis: o governo forja-se a partir de uma aleturgia, ou seja, o corpo de procedimentos que permitem distinguir o verdadeiro do falso. Os rituais de manifestação de verdade, que extrapolam a dimensão utilitária e calculista do exercício de poder, ampliam suas condições de possibilidade para essas manifestações, na medida em que evidencia o verdadeiro, em detrimento daquilo que foi refutado, ocultado ou simplesmente esquecido (FOUCAULT, 2014b). Foucault, ao abordar a verdade, considera a relevância de não se ater aos mecanismos de poder, mas compreender as verdades subjacentes que legitimam certas práticas (STIVAL, 2015).

A verdade, portanto, não existe fora do poder nem *vice-versa*: os regimes de verdade são tipos de discursos que uma sociedade admite como verdadeiros e nele se inserem os mecanismos de determinação da verdade, as técnicas de obtenção da verdade (a exemplo do conhecimento científico) e aqueles a quem competem a veridicção (FOUCAULT, 2015). A veridicção seria, na reflexão foucaultiana, o processo pelo qual discursos considerados

verdadeiros sob determinados aspectos emergem e se articulam com um domínio de coisas (REVEL, 2005).

O governo dos homens imbrica-se nessa manifestação de verdade, considerando que a problemática da verdade coloca-se para Foucault como algo que excede o esquema saber-poder (GORDON, 1991). Para Stival (2015), trata-se de um conceito que se dirige à noção de sujeito, e não à de corpo-espécie, sendo a relação governo-verdade análoga à saber-poder.

A governamentalidade é, para Fimyar (2009), uma ferramenta conceitual que permite investigar a racionalidade e a produção de verdade de um governamento, uma vez que, para governar, é necessário que as práticas de governo alinhem-se às mentalidades subjacentes, criando sujeitos governáveis. Essa governamentalidade seria, portanto, uma racionalidade de governo, entendendo-se governo em relações consigo, com a vida comunitária, com as instituições, com o exercício político e, sobretudo, com a relação entre essas dimensões de governo (GORDON, 1991).

É na noção de governamentalidade, como vimos, que Foucault articula as dimensões do governo e da verdade. Para Stival (2015), mais que a compreensão do liberalismo como regime político neste último, interessava a Foucault o sujeito do liberalismo, e a correlação entre regime político e regime de verdade. Esse sujeito do liberalismo, o *homo œconomicus*, não é sobreponível ao sujeito de direito, pois seus regimes de verdade constituem uma antítese (AVELINO, 2016). Foucault (2008a) descrevia-os como dois sujeitos heterogêneos, uma vez que o sujeito de direito implica uma renúncia a seu interesse para o cumprimento de um contrato, enquanto o *homo œconomicus* age em liberdade movido pelo seu interesse.

É a noção de governamentalidade que possibilita a Foucault problematizar as formas de ação sobre a conduta de outrem, sem que necessariamente essas formas derivem ou estejam associadas a um aparato estatal (RABINOW; ROSE, 2006). Nesse sentido, o conceito permite

apreender como se governa em consonância com aquilo que é considerado verdade, ao mesmo tempo que, ao governar, produzem-se verdades (FIMYAR, 20109).

No presente estudo, abordaremos a noção de governo (em seu aspecto operacional), no entendimento das práticas organizacionais, que se dão na organização do festejo carnavalesco de Olinda. Para a interpretação dos nossos achados, respaldar-nos-emos nos aspectos da obra foucaltiana abordados neste capítulo, quais sejam: as instâncias de governo, suas tecnologias políticas, os corpos governados e os mecanismos de resistência, bem como os regimes de verdade subjacentes a esses governos, os processos de legitimação e suas transformações ao longo do período analisado.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente tese é de tradição qualitativa e orientação pós-estruturalista. Quanto ao uso da teoria, podemos dizer que se trata de um estudo de caráter parcialmente indutivo, na medida em que utilizamos a teoria como meio de prover o estudo de foco, servindo de lente para interpretação do fenômeno e identificação de categorias empíricas (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009), sem que estas tenham estabelecidas *a priori*.

Na presente seção, apresentaremos a trilha metodológica deste estudo. Por se tratar de um procedimento oriundo da trajetória filosófica de Michel Foucault, faz-se necessária uma breve discussão dos pressupostos do seu método antes de apresentar o caminho a ser seguido. De acordo com Williams (2013), um aspecto fundamental do pós-estruturalismo de Foucault é a maneira nova de observar a relação entre indivíduos e estruturas sociais, que permite repensar a compreensão de tais estruturas.

Embora o filósofo tenha desenvolvido sua análise em objetos muito específicos (tais como questões epistemológicas em determinados campos do saber), seus pressupostos são bastante profícuos na compreensão de fenômenos diversos, compreendidos à luz da tríade poder-saber-corpo (THIRY-CHERQUES, 2010). É essa tríade que serve de lente teórica ampla na compreensão do fenômeno analisado, orientando a geração de categorias empíricas.

Primeiramente, há de se discutir a ideia de método no pensamento foucaultiano. De acordo com Veiga-Neto (2009), ao nos referirmos ao método foucaultiano, não o devemos remeter a uma concepção canônica de método, tal como a cartesiana, mas a um ponto de vista mais amplo, a uma concepção não iluminista, como uma "*techné* de investigação". Na trajetória de Foucault, método e processo investigativo entrelaçam-se e são interdependentes (THIRY-CHERQUES, 2010).

A trajetória intelectual de Foucault costuma ser dividida em ciclos, a saber: saber, poder e ética. Contudo, vale salientar que tal divisão tem mais propriamente teor didático, uma vez que cada um desses ciclos não representa um descarte do anterior, mas um englobamento (BORGES NETO, 2012). Do ponto de vista epistemológico, são duas as vertentes: arqueologia, voltada para o entendimento das condições em que os saberes se constituem, por meio das realidades discursivas, utilizando elementos de uma análise de discurso, e genealogia, que enfoca as relações de poder e, posteriormente, o processo de subjetivação, extrapolando as práticas puramente discursivas (DREYFUS; RABINOW, 2011). Ambas compreendem essa teia de saberes e relações de poder como uma constituição histórica (CANDIOTTO, 2006).

Apesar de compreender quatro décadas do fenômeno estudado, tal período é observada de forma descontínua, o que a rigor não caracteriza o estudo como uma genealogia ou arqueologia. Por outro lado, uma vez que busca acessar um conjunto de dados que revelam primordialmente práticas discursivas, o presente estudo se caracteriza como uma análise de discurso. Em virtude disso, foi realizada por meio do método sistematizado por Foucault em *Arqueologia do Saber*, que corresponde a uma análise de discurso formulada pelo filósofo (DREYFUS; RABINOW, 2011). O processo analítico opera buscando pertinências entre relações e séries de enunciados que se entrelaçam na constituição dos discursos (THIRY-CHERQUES, 2010). Dessa forma, utilizamos a Análise de Discurso Foucaultiana (ADF) para empreender uma análise cujo objeto inscreve-se numa problemática do poder.

Essa análise de discurso consiste na investigação do sistema geral do qual um discurso faz parte e as condições nas quais este se constitui (FOUCAULT, 2014a). Por **discurso**, podemos entender uma composição de enunciados cujas regras de funcionamento são comuns, mas sua análise requer, para além destes, as práticas não discursivas (THIRY-CHERQUES, 2010). A análise de discurso foucaultiana funciona como uma espécie de "grelha" classificatória a partir

da qual diferenças e semelhanças são demarcadas, tendo como ponto chegada as formações discursivas (ARAÚJO, 2007).

A seguir, apresentaremos os procedimentos de coleta de dados seguidos de uma breve discussão das categorias analíticas utilizadas neste estudo.

Tendo em vista que nosso estudo apoia-se no método foucaultiano, a coleta de dados vislumbra a construção de um arquivo. Há de se distinguir, no entanto, esta noção da de *corpus*: enquanto este último diz respeito à coleção de dados selecionados pelo investigador conforme seus propósitos de pesquisa (BAUER; AARTS, 2002), o arquivo constitui um sistema de enunciados que rege seu aparecimento e fornece-lhe regularidade (FOUCAULT, 2014a).

O arquivo é constituído por documentos de uma época, podendo estes ser de caráter literário ou não (THIRY-CHERQUES, 2010). No presente estudo, ao buscarmos entender o processo organizativo do Carnaval olindense, estabelecemos como ponto de partida o Carnaval de 2016, procedendo a partir daí a um recuo temporal. Fixamos, por outro lado, a década de 1980 como limite desse recuo, com base na pesquisa bibliográfica que orientou a construção do presente estudo e que apontou o término da década de 1970 como uma ruptura com o modelo de palanques e comissões julgadoras para a consolidação do modelo participativo. Dessa forma, analisamos quatro carnavais, estabelecendo entre eles uma distância de 10 anos — o que permitiu uma visão mais ampla das transformações ocorridas, tendo em vista que o presente estudo vislumbrou apreender o Carnaval enquanto processo.

Os documentos utilizados consistem em matérias jornalísticas sobre a cobertura dos quatro carnavais analisados. A opção pelo discurso jornalístico dá-se pelo fato de a mídia produzir um "agendamento de mundo", uma leitura compartilhada da atualidade, exercendo, portanto, um importante papel nos jogos de saber-poder (TUCHERMAN, 2007). Para Marcello (2004), trata-se de um campo no qual dispositivos operam, permitindo conhecer uma pluralidade de discursos. Dessa forma, a mídia está inevitavelmente atrelada aos regimes de

verdade. Para Foucault (2014c), a opinião, entendida como uma espécie de consciência social, passava pelos *media* — estes, por sua vez, sujeitos a interesses econômicos e políticos —, ainda que a noção de mídia apenas tangenciasse a sua obra.

Visando manter a unidade dos dados, optamos por acessar os registros de dois jornais do Estado, o *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, por serem fontes de notícias em funcionamento regular durante todo o período analisado e em atividade até hoje. Dessa forma, coletamos todas as notícias desses jornais do período de 1º de janeiro até o primeiro domingo após a Quarta-feira de Cinzas dos respectivos anos (1986, 1996, 2006 e 2016) — à exceção de 2006, cujo Carnaval encerrou em março, os demais arquivos contemplaram os meses de janeiro (integralmente) e fevereiro (até a data mencionada). A escolha por encerrar no domingo que sucede o término do Carnaval deu-se pelo fato de, a partir daí, o Carnaval do Estado não figurar nas pautas dos jornais analisados.

Os jornais, de periodicidade diária, foram disponibilizados para consulta no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco em seu formato original, ou seja, documento físico. Os volumes foram fotografados e digitalizados com a ajuda do software CamScanner, que converteu as notícias no formato PDF. Para a coleta, os volumes foram consultados na íntegra, e foram digitalizadas todas as matérias sobre o Carnaval de Olinda (não foram considerados informes publicitários, cartas dos leitores, peças publicitárias e seções de opiniões), totalizando 562 documentos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 (4) – Documentos analisados por período e fonte

	1986		**1996**		**2006**			**2016**		
	Jan.	**Fev.**	**Jan.**	**Fev.**	**Jan.**	**Fev.**	**Mar.**	**Jan.**	**Fev.**	**TOTAL**
DP	16	30	25	121	28	38	07	25	25	315
JC	19	21	20	64	16	47	07	28	25	247
Total	35	61	45	185	44	85	14	53	50	**562**

Fonte: elaboração da autora.

Os documentos foram organizados por ano e analisados com apoio do *software* NVivo, versão 10. Aqui vale uma ressalva: o *software* não operou análise de qualquer natureza, a utilização foi para identificar as categorias empíricas no texto, possibilitando a recuperação das informações organizadas conforme essas categorias.

Uma vez descrito o procedimento de construção do arquivo, abordaremos agora a análise em si. Apresentamos, portanto, as categorias que orientaram a análise dos dados, conforme sistematizado em *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2014a):

- **Enunciados**: o enunciado é definido como elemento indecomponível dos discursos, a menor unidade destes, que pode se relacionar com outras unidades de igual natureza. Essa unidade não requer uma estrutura proposicional, é tão somente um conjunto de signos, destituídos ou não dessa estrutura, a partir do qual se formula ou cria sentido.
- **Funções enunciativas**: as funções enunciativas são o modo pelo qual os enunciados enunciam, ou seja, dão a saber, constituem seu *modus operandi*, o modo como esse conjunto de signos existe e se atualiza.
- **Regras de formação**: são as condições de existência das formações discursivas e englobam quatro elementos, a saber: objetos, aquilo do qual os discursos se ocupam; modalidades enunciativas, ou seja, sujeitos, locais de fala, respectivos *status*, posições ocupadas pelos sujeitos ao exercerem seus discursos; conceitos, conjunto de elementos heterogêneos que definem como enunciados ligam-se aos discursos, as noções que se criam; e estratégias, a maneira como conceitos, objetos e elementos enunciativos organizam-se, atribuem-se coerência, estabilizam-se.
- **Formações discursivas**: correspondem ao conjunto de enunciados que apresentam uma regularidade quanto às suas condições de existência, modificação, rarefação e desaparecimento.

Enquanto o enunciado é o ponto de partida da análise, a formação discursiva é o ponto de chegada, e a análise permite demonstrar como esta se constitui por meio do feixe de relações entre enunciados, funções e regras que convergem. As formações discursivas foram, portanto, o ponto de articulação entre nossos achados e a teoria utilizada.

A seguir, apresentaremos os resultados encontrados, seguidos de exemplos e uma discussão à luz da problemática do poder.

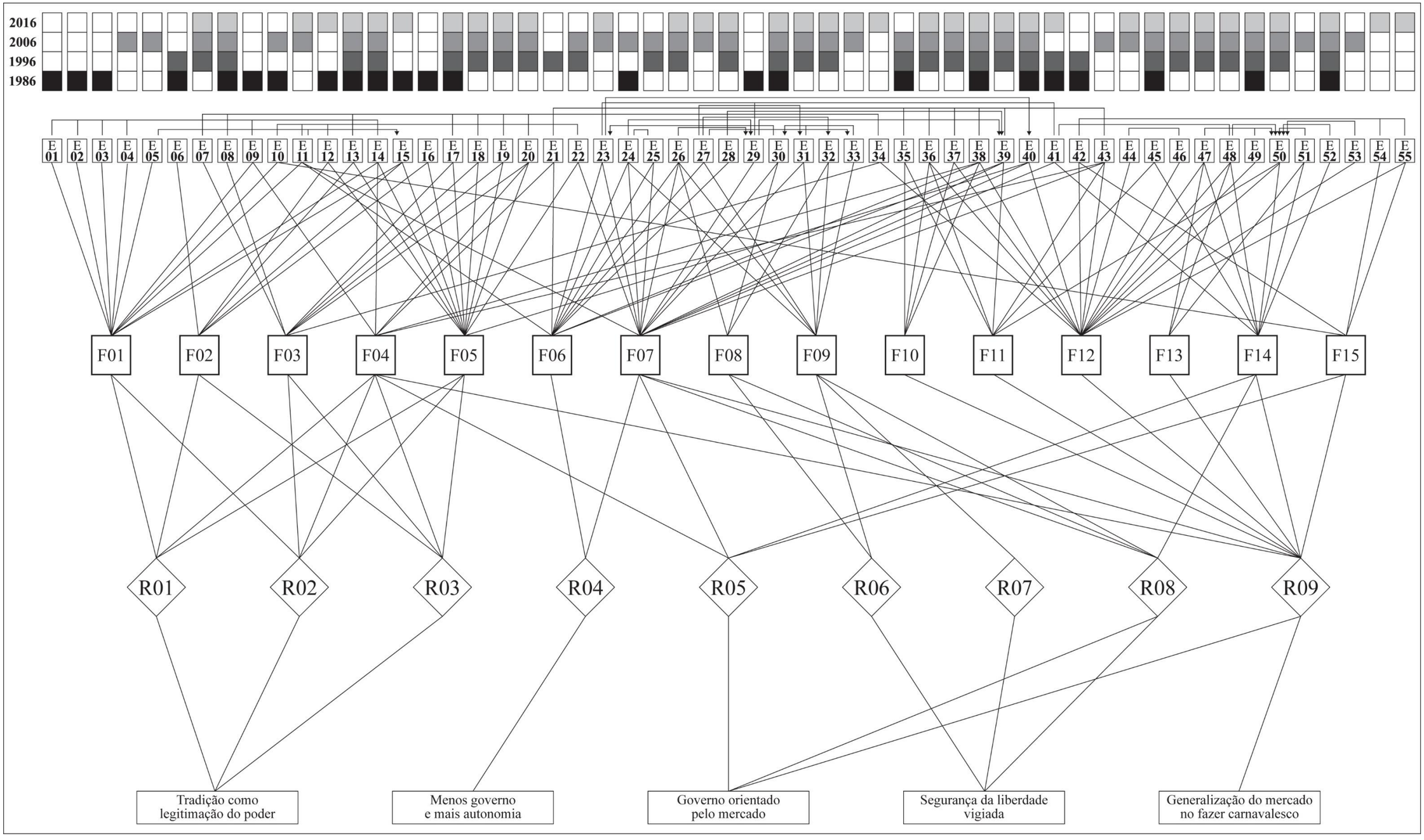
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados obtidos no presente estudo. Esta apresentação dar-se-á em dois momentos: no primeiro, listamos as categorias empíricas que embasam as formações discursivas, com suas definições e os contextos em que são verificadas nesse arquivo, bem como as relações que se estabelecem estas. Em seguida, apresentamos cada uma das formações discursivas sob dois aspectos: do ponto de vista descritivo, explicando como as formações derivam das categorias analíticas e de suas relações e exemplificando-as com passagens do arquivo analisado; e do ponto de vista teórico, discutindo os achados à luz da teoria.

5.1 Elementos constitutivos das formações discursivas

Nesta seção, apresentamos detalhadamente os elementos que constituem as formações discursivas: os enunciados, as funções enunciativas e as regras de formação discursiva, com seus respectivos critérios. No mapa geral de relações (Figura 1), apresentamos a disposição desses elementos, culminando com as formações identificadas, de forma a evidenciar os feixes de relações que as constituem. Visando a facilitar a elaboração dos diagramas e do texto descritivo das formações discursivas, atribuímos códigos aos elementos.

Figura 1 (5) – Mapa geral das formações discursivas



Fonte: elaboração da autora

Na primeira linha, temos os enunciados. Acima deles, encontramos linhas e setas que indicam como eles se relacionam entre si. Essas relações podem ser de natureza síncrona, quando enunciados explicam uns aos outros, ou incidental, quando um enunciado explica outro(s). No primeiro caso, utilizamos linhas como recurso gráfico; já no segundo caso, utilizamos setas que apontam para os enunciados explicativos dos demais. Acima de cada enunciado, temos uma série de quatro quadrículas que indicam os anos em que tais enunciados foram identificados no nosso arquivo (assinalados pelas quadrículas preenchidas). Na segunda linha, temos as funções enunciativas, que se ligam aos enunciados por setas que partem destes últimos. Na terceira linha, temos as regras de formação discursiva e, por fim, as formações discursivas na quarta linha, resultantes dos feixes de relações entre os elementos constituintes.

5.1.1 Enunciados

Os enunciados são apresentados sob a forma de orações — o uso da oração consiste tão somente em um recurso textual para expressar o conteúdo enunciativo, ainda que Foucault (2014) reconheça que o enunciado não seja necessariamente uma proposição textual, podendo ser uma imagem, uma disposição aleatória de letras num teclado, etc. Dessa forma, o Quadro 1 apresenta os enunciados.

Quadro 1 (5) – Enunciados

Cód.	Enunciado	Descrição
E01	O Carnaval promovido pelas famílias tradicionais de Olinda é apresentado como o autêntico Carnaval olindense	Defende que o festejo preserva seus traços definidos como autênticos quando concebido e executado pelas famílias tradicionais moradoras do Sítio Histórico de Olinda. Em nossos achados, manifesta-se tanto no reconhecimento da expertise de famílias olindenses envolvidas com o fazer carnavalesco há várias gerações quanto no reconhecimento da participação de outros agentes na organização do festejo como uma ameaça.
E02	Facções sociais trabalham no resgate das tradições do Carnaval olindense	Revela a existência de grupos mais conservadores, para os quais o Carnaval tem suas tradições ameaçadas pelas inovações introduzidas ao longo dos anos, que trabalham no sentido de reavivar velhas práticas. No arquivo, manifesta-se na defesa do fantasiar-se, do resgate das velhas marchas, das orquestras de pau e corda, do humor espontâneo, da integração sem barreira entre os brincantes, alegando a existência de um processo de profissionalização e conversão do festejo em espetáculo voltado para o turismo, o que comprometeria a essência do Carnaval olindense.
E03	Turistas e forasteiros ameaçam a autenticidade do Carnaval olindense	Reconhece a presença de turistas ou visitantes advindos de outras localidades que não o Sítio Histórico de Olinda como foliões ilegítimos, que não conhecem as práticas do Carnaval olindense e que, portanto, ao participarem do festejo, desvirtuam suas tradições. Em nossas análises, revela-se na alegação de que o aumento significativo de turistas e forasteiros é responsável pelo caráter de espetáculo desprovido de sentido que o Carnaval de Olinda vem adquirindo ao longo dos anos, bem como na crença de que esses visitantes usurpam as manifestações culturais sem trazer qualquer contribuição para a tradição.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E04	Ritmos não pernambucanos são desprestigiados no Carnaval de Olinda	Legitima os ritmos pernambucanos, e apenas estes, como a música tradicional do festejo carnavalesco local, rechaçando a presença de outros ritmos, tais como axé e funk, sob a alegação de que a presença destes desvirtua a tradição. Nos achados, manifesta-se na exaltação do frevo, do maracatu e das batucadas como ritmos genuínos do Carnaval olindense; na menção a medidas que coíbem a presença dos ritmos não pernambucanos; na associação desses ritmos à contaminação do festejo, etc.
E05	O som eletrônico de particulares compromete o funcionamento regular do Carnaval de rua	Considera danosa a prática de moradores ou locatários de casas do Sítio Histórico de ouvir som eletrônico em volume elevado, resultando na poluição sonora do espaço público ou mesmo no comprometimento da audibilidade do som produzido por orquestras e grupos percussivos que circulam pelo local. No arquivo analisado, evidencia-se nas menções às medidas disciplinares para conter o excesso de decibéis e na defesa do som das orquestras em detrimento do som eletrônico.
E06	Moradores do Sítio Histórico de Olinda participam ativamente da organização do Carnaval olindense	Reconhece o morador do Sítio Histórico de Olinda como peça fundamental na concepção e execução do festejo, tanto em ações autônomas quanto em parceria com a municipalidade. Nos dados, manifesta-se no reconhecimento do protagonismo do morador no processo criativo; na reivindicação pelos moradores do papel decisório na concepção do festejo; e no reconhecimento do papel de suporte dado pelo Poder Público à execução do evento efetivada pelos moradores.
E07	A cultura pop e acontecimentos midiáticos são referências criativas para a folia	Diz respeito à prática de fantasiar-se ou elaborar temas de desfile tendo como referências acontecimentos que estejam em intensa exposição midiática no período ou personagens consagrados da cultura pop. Em nossos achados, manifesta-se na menção a personagens famosas da teledramaturgia (e.g.: Viúva Porcina); fatos inusitados no jornalismo (e.g.: "grávida de Taubaté"); super-heróis e personagens do universo *geek* (e.g.: Meninas Superpoderosas, elementos da saga *Star Wars*); homenagens a artistas falecidos (e.g.: Amy Winehouse, David Bowie); etc.
E08	Artistas e foliões promovem sátira política durante a folia	Reconhece as brincadeiras jocosas envolvendo a vida política do País como recurso expressivo comum a foliões e agremiações durante os festejos carnavalescos. No arquivo, manifesta-se tanto na menção ao tema de desfiles em agremiações que tradicionalmente promovem a sátira quanto na descrição de fantasias ou *performances* inspiradas em escândalos políticos, rixas partidárias, promessas eleitorais, caricaturas de candidatos e representantes eleitos, etc.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E09	Agremiações carnavalescas de Olinda precisam moldar-se a um padrão estabelecido como tradicional para sobreviver	Revela a premissa de que é imprescindível enquadrar-se num modelo praticado pelas grandes e consagradas agremiações de Olinda para obter legitimidade ou mesmo ser elegível à obtenção de subvenções. No arquivo, manifesta-se no rechaço às agremiações de menor porte pelas de maior, no estabelecimento de critérios de elegibilidade para subvenções do município (geralmente com base na *performance* das agremiações tradicionais) e na exigência do respeito aos roteiros e horários predefinidos.
E10	Agremiações carnavalescas de Olinda segregam tipos de foliões	Diz respeito ao estabelecimento de um perfil de folião para integrar determinadas agremiações, limitando o acesso de indivíduos que não atendem aos requisitos. Nos achados, manifesta-se na descrição de critérios para se integrar ao desfile oficial de determinadas agremiações, especificamente em relação a orientação sexual (blocos que só admitem a inscrição de heterossexuais) e gênero (blocos que só admitem a participação de homens).
E11	Camarotes representam uma ameaça ao Carnaval de rua	Revela o pressuposto de que o processo de segregação em espaços privativos que caracteriza o camarote vai de encontro a um traço fundamental do Carnaval olindense, que é o fato de acontecer nas ruas do Sítio Histórico. Em nossas análises, manifesta-se nas menções aos conflitos entre o Poder Público e a sociedade, em que esta última reivindica a proibição de camarotes no Sítio Histórico, alegando que o Carnaval de Olinda é de rua e que a instalação de camarotes vai de encontro a isso.
E12	O Carnaval de Olinda acolhe toda a diversidade de foliões	Afirma o caráter inclusivo do Carnaval olindense. No nosso arquivo, manifesta-se na defesa da ausência de barreiras para os brincantes se integrarem ao festejo, propagando um festejo que não impõe limitações de ordem financeira, geográfica, etária, de gênero, etc.; na comparação com o Carnaval de outros municípios, marcados pela normatização; bem como na rejeição a passarelas, comissões julgadoras, salões e demais elementos que promovam algum tipo de segregação.
E13	O Carnaval de Olinda é marcado pela espontaneidade	Reconhece a liberdade de criar e modificar práticas de folia sem prévio planejamento como uma característica marcante do Carnaval olindense. Em nossos achados, manifesta-se na menção à criação de blocos em meio a brincadeiras de rua, mudanças de horários e percursos de agremiações sem planejamento, aos grupos que saem às ruas realizando batuques e arrastam foliões etc.
E14	Agremiações e personagens folclóricos do Carnaval de Olinda são ordenados hierarquicamente	Pressupõe uma escala de importância e reconhecimento entre as agremiações do Carnaval de Olinda, o que se reflete nas subvenções concedidas pelo Poder Público. Nos documentos analisados, manifesta-se no reconhecimento de um grupo seleto de agremiações (seja por longevidade, seja por número e perfil de foliões), que obtêm maior espaço na imprensa, maior volume de subvenções, maior interesse em parcerias por parte de marcas anunciantes, etc.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E15	O Carnaval de Olinda é marcado pelo uso intensivo do espaço público	Reconhece a rua, notadamente as ruas do Sítio Histórico de Olinda, como lócus por excelência do Carnaval olindense. No arquivo, manifesta-se nas alusões ao Carnaval de Olinda como um "carnaval de rua", desprovido de passarelas ou salões; bem como nas ações para garantir que as ruas estejam livres de quaisquer obstáculos que impeçam o fluxo de foliões e agremiações.
E16	O Carnaval congrega a vida artística olindense	Reconhece a existência de uma diversidade de artistas que habitam o Sítio Histórico e que, no período momesco, reúnem-se para empregar sua arte na elaboração do festejo. Em nossos achados, manifesta-se na menção aos artistas plásticos que elaboram alegorias e estandartes, bonequeiros envolvidos na confecção de bonecos gigantes, músicos que atuam como compositores ou em orquestras, etc.
E17	Agremiações promovem causas durante a folia	Revela o potencial de agremiações representarem determinadas causas durante seus eventos. Em nossos achados, manifesta-se tanto nas agremiações que são criadas em torno de determinada causa (e.g.: preservação do Sítio Histórico, defesa da democracia) quanto naquelas que apoiam determinadas causas num desfile ou período (e.g.: prevenção de HIV, combate à violência doméstica).
E18	Em Olinda, atividades religiosas e carnavalescas misturam-se	Diz respeito à ação sincrética que une elementos de diferentes cultos às práticas carnavalescas. Em nosso arquivo, revela-se na menção a cerimônias religiosas que visam preparar o espírito da cidade para a folia, bem como agremiações que desfilam apresentando elementos religiosos (sejam oriundos de cultos cristãos ou de matriz africana) em suas alegorias ou *performances*.
E19	O Carnaval de Olinda é marcado pela irreverência	Reconhece a ruptura com protocolos sociais e o uso de elementos cômicos como um traço marcante da folia olindense. Nos documentos analisados, manifesta-se na recorrente menção ao apelo cômico na elaboração de fantasias; na apropriação de figuras consagradas em fantasias ou *performances* satíricas; na apropriação irrestrita do espaço público, etc.
E20	Categorias ocupacionais e instituições formam agremiações durante o Carnaval	Aponta a tradição de se criarem agremiações carnavalescas para representar determinadas categorias ocupacionais ou mesmo congregar os membros de uma instituição. No arquivo, manifesta-se na menção aos blocos criados por esses profissionais ou pelas respectivas instituições a que pertencem (e.g.: Vassourão de Olinda, bloco formado por profissionais de limpeza urbana do município; Com Ciência na Cabeça, bloco formado por cientistas).

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E21	Carnavalescos e artistas formam associações para se fortalecer na organização do evento	Indica o intuito de dotar categorias profissionais envolvidas diretamente com o fazer carnavalesco de um maior poder de decisão ou barganha nas negociações que envolvem a organização do Carnaval olindense. Nos achados, manifesta-se nas menções à articulação de músicos, artistas plásticos ou dirigentes de agremiações no sentido de, junto ao Poder Público, obter melhores condições de trabalho, negociar percentuais de subvenções, prospectar patrocinadores, discutir o formato do festejo, etc.
E22	O Carnaval de Olinda segrega foliões genéricos	Revela o intuito de estabelecer áreas privativas no perímetro da folia destinadas a pessoas selecionadas, seja pela compra de algum tipo de ingresso, seja pela obtenção de um convite, instalando-se em locais de visibilidade privilegiada, os camarotes ou casas com artistas, onde dispõem de *mix* de serviços, que vão desde alimentação e consumo de bebidas a shows privados. Em nossas análises, manifesta-se tanto na menção às casas patrocinadas, em que os patrocinadores selecionam artistas e influenciadores para participar, como os camarotes para os quais os participantes pagam um valor, geralmente restritivo, e têm acesso em um ou mais dias do festejo.
E23	A precocidade cada vez maior das prévias gera uma sobrecarga para os serviços públicos	Reconhece um movimento cada vez mais significativo de antecipação do ciclo carnavalesco por iniciativa de agremiações (que promovem ensaios abertos ou acertos de marcha) e foliões, resultando numa demanda cada vez mais precoce por ajustes de infraestrutura e serviços de apoio. Em nossos achados, manifesta-se na menção à antecipação de prévias como custo extra e nos apelos dos representantes da PMO para que os dirigentes de agremiações comuniquem suas agendas com a devida antecedência, no sentido de garantir a provisão da infraestrutura e dos serviços necessários.
E24	O Carnaval ameaça a integridade física do Patrimônio Histórico de Olinda	Reconhece o fluxo de foliões e agremiações como uma atividade potencialmente nociva ao Sítio Histórico. Nos documentos analisados, manifesta-se na assunção de que a folia proporciona uma elevação do fluxo de visitantes, poluição acústica e geração de resíduos em níveis prejudiciais à integridade do Sítio Histórico, bem como na reivindicação, pelas entidades voltadas para preservação, de ações que minimizem tal impacto.
E25	A infraestrutura urbana de Olinda é insuficiente para suportar a demanda do Carnaval	Refere-se à magnitude dos eventos ocorridos na cidade durante o período carnavalesco, gerando uma sobredemanda pelo uso do espaço e pelos serviços públicos. Manifesta-se na alusão à insuficiência dos serviços, ainda que reforçados; à busca pelo apoio na rede hoteleira do Recife, cidade vizinha; aos transtornos ocasionados pelo aumento expressivo do fluxo de visitantes na cidade sem que o equipamento urbano e os serviços atendam a essa demanda satisfatoriamente.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E26	A PMO articula-se com a Administração Pública e a iniciativa privada para organizar o evento	Revela a busca de parcerias pela Prefeitura Municipal no sentido de ofertar serviços mais aprimorados ou mesmo de suprir eventuais lacunas na organização do evento. Nos documentos, manifesta-se na alusão a ações conjuntas com órgãos de turismo, imprensa, empresas privadas, dentre outros agentes que possam colaborar com a Prefeitura Municipal no planejamento e na execução do evento.
E27	O Carnaval provoca perturbação de ordem	Reconhece a predisposição a eventos adversos durante o ciclo carnavalesco, uma vez que nesse período há uma ruptura com a vida cotidiana, gerando situações que sobrecarregam os serviços públicos e a infraestrutura urbana. Em nossos achados, manifesta-se nas reivindicações dos moradores do perímetro da folia sobre os prejuízos advindos do volume de foliões, que resulta em desordem, excessos alcoólicos, geração de resíduos, poluição sonora, furtos, etc.
E28	A ação da PMO na organização do Carnaval de Olinda é inadequada	Revela a existência de uma expectativa da sociedade com relação ao papel da Prefeitura Municipal, à qual o desempenho dessa prefeitura não corresponde. Em nossas análises, manifesta-se na reclamação dos valores de subvenções; dos atrasos de documentações e procedimentos burocráticos; da insuficiência das ações de segurança; da arbitrariedade no estabelecimento de proibições e na fixação de multas; da precariedade dos serviços de informação, etc.
E29	O aumento de popularidade do Carnaval de Olinda ensejou o desenvolvimento de novas estratégias de organização	Admite que o Carnaval de Olinda obtém um número cada vez maior de brincantes, exigindo soluções para o acolhimento, a acomodação e a segurança desses foliões, bem como a preservação do perímetro de folia. Nos documentos analisados, manifesta-se na criação e no aprimoramento de esquemas de segurança; na elaboração de sistemas de informações que mapeiam o número de agremiações e respectivos percursos e estimando número de visitantes; na elaboração, em articulação com os moradores, de um guia para a locação de imóveis para temporada; na ampliação da estrutura hoteleira etc.
E30	O Poder Público organiza e garante serviços essenciais para a folia	Afirma o compromisso do Poder Público em planejar o evento, garantindo os recursos necessários para que este se realize, bem como o funcionamento regular dos serviços essenciais durante o período carnavalesco. Nos achados, manifesta-se na incumbência dos agentes públicos em elaborar o calendário oficial do evento, providenciar limpeza urbana, policiamento, serviços de saúde, organização do trânsito, cadastramento de comerciantes, inspeção, bem como destinar verba para decoração, música, iluminação etc.
E31	Tecnologias de monitoramento são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda	Aponta a visibilidade como um recurso fundamental para as ações de segurança empreendidas ao longo da folia, lançando mão de recursos diversos que ampliem as possibilidades de vigilância para prevenir transtornos. Na análise, manifesta-se na indicação de inovações como pontos elevados e observação de multidões, câmeras de monitoramento e equipes de fiscalização no intuito de manter a ordem durante o período momesco.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E32	O Carnaval requer ações educativas e de segurança para a população	Admite a necessidade de orientar a população para a minimização de riscos advindos do trânsito em multidões, práticas sexuais, excessos alcoólicos, entre outras ações que se intensificam durante a folia. No arquivo, manifesta-se nas alusões a elaboração de material informativo sobre alterações de trânsito, uso de preservativo, boas práticas de higiene; ao reforço de postos de saúde e efetivo de segurança, bem como à distribuição de preservativos; à retenção de recipientes de vidro nas vias de acesso ao Sítio Histórico (e consequente substituição por recipientes plásticos), etc.
E33	Práticas punitivas são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda	Reconhece a necessidade de se estabelecerem sanções para práticas consideradas prejudiciais ou ameaçadoras à ordem durante a folia. Nos documentos analisados, manifesta-se na alusão a multas, apreensões ou até prisões como recursos a serem utilizados pelos operadores da segurança pública visando conter práticas consideradas indevidas no perímetro da folia.
E34	Bonecos gigantes exaltam personalidades no Carnaval de Olinda	Revela a prática de ampliar a população de bonecos gigantes de Olinda inserindo-se a cada Carnaval figuras que obtiveram destaque ao longo do ano, seja na política, seja na música, seja em manifestações da cultura local, ou mesmo homenageando pessoas queridas. Em nossas análises, manifesta-se na menção aos novos integrantes do tradicional desfile de bonecos gigantes, que ocorre às terças-feiras, bem como as iniciativas de foliões em homenagear personalidades dedicando-lhe um boneco gigante.
E35	A rivalidade entre as agremiações é profícua para o Carnaval olindense	Indica que a rivalidade entre agremiações é um incentivo para que elas aprimorem cada vez mais seu desempenho no intuito de superar agremiações rivais. Em nossos achados, manifesta-se no reconhecimento de que as agremiações envidam esforços para superar as rivais, seja no reconhecimento e na torcida do grande público, seja na atração de um número cada vez maior de desfilantes inscritos, seja na obtenção de cotas de subvenção proporcionais ao seu desempenho e reconhecimento.
E36	Agremiações e personagens inovam suas *performances* para se tornarem mais atrativas	Indica a ação de incorporar novidades aos tradicionais desfiles das agremiações para atrair um número maior de foliões ou mesmo prospectar novos perfis. Nos documentos, manifesta-se na alusão aos atrativos extras das agremiações, tais como fusões de troças (quando duas ou mais agremiações realizam um desfile conjunto); a utilização de plataformas suspensas para ampliar a visibilidade dos desfilantes; e participação de atores globais em posições de destaque.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E37	Agremiações criam versões infantis para iniciar as novas gerações na folia	Revela a tendência de criar versões de agremiações tradicionais para o público infantil visando à iniciação desse público na folia e, ao mesmo tempo, a manutenção da continuidade das respectivas agremiações, que desfilam mesclando elementos tradicionais das agremiações originais com elementos do universo infanto-juvenil na folia. Nos documentos analisados, manifestou-se nas menções à programação infanto-juvenil das agremiações tradicionais (a exemplo de Ceroulinha, Eu Acho É Pouquinho e Pitombeirinha), bem como na utilização de atrativos para as crianças: distribuição de sorvetes e pipoca (em vez de bebidas alcoólicas), pistolas de água e repertório musical mesclando frevos tradicionais e músicas de consumo infanto-juvenil.
E38	Carnavalescos desenvolvem mecanismos de arrecadação para financiar os desfiles	Diz respeito à iniciativa de dirigente de agremiações de buscar os recursos necessários para viabilizar os desfiles. Em nossas análises, manifesta-se revelando as ações empreendidas pelos dirigentes para suprir a insuficiência das subvenções concedidas pela municipalidade, bem como para as demandas advindas do aumento de porte das agremiações.
E39	O patrocínio é um importante mecanismo de financiamento do Carnaval de Olinda	Reconhece a iniciativa privada como importante provedora de recursos para a realização do festejo, seja suprindo as suas demandas de forma geral (patrocínio do evento via municipalidade), seja apoiando agremiações em particular. Em nossos achados, manifesta-se na menção à necessidade de prospectar empresas que financiem o evento; à insuficiência das subvenções oriundas da municipalidade, legitimando a figura do patrocinador como peça-chave; e às políticas de isenção de impostos para incentivar a adesão de novos investidores.
E40	O Carnaval de Olinda possui uma duração ampliada	Diz respeito à extensão temporal do festejo tanto no sentido de antecipar seu início quanto no de postergar seu término. Nos achados, manifesta-se tanto no reconhecimento da existência de um calendário oficial planejado pelo Poder Público mais amplo que o tríduo momesco, contemplando as prévias como eventos integrantes do ciclo carnavalesco, quanto na legitimidade da ação de brincantes e/ou agremiações que extrapolam esse calendário oficial, saindo às ruas cada vez mais cedo e se retirando cada vez mais tarde.
E41	O turismo em Olinda é intensificado no período carnavalesco	Identifica o festejo como um importante atrativo turístico do município, que amplia significativamente o fluxo de visitantes. Nos documentos analisados, manifesta-se em menção aos números e origens dos visitantes, alusões à infraestrutura para recebê-los, bem como indicação das principais características da folia olindense que atrai o turista para o município, em detrimento de outras localidades.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E42	A imprensa presta um serviço relevante para o evento	Admite o papel fundamental da imprensa na ampliação do alcance do festejo. Em nossos achados, manifesta-se na busca, tanto pelo Poder Público quanto pelas agremiações, do apoio da imprensa no sentido de obter visibilidade, bem como na disponibilização, pela Prefeitura Municipal, de toda uma infraestrutura de trabalho para os jornalistas e demais operadores da mídia.
E43	Agremiações mudam suas rotinas para se beneficiarem de políticas públicas e investimentos privados	Revela a ruptura de agremiações com rotinas tradicionais em troca de incentivos financeiros advindos tanto de políticas públicas quanto de patrocinadores oriundos da iniciativa privada. Em nossas análises, manifesta-se na menção a situações em que agremiações quebram protocolos (tais como desfilar exclusivamente no Sítio Histórico ou em data fixa) para receber determinada premiação ou figurar em evento privado.
E44	Agremiações e personagens ampliam seu *mix* de produtos para além das apresentações convencionais	Diz respeito à tendência a converter as agremiações em marcas, cujo *mix* de negócios extrapola tradicionais desfiles carnavalescos ou pré-carnavalescos. No arquivo, revela-se nas amplas agendas das agremiações, que promovem eventos como o Baile Vermelho e Amarelo, do grêmio Eu Acho É Pouco; concessão do Prêmio Gigante Cultural, pelo Clube de Alegoria e Crítica Homem da Meia Noite, a personalidades de destaque na vida cultural pernambucana; venda de estampas e camisas colecionáveis por diversas agremiações; prévia do bloco Mulher na Vara em *food park*, com *mix* de opções gastronômicas, além de pontos de venda de camisas, artesanatos, *souvenires*, etc.
E45	O Carnaval de Olinda enseja oportunidades de geração de dividendos	Refere-se ao fomento a atividades lucrativas, bem como à geração de postos de trabalho, em decorrência do CarnavalNos documentos analisados, manifesta-se na dinamização de atividades ligadas ao fazer carnavalesco (música, costura, bordados, arte bonequeira); na necessidade de reforço de mão de obra em serviços de hotelaria, segurança, turismo e alimentação; nas oportunidades de negócios (aluguel de pontos para venda de alimentos e bebidas, aluguel de casas para temporada), etc.
E46	O Carnaval de Olinda oferece atrações para públicos e preferências diversos	Indica a conversão do festejo olindense num megaevento, capaz de atrair uma diversidade de público e que, para tal, precisa diversificar o leque de atrativos a ser ofertado a esse público. Em nossos achados, manifesta-se na preocupação com a criação de polos de folia, no intuito de diversificar os ritmos a serem tocados durante o festejo, na busca por contemplar os gostos de diversos perfis de foliões, inclusive o público infantil.
E47	O Carnaval de Olinda é objeto de ações de *branding* da PMO	Revela ações empreendidas pela Prefeitura Municipal no sentido de converter o festejo numa marca sob propriedade da municipalidade e atribuir valor a essa marca e, consequentemente, à gestão municipal em exercício. Em nossas análises, revela-se na menção à criação de logo para o festejo, bem como de material promocional contendo essa logo; às ações de mídia de massa e digital promovendo o festejo; aos eventos para lançamento de marca oficial, anúncio de homenageado, etc.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E48	A atração e o acolhimento do turista são objetivos do Carnaval de Olinda	Revela o intuito de dotar o festejo de atrações e serviços que favoreçam o incremento do turismo no período carnavalesco. Nos documentos analisados, manifesta-se nas alusões à criação de pontos de informação bilíngues; às parcerias da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) no sentido de fortalecer a rede hoteleira; e aos esforços para transformar o festejo num atrativo turístico para o município.
E49	Carnaval de Olinda é um evento propício para a realização de ações de *branding*	Identifica as manifestações carnavalescas de Olinda (troças, blocos, bonecos gigantes) ou o evento de uma maneira geral como oportunidades de associações positivas com marcas diversas. Nos achados, manifesta-se nas chamadas para que empresas interessadas em divulgar suas marcas negociem com a Prefeitura, nas empresas que realizam apoio ou patrocínio de agremiações e nas marcas que obtêm exclusividade no fornecimento de bebidas para o festejo.
E50	O Carnaval de Olinda é gerido pela PMO como um empreendimento	Refere-se à maneira como a Prefeitura Municipal organiza o Carnaval de Olinda como um negócio que deve gerar dividendos. No arquivo, manifesta-se na menção ao retorno estimado dos investimentos da Prefeitura no evento; à perspectiva de aquecimento de setores econômicos do município; ao intuito de aprimorar cada vez mais o evento, bem como os serviços de suporte; e aos esforços envidados no sentido de atrair um público cada vez maior para o festejo.
E51	O título de Primeira Capital Brasileira da Cultura agrega valor ao Carnaval de Olinda	Indica a apropriação do reconhecimento de primeira Capital Brasileira da Cultura, título instituído no ano de 2005 e que teve como primeira eleita Olinda, em ações de *branding* do Carnaval. Em nossos achados, manifesta-se na menção ao título nas ações promocionais do Carnaval de Olinda; na realização de eventos carnavalescos comemorativos desse título; no lançamento de estandarte oficial da Primeira Capital Brasileira de Cultura e do edital para seleção de frevo oficial.
E52	O Carnaval de Olinda proporciona arrecadação à municipalidade	Diz respeito ao retorno financeiro proporcionado pelo festejo à Prefeitura Municipal. No arquivo analisado, manifesta-se nas menções a vendas de espaços para instalações de pontos comerciais provisórios durante a folia; às cifras obtidas em decorrência do aquecimento do setor turístico e gastronômico; e à concessão de exclusividade a marcas de bebidas que operam no evento.
E53	O Carnaval de Olinda é um evento propício para ações de marketing eleitoral	Diz respeito à utilização de manifestações do período carnavalescos por determinados candidatos para obter visibilidade. Em nossos achados, manifesta-se na menção à profusão de bonecos gigantes representando candidatos, encomendados pelos próprios candidatos como suporte à sua campanha.

Quadro 1 (5) – Enunciados

(conclusão)

Cód.	Enunciado	Descrição
E54	Agremiações buscam obter notoriedade por meio das mídias de massa	Indica a busca de espaços na imprensa pelas agremiações no sentido de obter uma maior visibilidade pelo público geral. Nos documentos analisados, manifesta-se na divulgação das respectivas agendas em jornais impressos ou televisivos, bem como na publicação de histórias das agremiações, biografias, cronologias e curiosidades.
E55	Agremiações utilizam mídias digitais para estreitar relacionamentos com públicos de interesse	Revela o uso frequente de mídias digitais para promover um diálogo com os públicos de interesse, seja recebendo sugestões, esclarecendo dúvidas, divulgando programações, realizando encomendas de camisas, etc. No arquivo, manifesta-se nas recomendações de *fanpages* do Facebook e endereços de Instagram, bem como do aplicativo PE no Carnaval, que divulga e atualiza as agendas dos Carnavais de Recife e Olinda, além de enviar notificações aos usuários.

Fonte: elaboração da autora.

Tendo em vista que a presente análise contemplou quatro carnavais que distam entre si 10 anos, observamos que nem todos os enunciados revelam-se nos quatro anos analisados. Dessa forma, optamos por identificar, no mapa de formações discursivas (Figura 1), o(s) ano(s) em que cada enunciado acontece. Isso possibilitou observar como a constituição das formações modificou-se ao longo das décadas, conforme discutiremos adiante.

Os enunciados revelaram alguns núcleos de significados, indicando relações entre eles. O primeiro grupo remete a um ideal de tradição, aos elementos que a caracterizam e a como determinadas posições de poder são demarcados sob esse critério (E01, E02, E03, E04, E09 e E14). Outro grupo identificado diz respeito aos mecanismos de inclusão e exclusão operados no festejo (E10, E11, E12 e E22), seja o caráter acolhedor do Carnaval realizado em espaço público, seja os critérios de inclusão em agremiações, seja o caráter segregador dos camarotes. Há também um grupo de enunciados que remetem à experiência do brincante e do carnavalesco no Carnaval de Olinda, revelando aspectos como irreverência, sátira política, espontaneidade e elaboração de fantasias (E07, E08, E13, E17, E18, E19, E20 e E34). Outro grupo diz respeito

às práticas das agremiações no intuito de garantir sua longevidade e sustentabilidade financeira (E21, E35, E36, E37, E38, E39 e E43). Há um grupo de enunciados que aborda como a sobredemanda de foliões desafia a organização do evento (E23, E29 e E41). Temos dois enunciados que fazem referência à relação entre Carnaval e atividade turística (E41 e E48), dois enunciados que indicam a conversão de manifestações carnavalescas em ofertas de entretenimento (E44 e E46) e três enunciados que abordam o papel da mídia na visibilidade do festejo (E42, E54 e E55).

Além dessas relações síncronas, identificamos uma série de incidências de enunciados em outros. O enunciado que admite o uso do espaço público como um traço marcante do Carnaval de Olinda (E15) sofre incidência de dois enunciados: um aborda o camarote (E11) e o outro, o som eletrônico residencial (E05) como ameaças a esse Carnaval de rua. Já o enunciado que expressa a necessidade de a organização do Carnaval de Olinda desenvolver novas estratégias em virtude do aumento de popularidade (E29) sofre a incidência tanto do enunciado que diz respeito às parcerias firmadas pela PMO no intuito de aprimorar a realização do festejo (E26) quanto aos riscos que essa sobredemanda implica ao patrimônio do município (E24). O enunciado que aborda a incumbência do Poder Público na organização e no provimento de recursos para o festejo (E30) incide nos enunciados que dizem respeito às tecnologias de vigilância e os mecanismos de punição operados pelo Poder Público para garantir a segurança (E31 e E33, respectivamente) e no que aborda a precocidade das prévias como uma demanda extra para os serviços públicos (E23) — este, por sua vez, incide no enunciado que afirma a duração prolongada do Carnaval em Olinda (E40). O enunciado que reconhece o potencial de desordem inerente ao festejo (E27) incide nos enunciados que abordam os mecanismos de minimização desses riscos (E31, E32 e E33). O enunciado que aborda a importância do patrocínio na organização do Carnaval olindense (E39) recebe a incidência tanto do que reconhece a necessidade de novas estratégias organizacionais (E29)

quanto do que reconhece a insuficiência da ação da PMO (E28). Por fim, temos a centralidade do enunciado que admite o caráter empresarial da organização do Carnaval de Olinda pela Prefeitura (E50), no qual incidem: os enunciados que abordam as ações de *branding* empreendidas sobre o Carnaval de Olinda (E47) ou de anunciantes que utilizam o evento para tal (E49), estes relacionados entre si de forma síncrona; o enunciado que reconhece o turismo como um propósito da organização do Carnaval (E48); aquele que aborda a arrecadação obtida pela PMO em virtude do festejo (E52); o que diz respeito ao marketing eleitoral (E53); e por fim aquele que reconhece o uso da condição de Primeira Capital Brasileira da Cultura para agregar valor ao festejo (E51).

5.1.2 Funções enunciativas

As funções enunciativas, por sua vez, derivam dos enunciados e expressa a forma como operam. Assim, por exprimir ação, optamos por iniciá-las com o um verbo no infinitivo que indica essa ação. Foram identificadas 15 funções enunciativas, listadas no Quadro 2 com suas respectivas descrições.

Quadro 2 (5) – Funções enunciativas

Cód.	Função enunciativa	Descrição
F01	Legitimar um modelo de autenticidade do festejo	Encarrega-se de consagrar um conjunto de manifestações carnavalescas, sob a premissa da tradição, em detrimento de outras. Em nossos achados, evidencia-se nos enunciados que descredenciam manifestações advindas de grupos não dominantes; naqueles que reivindicam a chancela de famílias tradicionais olindenses nas agremiações; naqueles que determinam perfis de foliões, ritmos, práticas e espaços legítimos de folia, bem como os que questionam esses *status*.
F02	Atestar participação popular na organização do festejo	Exerce a função de ressaltar o aspecto participativo nos processos que envolvem a concepção, organização, execução e fruição do festejo. Em nossos achados, revela-se nos enunciados que reconhecem o papel criativo da população, bem como atribui-lhe poder de negociar ou mesmo deliberar.

Quadro 2 (5) – Funções enunciativas

(Continua)

Cód.	Função enunciativa	Descrição
F03	Evidenciar aspectos da vida cotidiana que se mesclam à folia	Incumbe-se de demonstrar como a folia é indissociável do contexto sociocultural no qual se desenrola, constituindo um importante "raio-x" do cotidiano. Em nossos achados, está presente nos enunciados que ressaltam como a política, as demandas sociais, os aspectos religiosos, as referências midiáticas etc. fazem-se presentes nos processos criativos e organizativos do Carnaval de Olinda.
F04	Descrever processos organizativos envolvidos na concepção do evento	Cumpre a função de detalhar as práticas pelas quais os agentes envolvidos na dimensão micro de elaboração do festejo (agremiações, associações de classe e foliões autônomos) planejam e executam as tarefas que lhes cabem. Em nossos achados, revela-se nos enunciados de cunho descritivo que apontam mecanismos de organização, negociação e normatização realizados por carnavalescos, dirigentes de agremiações e foliões.
F05	Delinear características organizativas do evento	Incumbe-se de descrever a cultura subjacente aos processos de planejar e executar o Carnaval de Olinda, revelando a maneira pela qual os mais diversos agentes interagem e desempenham seus papéis. Em nossos achados, faz-se presente nos enunciados que descrevem traços distintivos dessa forma de organizar (irreverência, improviso, espontaneidade), evocam aspectos hierárquicos e normativos, bem como revelam a relação dos agentes com o espaço público e a vida cultural da cidade.
F06	Revelar falhas e vulnerabilidades na organização do evento	Cumpre a função de revelar a ineficiência e ineficácia dos agentes envolvidos na organização do Carnaval, bem como a existência de impasses de resolução difícil ou inviável. Em nossos achados, manifesta-se nos enunciados que denunciam os problemas existentes, bem como naqueles que dizem respeito às ações empreendidas pelos agentes no sentido de prevenir/sanar adversidades ou suprir lacunas.
F07	Revelar aspectos infraestruturais da organização do evento	Encarrega-se de evidenciar toda a estrutura que se estabelece para viabilizar a execução de um evento do porte do Carnaval de Olinda. Em nossos achados, ocorre nos enunciados que evocam os papéis atribuídos a agentes públicos e privados na organização do festejo, bem como a maneira como estes se articulam; as estratégias para o reforço de serviços essenciais durante a folia; o desenvolvimento de tecnologias para a manutenção da segurança; e a busca de parcerias estratégicas tanto para o financiamento quanto para a visibilidade do festejo.
F08	Aprimorar prestação de serviços de apoio ao Carnaval	Incumbe-se de elencar agentes e respectivos esforços no sentido de proporcionar uma gama de serviços que não constituem a atividade-fim, mas que dão o necessário suporte para sua realização. Em nossos achados, manifesta-se em enunciados que evocam a ação do Poder Público, bem como as respectivas articulações com agentes privados, visando à provisão de serviços de segurança, informação, orientação de trânsito, etc.

Quadro 2 (5) – Funções enunciativas

(Conclusão)

Cód.	Função enunciativa	Descrição
F09	Admitir potenciais consequências adversas do festejo	Encarrega-se de alertar para riscos ou mesmo para danos inevitáveis decorrentes do festejo. Em nossos achados, manifesta-se nos enunciados que aludem às ameaças ao conjunto arquitetônico, à saúde e à segurança, bem como aqueles que ressaltam as ações preventivas e/ou corretivas do Poder Público, por vezes em parceria com agentes privados.
F10	Proporcionar longevidade de manifestações carnavalescas	Cumpre a função de consolidar a trajetória de agremiações ou manifestações folclóricas, convertendo-as em tradições imunes à ação do tempo. Em nossos achados, evidencia-se nos enunciados que apontam a necessidade de se criar um legado e preservá-lo ao longo dos anos.
F11	Ressaltar estímulo aos negócios promovido pelo festejo	Incumbe-se de evidenciar como o processo de organização do festejo mobiliza uma rede de negócios de pequeno, médio e grande portes. Em nossos achados, está presente nos enunciados que indicam as atividades rentáveis para diversos agentes envolvidos no festejo, seja para seu financiamento, seja para sua utilização como um catalisador de lucratividade, seja a realização de atividades lucrativas consequentes do próprio festejo.
F12	Formatar o Carnaval de Olinda enquanto portfólio de produtos e serviços suplementares	Tem a função de tratar o festejo como um grande *mix* de produtos e serviços ofertados a um público heterogêneo. Em nossos achados, ocorre nos enunciados que evocam a constituição e/ou o aprimoramento de um leque de ofertas; nos que indicam a tentativa de segmentar o festejo tendo em vista a heterogeneidade do público-alvo; e nos que revelam o interesse de conferir atributos e benefícios tendo em vista a perspectiva da atratividade ao público.
F13	Atribuir valor de marca ao festejo	Cumpre a função de converter o festejo num negócio, o que ocorre por meio da sua criação e do seu fortalecimento como marca. Em nossos achados, está presente nos enunciados que revelam ações voltadas para o fortalecimento da imagem institucional da Prefeitura Municipal, como detentora e responsável pelo negócio "Carnaval de Olinda", bem como naqueles que apontam ações de marketing voltadas para esse negócio.
F14	Demonstrar potencial econômico do festejo	Cumpre a função de ressaltar a possibilidade de desenvolvimento econômico em decorrência do festejo. Em nossos achados, ocorre nos enunciados que aludem aos investimentos no turismo; à ampliação dos postos de trabalho em decorrência das atividades ligadas ao festejo; e ao retorno à Prefeitura Municipal, seja sob a forma de fortalecimento da imagem institucional, seja sob a forma de arrecadação.
F15	Atestar mídia como agente de visibilidade do evento	Cumpre a função de atribuir à imprensa o papel fundamental de ampliar o alcance do festejo, tornando-o visível aos mais diversos públicos. Em nossos achados, revela-se nos anunciados que apontam o papel-chave do jornalismo (impresso, audiovisual e digital), tanto para o festejo de forma geral, quanto para agremiações isoladas.

Fonte: elaboração da autora.

Observamos, já na relação entre enunciados e funções enunciativas, três domínios amplos para os quais os enunciados convergem: a tradição, a organização (vista tanto sob um aspecto macro quanto no nível das práticas) e o mercado.

Assim, relacionadas à tradição, temos as funções ligadas à legitimação de um modelo de festejo (F01), à participação popular na organização do festejo (F02), aos aspectos da vida cotidiana que se mesclam à folia (F03) e ao intuito de perenizar as manifestações carnavalescas (F10). Nestas, observamos a atribuição e preservação de uma identidade do festejo como núcleo de significação comum às funções.

Relacionadas à organização, temos as funções voltadas para demonstrar como se dão os processos organizativos na concepção do evento (F04), apontar os aspectos infraestruturais dessa organização (F07), evidenciar as características organizativas do evento (F05), admitir as consequências adversas que podem resultar do festejo (F09), aprimorar prestação de serviços de apoio ao Carnaval (F08) e denunciar as falhas e vulnerabilidades desse processo (F06). Essas funções têm a premissa de que o festejo, mais que um folguedo popular, tem a característica de um evento, envolvendo, portanto, uma ação coordenada e a execução de tarefas; ao mesmo tempo, pressupõe a dimensão da contingência e a necessidade de ações preventivas.

Por fim, relacionadas ao mercado, temos as funções que apontam para o potencial econômico do festejo (F14), a atribuição de valor de marca (F13), o reconhecimento da mídia como agente de visibilidade ao festejo (F15), o estímulo aos negócios que o festejo propicia (F11) e a conversão do Carnaval de Olinda num portfólio de produtos e serviços suplementares (F12). Tais funções apontam para a perspectiva de retorno financeiro e geração de renda, bem como a abordagem mercadológica de que o festejo é revestido no intuito de maximizar esse potencial.

5.1.3 Regras de formação

Conforme apontamos no Capítulo 4, as regras de formação discursiva obedecem a quatro critérios: objetos, conceitos, modalidades e estratégias. No Quadro 3, apresentamos os critérios das regras de formação discursiva, separados conforme suas categorias — objetos, conceitos, modalidades e estratégias, nesta ordem — e seguidos de sua descrição.

Quadro 3 (5) – Critérios de regras

Objetos	
Concorrência	Diz respeito a uma forma de interação entre agremiações carnavalescas.
Demanda	Corresponde ao volume de usuários que requisitam as opções de lazer e a infraestrutura durante o ciclo carnavalesco.
Evento	Diz-se do festejo olindense enquanto espetáculo promovido por equipes organizadas com planejamentos e objetivos definidos.
Participação	Trata-se da forma e das possibilidades de integração aos preparativos do evento e à própria folia.
Recurso	Diz respeito a tudo aquilo que viabiliza e/ou aprimora a realização do festejo.
Serviço público	Corresponde aos esforços advindos do Poder Público (notadamente em esfera municipal, mas também advindos das esferas governamentais estadual e federal) para viabilização do festejo.
Conceitos	
Critério	Diz respeito àquilo que normatiza, permitindo ou restringindo o acesso aos espaços e às manifestações.
Escassez	Corresponde às lacunas de subvenções ou serviços, dificultando a realização do evento.
Investimento	Diz respeito a todo recurso que é destinado ao festejo sob a perspectiva de retorno.
Magnitude	Evidencia as dimensões do festejo, tendo em vista o contingente de públicos que o procuram.
Negócio	Revela as diversas transações e respectivos potenciais de retorno financeiro oportunizados pelo festejo.
Oferta	Diz respeito ao conjunto de manifestações culturais, polos de diversão e gastronomia, bem como serviços de apoio, configurados como um *mix* destinado ao consumo do público.
Ordem	Corresponde ao estado de equilíbrio e funcionamento regular da vida na cidade, que é alterado durante o desenrolar de um evento de porte e duração do Carnaval olindense.

Quadro 3 (5) – Critérios de regras

(Continua)

Conceitos	
Protagonismo	Diz respeito ao papel exercido ou reivindicado pelo cidadão olindense na organização do festejo.
Risco	Indica a iminência de acontecimentos indesejáveis por ocasião do festejo, que requer ações preventivas e corretivas.
Subvenção	Diz-se dos recursos advindos tanto do Poder Público quanto da iniciativa privada para financiamento de agremiações ou ações a serem realizadas durante o Carnaval.
Tipicidade	Evidencia o conjunto de traços considerados distintivos do festejo olindense, seja da feição que o festejo apresenta ao público, seja das peculiaridades do seu processo de elaboração.
Tradição	Revela um conjunto de manifestações legitimadas (e por vezes questionadas) cuja preservação ao longo das décadas enseja negociações e jogos de poder.
Vantagem	Indica a perspectiva de ganho por parte de agremiações ou associações de carnavalescos tanto em situações de competição quanto de cooperação.
Visibilidade	Indica o alcance proporcionado pela mídia tanto às agremiações quanto ao festejo.
Modalidades	
Combate	Revela como agremiações carnavalescas rivais disputam poder, prestígio ou recursos.
Compensação	Indica como a Prefeitura Municipal, ao investir no festejo, espera obter retorno, tanto do ponto de vista econômico quanto da imagem institucional.
Contestação	Diz-se do modo como alguns *status quo* são questionados questionar, assim como confrontam ameaças a esses *status*.
Escárnio	Trata-se de como foliões e agremiações promovem manifestações jocosas sobre aspectos da vida política.
Exaltação	Diz respeito ao modo como um ideal de autenticidade é sustentado por grupos dominantes.
Inadequação	Diz respeito ao modo como a infraestrutura urbana e o aumento substantivo do fluxo de pessoas e da geração de resíduos no ciclo carnavalesco relacionam-se.
Inovação	Revela como manifestações carnavalescas utilizam elementos criativos no sentido de promover experiências inéditas ou diferenciadas aos foliões ou mesmo garantir sua sobrevivência.
Integração	Diz respeito a como o uso do espaço público e a participação em agremiações operam processos de inclusão e exclusão de foliões.
Ordenação	Revela como os agentes, processos, recursos e demandas envolvidos na concepção, no planejamento e na execução do festejo são (ou precisam ser) orquestrados.
Provimento	Indica como o Poder Público, empresas privadas e líderes carnavalescos, isoladamente ou em cooperação, suprem o evento de recursos necessários ao seu funcionamento, bem realizam ações preventivas e/ou corretivas diante de eventos adversos.

Quadro 3 (5) – Critérios de regras

(Conclusão)

Estratégias	
Arbítrio	Revela como indivíduos dotados de autoridade legalmente concedida aplicam sanções àqueles que praticam transgressões durante o festejo.
Articulação	Diz respeito a como dois ou mais agentes agem de forma conjunta visando obter resultados mais consistentes ou mesmo de concretizar aquilo que não seria viável por meio de uma ação isolada.
Dissidência	Evidencia a forma como agremiações se multiplicam e garantem sua longevidade, ao se subdividirem em duas ou mais (preservando a originária) quando da ocorrência de conflitos inconciliáveis entre seus membros.
Distinção	Revela a maneira como determinados *status quo* são demarcados, tanto numa relação do Carnaval de Olinda com alteridade, exaltando traços que delineiam sua identidade, quanto no estabelecimento de hierarquias entre foliões, agremiações, manifestações culturais, etc.
Engajamento	Indica como foliões e carnavalescos agem de forma autônoma criando suas *performances*, utilizando o espaço público, utilizando a folia para atribuir visibilidade a pautas sociais e lutando para preservar ou questionar elementos consagrados por um ideal de tradição.
Incumbência	Revela como a Administração Pública, notadamente a municipal, exerce a responsabilidade sobre a realização do festejo, tanto sob uma perspectiva de um compromisso assumido pela municipalidade quanto sob a perspectiva de uma atribuição da população.
Mercadização	Diz respeito a como a premissa do consumo molda o festejo, pressupondo a existência de um mercado, uma concorrência e uma performance; a como agentes públicos ou privados utilizam o festejo como forma de obter visibilidade ou retorno financeiro; e a como o festejo converte-se num importante negócio para a Prefeitura Municipal.
Prevenção	Indica como riscos inerentes ao festejo são detectados e alvo ações para minimizá-los.
Restrição	Diz respeito ao modo como determinados perfis de foliões se deparam com barreiras de ordem física ou social impostas à sua participação em espaços privados ou agremiações.

Fonte: elaboração da autora.

A análise do arquivo apontou para a nove regras de formação discursivas, as quais nomeamos utilizando-se de expressões de valor substantivo, apresentadas no Quadro 4 seguidas de suas respectivas descrições.

Quadro 4 (5) – Regras de formação discursiva

Cód.	Regra	Descrição
R1	Demarcação de fronteiras	Aponta a existência de critérios de pertencimento, pelos quais foliões são habilitados ou impedidos de se integrar em determinadas manifestações carnavalescas.
R2	Configuração do festejo	Revela a premissa de que o Carnaval de Olinda tem sua feição marcada pela participação popular, pela preservação de tradições ao longo de décadas e pela imbricação com a vida artística e religiosa da cidade.
R3	Participação popular	Revela o engajamento da população nos processos de decisão e execução do festejo, reconhecendo esse processo participativo como uma característica do Carnaval de Olinda preservada ao longo das décadas.
R4	Insuficiência governamental	Denuncia a percepção da população de que o papel do Estado na organização do festejo e na provisão de recursos não é exercido de forma satisfatória e eficiente.
R5	Parceria estratégica	Pressupõe o Carnaval de Olinda como o resultado de uma construção conjunta que, para ser eficiente, requer a predisposição de dois ou mais agentes para agir colaborativamente.
R6	Manutenção de ordem	Diz respeito à ideia de que um evento do porte do Carnaval de Olinda enseja ações preventivas no intuito de minimizar adversidades.
R7	Exercício de prerrogativa	Diz respeito à ideia de que o Estado, na condição de provedor de segurança pública e mantenedor da ordem, tem o poder de dispor sobre a conduta dos indivíduos, bem como delegar a seus operadores a autoridade de fiscalizar o cumprimento das normas e punir transgressores.
R8	Competência do Estado	Remete à ideia de que compete à Administração Pública, notadamente à esfera municipal, prover o festejo de recursos e serviços públicos, prevenir adversidades e orquestrar os diversos agentes envolvidos nesse processo; assim como lhe é direito obter retorno pela realização desse evento.
R9	Dinâmica mercadológica	Remete à generalização das relações de mercado nos mais diversos aspectos do Carnaval de Olinda, permeando a provisão de serviços públicos e infraestrutura, submetendo manifestações culturais a formatos rentáveis, substituindo a perspectiva do folião-partícipe pela do folião-consumidor, bem como o papel da Prefeitura Municipal de provedor a empreendedor, e instaurando a competição como marcador de relações.

Por sua vez, as regras de formação relacionam-se a um ou mais dos grupos apresentados nas funções — tradição, organização e mercado —, mesclando por vezes dois deles ou os três. Dessa forma, todas as regras têm em comum o elemento da organização, enfatizando que a dimensão organizativa é inerente ao festejo e condição para que este se concretize. No entanto, há regras de formação que apontam exclusivamente para essa dimensão, a saber: Manutenção

de ordem (R6), Exercício de prerrogativa (R7) e Insuficiência governamental (R4) — isso reforça o papel do Estado como central naquilo que compete a prover a cidade de condições para comportar um evento, entendendo-se aqui o festejo como evento. As regras Configuração do festejo (R1), Demarcação de fronteiras (R2), Participação popular (R3), Parceria estratégica (R5) e Dinâmica mercadológica (R9) também envolvem o elemento da tradição, sendo que nas duas últimas a questão do mercado também se faz presente. Tal elemento também se faz presente na regra Competência do Estado (R6), junto ao aspecto organizacional.

É válido ressaltar que as regras de formação discursivas derivam de arranjos entre critérios de regras. Para ilustrar a relação entre os critérios e as regras, apresentamos a Tabela 1, que dispõe os agrupamentos de critério em linhas e as regras de formação em colunas.

Tabela 2 (5) – Critérios de regras e regras de formação

		Configuração do festejo	Demarcação de fronteiras	Participação popular	Parceria estratégica	Dinâmica mercadológica	Competência do Estado	Manutenção da ordem	Exercício de prerrogativa	Insuficiência governamental
Objetos	Concorrência					■				
	Demanda				■	■	■			■
	Evento	■	■		■	■	■	■		■
	Participação		■	■						
	Recurso				■	■	■			■
	Serviço público						■		■	
Conceitos	Critério		■							
	Escassez									■
	Investimento					■	■			
	Magnitude				■		■			■
	Negócio				■	■				
	Oferta					■				
	Ordem						■		■	■
	Protagonismo			■						

Tabela 2 (5) – Critérios de regras e regras de formação

(Continua)

		Configuração do festejo	Demarcação de fronteiras	Participação popular	Parceria estratégica	Dinâmica mercadológica	Competência do Estado	Manutenção da ordem	Exercício de prerrogativa	Insuficiência governamental
Conceitos	Risco							■		
	Subvenção				■	■	■			
	Tipicidade	■		■		■				
	Tradição	■								■
	Vantagem				■	■				
	Visibilidade				■	■				
Modalidades	Combate					■				
	Compensação					■	■			
	Contestação	■								■
	Escárnio			■						
	Exaltação	■								
	Inovação	■		■		■				
	Integração		■							
	Oportunismo									■
	Ordenação	■		■	■	■	■	■		
	Provimento				■	■	■		■	■
Estratégias	Arbítrio								■	
	Articulação				■					■
	Dissidência					■				
	Distinção	■								
	Engajamento	■	■	■						
	Incumbência						■			■
	Mercadização					■				
	Prevenção							■		
	Restrição		■							

Fonte: elaboração da autora.

Uma vez apresentadas as categorias identificadas na análise do arquivo, na próxima seção teremos o panorama geral das formações discursivas, seguido de uma análise individual de cada uma delas à luz da teoria.

5.2 As formações discursivas

A relação entre os elementos constitutivos apresentados na seção anterior resultou na identificação de cinco formações discursivas: uma delas voltada para o aspecto da tradição como uma base de legitimidade do poder, três para o papel da Administração Pública — sendo uma a respeito do papel de provedor, outra envolvendo a relação do Estado com o mercado e a terceira, a operação de tecnologias de poder — e por fim uma formação que aponta a imbricação entre mercado e manifestações culturais.

As formações discursivas identificadas na análise do arquivo foram analisadas à luz do pensamento foucautliano, notadamente no seu ciclo do poder. Essa reflexão nos levou a identificar que as relações de poder evidenciadas nas formações discursivas poderiam ser observadas sob três grandes eixos: o **governo**, enquanto processo e prática de conduzir a conduta; que incide sobre um **corpo**, sujeito e objeto de práticas de governo, por meio de **técnicas**, que possibilitam geri-lo. Esses três eixos e a forma como eles se evidenciam em cada formação discursiva são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 (5) – Eixos de reflexão das formações discursivas

Formação discursiva	Governo	Corpo	Técnica
FD1	Tradição como regime de verdade	Autenticidade como legitimação	Classificação e segregação como disciplina
FD2	Segurança como atribuição de governo	Liberdade consentida	Manutenção de ordem
FD3	Limitação da ação estatal	Autogestão da população	Visibilidade e segregação como disciplina
FD4	Eficiência governamental	*Homo œconomicus* como premissa	Mediação de interesses mercado-sociedade
FD5	Autonomia do mercado	Desempenho econômico	Controle por *performance*

Fonte: elaboração da autora.

Apresentaremos, agora, cada uma das formações discursivas na ordem em que aparecem no Quadro 5. Os eixos aqui apresentados servirão como um guia da descrição e reflexão das formações. Assim, apresentaremos uma síntese geral de cada formação, seguida de uma breve análise de sua dimensão temporal (conforme pudemos observar na Figura 2) e dos aspectos

teóricos suscitados em cada uma delas. Cada uma dessas dimensões é ilustrada com um exemplo, com a respectiva descrição do feixe de enunciados, funções e regras que o constituem, seguido de uma reflexão teórica.

5.2.1 Tradição como base de governo

Esta formação indica a existência de uma tradição consolidada ao longo das décadas, inserida em lutas e negociações de poder que envolvem tanto a preservação dessas práticas quanto o questionamento delas. Essa concepção de tradição permeia não só as manifestações culturais carnavalescas, mas também os "bastidores" dessas manifestações, o processo pelo qual os agentes envolvidos se organizam e produzem o festejo. Essas relações pressupõem aspectos hierárquicos e papéis estratégicos (e por vezes privilegiados), nos quais a participação do povo é a espinha dorsal.

No que diz respeito aos elementos constitutivos oriundos da análise de discurso, a formação é composta de três regras, cinco funções e 26 enunciados. Podemos observar que a regra de formação que remete à demarcação de fronteiras (R01) liga-se a todas as funções da formação discursiva, exceto àquela que diz respeito à relação entre vida cotidiana e folia (F03). Os enunciados que constituem esse feixe de relações têm uma incidência significativamente maior na década de 1980, sobretudo aqueles que se referem às práticas de legitimação. Dentre estes, destacamos os que remetem ao protagonismo dos moradores e dos artistas locais na organização do festejo e na preservação de um ideal de tradição, sendo o pertencimento um mecanismo de estabelecimento de fronteiras — tais enunciados não se repetem nas décadas subsequentes, muito embora nas últimas décadas analisadas alguns elementos da tradição voltem a incidir como forma de resistência às mudanças ocorridas no festejo (a exemplo da

rejeição ao som eletrônico e aos camarotes). Os aspectos referentes às demais funções ocorrem de maneira estável ao longo das décadas.

Quanto à configuração do festejo (R2), que se liga a todas as funções exceto àquela que afirma a participação popular (F02), observamos que, no que diz respeito às práticas organizativas (F04) e ao modo de se organizar (F05) concentram-se ora na década de 1980, ora nas décadas subsequentes, demarcando a década de 1990 como um ponto de ruptura no que diz respeito ao processo de profissionalização do fazer carnavalesco, indicando a existência de práticas mais estruturadas a partir desse período.

Já a participação popular (R3) liga-se a todas as funções desta formação, exceto à de legitimação de um modelo de autenticidade (F01). No entanto, embora a incidência dos enunciados que constituem este feixe de relações seja relativamente estável ao longo das décadas analisadas, observamos que na década de 1980 enfatiza-se a participação na concepção do festejo, enquanto os enunciados que refletem o engajamento no folguedo ocorrem nas quatro décadas sem qualquer destaque significativo.

O Quadro 6 lista os elementos constitutivos das formações discursivas com seus respectivos códigos e a Figura 2 apresenta o mapa de relações desta formação discursiva, indicando como esses elementos a constituem, bem como os anos de incidência dos enunciados.

Quadro 6 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 01

	Enunciados
E01	O Carnaval promovido pelas famílias tradicionais de Olinda é apresentado como o autêntico Carnaval olindense
E02	Facções sociais trabalham no resgate das tradições do Carnaval olindense
E03	Turistas e forasteiros ameaçam a autenticidade do Carnaval olindense
E04	Ritmos não pernambucanos são desprestigiados no Carnaval de Olinda

Quadro 6 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 01

(Continua)

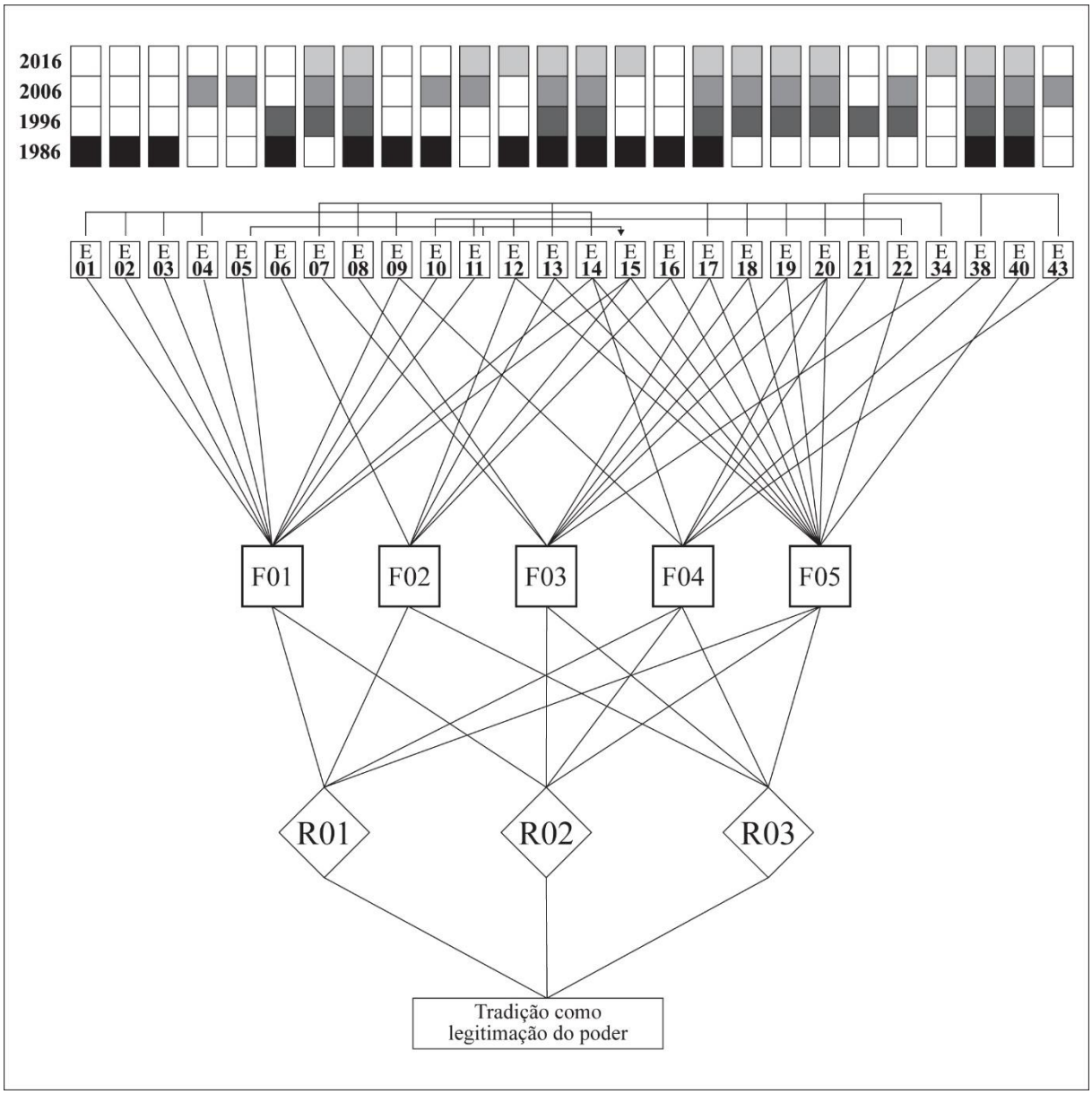
	Enunciados
E05	O som eletrônico de particulares compromete o funcionamento regular do Carnaval de rua
E06	Moradores do Sítio Histórico de Olinda participam ativamente da organização do Carnaval olindense

E07	A cultura pop e acontecimentos midiáticos são referências criativas para a folia
E08	Artistas e foliões promovem sátira política durante a folia
E09	Agremiações carnavalescas de Olinda precisam moldar-se a um padrão estabelecido como tradicional para sobreviver
E10	Agremiações carnavalescas de Olinda segregam tipos de foliões
E11	Camarotes representam uma ameaça ao Carnaval de rua
E12	O Carnaval de Olinda acolhe toda a diversidade de foliões
E13	O Carnaval de Olinda é marcado pela espontaneidade
E14	Agremiações e personagens folclóricos do Carnaval de Olinda são ordenados hierarquicamente
E15	O Carnaval de Olinda é marcado pelo uso intensivo do espaço público
E16	O Carnaval congrega a vida artística olindense
E17	Agremiações promovem causas durante a folia
E18	Em Olinda, atividades religiosas e carnavalescas misturam-se
E19	O Carnaval de Olinda é marcado pela irreverência
E20	Categorias ocupacionais e instituições formam agremiações durante o Carnaval
E21	Carnavalescos e artistas formam associações para se fortalecer na organização do evento
E22	O Carnaval de Olinda segrega foliões genéricos
E34	Bonecos gigantes exaltam personalidades no Carnaval de Olinda
E38	Carnavalescos desenvolvem mecanismos de arrecadação para financiar os desfiles
E40	O Carnaval de Olinda possui uma duração ampliada
E43	Agremiações mudam suas rotinas para se beneficiarem de políticas públicas e investimentos privados
Funções	
F01	Legitimar um modelo de autenticidade do festejo
F02	Atestar participação popular na organização do festejo
F03	Evidenciar aspectos da vida cotidiana que se mesclam à folia
F04	Descrever processos organizativos envolvidos na concepção do evento
F05	Delinear características organizativas do evento
Regras	
R1	Demarcação de fronteiras
R2	Configuração do festejo
R3	Participação popular

Fonte: elaboração da autora.

Podemos observar os feixes de relações que constituem a presente formação discursiva na Figura 2. O Quadro 6 apresenta os elementos constitutivos com seus respectivos códigos de forma a facilitar a compreensão da figura.

Figura 2 (5) – Tradição como base de governo: mapa de relações



Fonte: elaboração da autora

À luz do pensamento foucaultiano, essa formação evoca um regime de verdade ancorado na de tradição. Sob esse regime de verdade, a noção de autenticidade funciona como mecanismo de legitimação ou deslegitimação de práticas do fazer carnavalesco. Por sua vez, essa noção de legitimidade orienta tecnologias disciplinares que operam nos foliões e participantes das manifestações carnavalescas sobretudo pelos processos de classificação e exclusão.

Para Foucault (2014b), o exercício de poder dá-se ancorado numa manifestação de verdade, um corpo de conhecimento útil, não necessariamente de natureza científica, mas que permite separar o verdadeiro do falso ou oculto — esses procedimentos, ele chama de aleturgia, imprescindível para a existência de um governo. Contudo, é válido ressaltar que o entendimento de governo aqui dá-se, como o próprio Foucault alerta, enquanto práticas e procedimentos, não como instância da Administração Pública. Com efeito, essa formação revela fortemente a noção de governo sem estar atrelada à figura do Estado. Assim, a governamentalidade deve ser entendida como a junção das técnicas de governo voltadas a si e ao mesmo tempo técnicas exercidas sobre os outros; na modernidade, teria havido uma governamentalização do Estado (CIPAGAUTA, 2006), mas a arte de dirigir indivíduos, o governo, é anterior e independente desse processo. A criação desse neologismo evoca a necessidade de as práticas de governar serem coerentes com as mentalidades que lhes são subjacentes: dessa forma, criam-se sujeitos passíveis de se governar à medida que são empreendidas técnicas que incidem sobre a conduta das pessoas (FIMYAR, 2009).

Assim, toda prática de governo repousa num conjunto de verdades que dizem respeito a diversos aspectos fundamentais ao exercício desse governo (FIMYAR, 2009). Na presente formação discursiva, esse regime de verdade é a tradição. A ideia de tradição evoca um passado e, portanto, a noção de memória: nessa memória, são inscritas as práticas que se pretende legar. A esse respeito, Peralta (2007) considera relevante a ideia de regime de verdade no pensamento foucaultiano para discutir como a construção da memória social está profundamente ancorada na relação saber-poder: segundo ela, embora o filósofo não tenha atribuído centralidade à questão da memória, ele reconhece nela uma materialidade, cuja investigação enseja o entendimento da trama poder-saber que propicia a amplificação de determinadas vozes no corpo social em detrimento de outras.

Na obra foucaultiana, a problemática da verdade articula-se à do poder: pelo exame das práticas sociais, pode-se observar como estas incorporam mecanismos estratégicos que justificam racionalmente o exercício de poder, cujos efeitos seriam as técnicas de governo de pessoas. Na presente formação discursiva, observamos como a noção de tradição e o consequente recurso ao passado justifica que determinados grupos incumbam-se de governar outros, operando mecanismos de classificação e adestramento.

Na passagem a seguir, exemplificaremos como o aspecto da tradição como regime de verdade se revela em nossos achados.

> E conta que a tradição carnavalesca de lá vem desde o começo do século. "Isso se faz notar nas mais autênticas agremiações do Carnaval de Olinda. É como uma espécie de árvore genealógica que estende suas raízes através dos tempos nas famílias dos verdadeiros foliões, como aconteceu com o clã Gregório Lobo[7]. [...] Dessa maneira, são três gerações fazendo a preservando a pureza do Carnaval de Olinda." (DP, jan. 1986, nº 02).

Na passagem, extraída da matéria *Em Olinda, quem faz o Carnaval é o povo*, podemos observar como a ideia de tradição é evocada pela analogia a uma árvore genealógica. Observamos o início do século XX como uma demarcação temporal dessa tradição, fortemente ancorada na questão da família. Ao supor a "pureza" do Carnaval promovido por essas famílias, evidenciamos que apenas indivíduos que têm o *status* do pertencimento a famílias tradicionais do Sítio Histórico de Olinda possuem a *expertise* para organizar o festejo (E01), o que visa legitimar esse fazer carnavalesco em detrimento de outros (F01). Por sua vez, observamos que a relação entre essa pressuposição de pureza e o intuito de promovê-la como duas manifestações legítimas inscrevem-se tanto num processo de atribuição de uma identidade, uma feição ao festejo (R2), marcada fortemente pela chancela dessas famílias, quanto de estabelecimento de fronteiras, com seus mecanismos de inclusão e exclusão (R1).

[7] À família Gregório Lobo é creditada a fundação de antigas e tradicionais agremiações, prática que se teria ramificado ao longo das gerações, dando origem ao clube Lenhadores, à escola de samba Preto Velho e à troça infantil John Travolta, ainda em atividade, bem como outras agremiações que encerraram suas atividades ou ramificaram-se em dissidências.

A passagem evidencia a existência de um grupo de carnavalescos legítimos, cuja legitimidade advém tanto de laços sanguíneos quanto de uma *expertise* carnavalesca acumulada ao longo dos anos. Esse grupo, por sua vez, opera relações de poder articuladas no regime de verdade da tradição. Esse regime, e sua manifestação de verdade via rituais e práticas, são imprescindíveis para que se legitimem práticas de governo, ou seja, para que se dirija a conduta de indivíduos, na medida em que esse poder não se resume a mera submissão, mas à veridicção (FOUCAULT, 2014b).

Por sua vez, a tradição vale-se da noção de autenticidade para legitimar as práticas que emergem do corpo social. À medida que o festejo assume dimensões cada vez maiores, tanto no que diz respeito ao contingente de foliões quanto no que se relaciona ao número de agremiações, esses grupos que buscam "governar" a organização do Carnaval olindense operam mecanismos de poder sob a premissa da autenticidade. Se é o regime de verdade que articula as práticas organizativas do Carnaval olindense evoca um ideal de "pureza", o processo de legitimação dos participantes e daquilo que é proibido ou permitido fazer emanam dessa premissa, apontando para a questão da autenticidade. Podemos observar no exemplo abaixo como essa legitimação é operada na relação entre agremiações:

> Apesar da crise — afirmou —, as agremiações que mantêm a tradição do horário do desfile, dia, fantasia convencional, roteiro e outras providências continuam firmes no Carnaval de Olinda e isso contribui para seu crescimento. Na opinião de Cabela, não é preciso ser agremiação secular nos festejos carnavalescos da cidade para obedecer essas regras do tradicionalismo, pois o bloco Eu Acho É Pouco[8] vem mantendo o respeito à tradição e desfila nos horários e roteiro elaborado pelos seus fundadores, não sai do seu "habitat" — o Sítio Histórico — mesmo que lhe seja oferecida qualquer quantia pelos promotores de grandes eventos fora de Olinda (DP, jan. 1986, nº 17).

[8] O Grêmio Lítero Recreativo Cultural Misto Eu Acho É Pouco foi fundado no ano de 1976, em plena ditatura, com a proposta de satirizar a vida política do País. Seu desfile conta um enorme dragão manipulado por pessoas e, atualmente, com um dragão-filhote, de chupeta, que conduz os foliões-mirins que desfilam na vertente infantil da agremiação, Eu Acho É Pouquinho. Politizado desde a fundação, o Eu Acho É Pouco tem participado de diversos atos fora do período momesco a favor da democracia, como marchas e passeadas.

A passagem corresponde à fala do então diretor de uma das mais "tradicionais" troças carnavalescas, a Ceroula de Olinda[9], apresentado na matéria intitulada *Cabela defende a preservação do antigo Carnaval* como "uma das lideranças do Carnaval Olindense". Dessa forma, ocupando uma posição privilegiada de fala conferida pelo seu papel de liderança, ele estabelece parâmetros pelos quais uma agremiação deve ser reconhecida e legitimada no festejo. Na sua fala, evidencia-se inicialmente a obrigatoriedade de moldar-se a um padrão de desfile estabelecido como tradicional como requisito para sua continuidade ao longo dos anos (E09), o que aponta para a necessidade de descrever como uma agremiação deve proceder (F04) para ser considerada autêntica (F01). Segundo o dirigente entrevistado, a base dessa legitimidade encontra-se em replicar os padrões organizativos já consagrados pelas agremiações tradicionais. Ao ressalvar que "ser uma agremiação secular nos festejos carnavalescos" não é condição *sine qua non* para o reconhecimento dessa agremiação, a fala revela a existência de uma hierarquia entre as manifestações carnavalescas (E14), que aponta para a demarcação de posições claras de poder como um aspecto inerente à cultura dessa organização (F05), ao mesmo tempo que descreve os requisitos necessários (F04) para o reconhecimento de autenticidade (F01). Essa inserção de práticas organizativas num ideal de autenticidade revela um processo de evocação das singularidades do festejo (R2).

De acordo com Foucault (2015), a verdade é produzida nas relações de poder e, ao mesmo tempo, produz efeitos de regulamentação; dessa forma, nessa relação poder-verdade, operam diversos mecanismos de veridicção, estabelecendo-se verdades possíveis, bem como incumbindo aqueles que podem dizer o que é verdade. No exemplo acima, o carnavalesco possui a prerrogativa de normatizar com base nesse regime de verdade. Ao mesmo tempo que a fala do carnavalesco, mencionado como liderança, reforça a tradição que lhe confere poder,

[9] Fundada em janeiro de 1962, a Troça Carnavalesca Ceroula de Olinda é uma dissidência da troça Pijama, e sua brincadeira se caracterizava pelo acesso exclusivo de homens no cordão oficial, embora atualmente as mulheres participem da brincadeira. Possui uma das mais respeitadas orquestras do Carnaval de Olinda.

vale-se do poder conferido por essa tradição para atribuir o *status* de autenticidade às práticas. Ainda segundo Foucault (2015), um aspecto importante do que ele chama "economia política da verdade" é o controle, por aparelhos políticos e econômicos, dos mecanismos de difusão e circulação dessas verdades, dentre os quais ele menciona os meios de comunicação. Nesse sentido, "líderes" como o mencionado na matéria têm espaço privilegiado nos meios de comunicação, ao mesmo tempo que esse acesso não só amplifica sua voz e seu poder de regulamentação, como também reforça sua posição de liderança.

A ideia de que essas lideranças operam não só pela via da repressão, mas sobretudo pelo processo de legitimação fundamentado na autenticidade, pode ser evidenciada no modo como a noção de participação popular articula diversas práticas, tanto no âmbito da produção quanto no da experiência do festejo. A ruptura com o modelo de festejo realizado pela capital e cidade vizinha Recife, cuja rivalidade é histórica, tem como marco a intervenção da Prefeitura Municipal, mas sua ênfase na identidade do Carnaval olindense repousa na noção de participação popular que justifica essa ruptura, por oposição ao Recife.

Na matéria jornalística *Olinda entra em ritmo cósmico*, essa condição de festejo participativo é mencionada como uma consequência da abolição do modelo de palanques e passarelas e a essa característica é atribuído o sucesso que, segundo a matéria, o Carnaval de Olinda obtivera com o término da década de 1970, quando o modelo então vigente caíra em desuso:

> A partir de 1977, o Carnaval olindense começou a atrair foliões e turistas em consequência das inovações introduzidas pela Prefeitura de Olinda, abolindo as passarelas, os palanques e os cordões de isolamento, que se tornavam um obstáculo entre as agremiações e o público que comparecia ao mais animado Carnaval de rua que se realiza no País para se divertir à vontade. Com as medidas adotadas, o Carnaval de Olinda tornou-se mais participativo, porquanto as agremiações, juntamente com os moradores, artistas, artesãos e outros, passaram a realizar o mais popular evento do calendário turístico da cidade, cabendo à Prefeitura apenas um trabalho infraestrutural: iluminação, circulação de veículos, material para ornamentação, ajuda financeira dentro das possibilidades do erário municipal e outras ações da alçada do Poder Público. A decoração da cidade passou a ser feita pelos moradores e artistas Olindenses (JC, fev. 1986, nº 12).

Na passagem acima, temos a figura dos moradores do Sítio Histórico como agentes importantes (E06), notadamente os artistas que lá habitam (E16). Essa transposição da vida artística de Olinda para o fazer carnavalesco revela como o cotidiano e a folia se misturam (F03). Os moradores locais e os artistas locais exercem um protagonismo na organização desse festejo (F04). A experiência da folia, por sua vez, dá-se em espaço público (E15), no que se propaga a ausência de barreiras físicas. Assim, observamos um intuito de reconhecer essa participação como uma prática organizativa típica (F02), ao mesmo tempo que enfatiza o uso do espaço público como um modo de se organizar (F05). Esse protagonismo dos moradores e artistas na organização, bem como a ausência de barreiras no espaço público, apontam para a ideia de participação popular (R3), que perpassa tanto a produção quanto a experiência do festejo. Observamos, portanto, ser essa participação um aspecto central desse paradigma que se instaura após a ruptura com o modelo anterior, considerado segregador, tendo em vista que ao folião não desfilante cabia unicamente o *status* de espectador. Essa participação, por sua vez, é ressaltada tanto na folia quanto na organização do evento. Por outro lado, ao mesmo tempo que a matéria coloca a Administração Pública numa posição de mero apoio (a ponto de utilizar a palavra “ajuda” ao se referir às subvenções), afirmando terem os artistas e moradores do Sítio Histórico autonomia nesse processo, a matéria também enfatiza o papel decisório da Prefeitura, na medida em que partiu dela a implantação do modelo participativo.

Essa noção de participação nos remete à ideia de classificação e segregação como técnicas que são operadas no corpo social. Isso porque, é válido ressaltar, a participação não se dá de forma livre e irrestrita. Como vimos, destacam-se nesse processo os moradores do Sítio Histórico, sobretudo aqueles que pertencem à vida artística olindense. Essas lideranças, por sua vez, operam tecnologias de poder no sentido da manutenção de certos *status* bem como na consecução de seus objetivos. Nesse sentido, podemos observar a operação de tecnologias disciplinares, que partem de práticas classificatórias (gênero, orientação sexual, pertencimento

a determinada família, habitação, etc.) para estabelecer uma rede de poder que, ao classificar, normatiza e segrega. Dessa forma, os agentes criam e/ou ocupam espaços físicos ou imaginários de pertencimento, seja demarcados por normas explícitas, seja por um acordo tácito entre os participantes e não participantes, ancorados no regime de verdade, como podemos observar no exemplo abaixo:

> E enumera uma série de características que fazem do Carnaval de Olinda diferente de todos os outros. É um carnaval sem passarelas, sem comissão julgadora, sem palanque oficial, onde todo mundo brinca. O próprio povo decora das ruas da C. Alta. A existência de blocos como As "Virgens de Bairro Novo", onde não desfilam mulheres, só homens, mas vestidos de calcinhas, sutiãs, saias, blusas, saltos altos, muito batom, carmim na cara. Com um detalhe: para desfilar nas "Virgens" tem que ser homem com H maiúsculo, homossexual é banido (DP, jan. 1986, nº 02).

Esse trecho data da década de 1980 e ilustra como a construção da identidade do Carnaval de Olinda passa por um processo de demarcação de fronteiras, na medida em que, ao enumerar as características que o tornam "diferente de todos os outros", a dimensão da participação e seus respectivos mecanismos de inclusão e exclusão tornam-se bastante evidentes. Ao rechaçar as passarelas e as comissões julgadoras (por oposição à vizinha e capital Recife, que utilizava o modelo de passarela), percebemos novamente o uso intensivo do espaço público (E15) como uma prática legitimada (F01) no Carnaval olindense e um modo de se organizar e experienciar o festejo (F05). Por sua vez, ao afirmar essa ausência de barreiras de ordem física e burocrática (comissões julgadoras) — "todo mundo brinca" —, observamos a proposta de um festejo que acolhe (E12), o que mais uma vez insere a participação popular (F02) no *modus operandi* do festejo (F05). O trecho também evidencia a participação popular não apenas no direito de integrar livremente a folia, mas na preparação do festejo, ao reconhecer o papel do povo na decoração das ruas (E06), no intuito de atestá-la como traço do festejo (F02). Por outro lado, se é verdade que o espaço público mostra-se aberto à integração, na medida em que não impõe barreiras ao acesso, as agremiações seguem seus próprios parâmetros. Dessa forma, revela-se a existência de critérios para acolher categorias de foliões ou impedir-lhes o

acesso (E10), o que se revela na heterossexualidade compulsória aos participantes do bloco As Virgens de Bairro Novo, legitimando a prática de desfilar travestido como um direito exclusivo de homens cis e heterossexuais (F01), ao mesmo tempo que revela a prática da normatividade na organização de agremiações (F04). Ao estabelecer que o Carnaval em Olinda é uma construção participativa, ao mesmo tempo que essa participação dá-se sob certos critérios que operam mecanismos de inclusão e exclusão, temos uma demarcação de fronteiras (R1). Esse processo de incluir e excluir, por sua vez, está atrelado à ideia de uma tradição e, neste caso específico, ao se inserir numa problemática de orientação sexual, remete à noção de normalização.

A normalização é um aspecto fundamental discutido por Foucault no que tange à operação de tecnologias de poder, uma vez que as normas concedem inteligibilidade às práticas e revelam as estratégias subjacentes (DREYFUS; RABINOW, 2011). Por outro lado, é válido ressaltar que a normalização, que está intimamente ligada à produção biopolítica, é um processo dinâmico, cujas práticas vão-se modificando ao longo da história, à medida que diagramas de forças se reconfiguram. As questões de gênero e orientação sexual são bastante elucidativas desse processo. Enquanto na primeira década analisada, existia a proibição expressa do acesso de homossexuais a determinadas manifestações, sob a alegação de que aquilo feria a família tradicional, na última década foi criada pelo próprio poder público a "passarela da diversidade", um espaço de folia dedicado ao público LGBT. Embora, em ambos os casos, operem processos classificatórios típicos do disciplinamento, a condição de LGBT perde, ao longo das décadas, o *status* de ameaça à tradição — ou pelo menos tem esse *status* atenuado à medida que lutas sociais se instauram nesse sentido e questionam a vigência de certas verdades.

Segundo Foucault (2015), se o poder agisse unicamente pela via repressiva, seria pouco provável obter obediência; ao contrário disso, sustenta ele, esse poder produz saberes que atravessam o corpo social e, à medida que legitima certas condutas, torna-se menos susceptível

à resistência. Por outro lado, uma menor susceptibilidade à resistência não implica a ausência dela. É nesse aspecto que reside a dinâmica das práticas discursivas. Foucault admite que as práticas discursivas podem transformar-se, trazendo à popularidade vozes silenciadas, estando, portanto, o regime de verdade num processo de revisão contínua (PERALTA, 2007). Dessa forma, observamos que novos campos de possibilidade se estabelecem ao longo das décadas analisadas, como a imagem do turista, que figura como uma ameaça à tradição, sendo posteriormente convertida em audiência para o festejo e indicador de sua magnitude.

> O novo bloco, prossegue, pretende resgatar a tradição das agremiações participantes que vão às ruas com muito humor, alegria, descontração, mas sobretudo com conteúdo político. Por outro lado, acrescenta, o Sai na Marra procurará oxigenar o Carnaval de Olinda com novos ares de folia, rompendo o esquema alegorista-passarelesco que tenta profissionalizar o Carnaval levando em consideração apenas o turismo — ameaçando transformar o melhor Carnaval do mundo numa missa profana (JC, fev. 1986, nº 15).

O exemplo acima evidencia a resistência à ideia de tradição defendida pelas já mencionadas lideranças carnavalescas. Nele, a tradição é descrita como a prática da irreverência (E11) — entendida aqui como a ruptura intencional de protocolos sociais —; da espontaneidade (E13) e da sátira política (E08), bem como pelo livre uso do espaço público (E15), opondo-se aos desfiles das grandes agremiações com alegorias e fantasias ricamente ornamentadas, reduzindo a experiência carnavalesca a um esquema classificatório (desfilante x audiência), visando converter essa experiência num espetáculo com finalidades turísticas. As características apontadas visam legitimar outro modelo de autenticidade que não o defendido pelas lideranças (F01). Enquanto a espontaneidade e o livre uso do espaço público descrevem o que caracteriza esse modo de operar a tradição (F05), a sátira política indica um aspecto do cotidiano que nela se revelam (F03). Já a ruptura com as práticas consagradas pelas agremiações tradicionais indica processos pelos quais essa resistência se organiza (F04). Essa organização da resistência sob um outro padrão de pensar a tradição aponta para uma tentativa de configuração do festejo

(R2), divergente da configuração vigente. É importante observar como nessa passagem outras condições de possibilidade são inseridas no regime da tradição, revelando a existência de grupos no interior das lideranças carnavalescas para os quais a manifestação de verdade vigente não é legitimada, o que revela outras relações de força nesse diagrama de poder.

Como vimos, a tradição que constitui esse regime de verdade e orienta essas práticas de governo atua sobretudo no corpo social, estabelecendo práticas de organizar e vivenciar a experiência carnavalesca, que modificam suas condições de verdade e possibilidade ao longo dos anos, articulando-se, ainda assim, nessa noção de tradição. Nesta formação, observamos as tensões poder-resistência numa dinâmica de governo que não se insere num contexto de Estado. É, contudo, válido ressaltar que o processo que se designa como "profissionalização" do festejo passa pela inserção cada vez maior da Administração Pública, notadamente a municipal, no processo organizativo, à medida que questões populacionais e de segurança se colocam como decorrência da magnitude do evento Carnaval de Olinda. É que discutiremos na próxima formação discursiva.

5.2.2 Segurança da liberdade vigiada

Esta formação discursiva diz respeito a como o Estado mobiliza tecnologias de poder visando a maximizar os ganhos obtidos pela realização do festejo e, ao mesmo tempo, conter as adversidades dele resultantes, seja decorrentes da saturação de infraestrutura, seja dos excessos comuns à folia de momo.

A formação é composta de três regras, quatro funções e 22 enunciados, conforme detalhamos no Quadro 7 e na Figura 3. Das regras, a que define a competência do Estado (R8) é a única que se liga a todas as funções e todos os enunciados. Contudo, observamos que a função de demonstrar o potencial econômico (F14), que na presente formação liga-se exclusivamente à regra R8, revela o quanto a incumbência do Estado alinha-se às questões da

economia. Os enunciados que se ligam a essa função, por sua vez, ocorrem predominantemente a partir dos anos 1990, o que revela a centralidade que o aspecto econômico passa a ter a partir desta década.

Já a regra que enfoca a manutenção de ordem (R6) liga-se apenas às funções que detectam os riscos que o festejo implica (F09) e à necessidade de melhoria nos serviços de apoio (F08). Os enunciados que constituem esse feixe de relações apresentam incidência muito mais significativa entre as décadas de 1990 e 2010, quando as ameaças do festejo ao patrimônio começam a requerer ações mais efetivas de prevenção e correção.

Por fim, o exercício de prerrogativa (R7) por parte do Estado dá-se exclusivamente em função da constatação do risco que o Carnaval implica ao patrimônio e à sociedade e, à exceção das ameaças ao patrimônio histórico, que já era alvo de preocupação desde a década de 1980 (quando já se preocupava com o impacto do número de visitantes no casario), todos os demais enunciados que que constituem essa regra ocorrem a partir da década de 1990.

O Quadro 7 lista os elementos constitutivos das formações discursivas com seus respectivos códigos e a Figura 3 apresenta o mapa de relações desta formação discursiva, indicando como esses elementos a constituem, bem como os anos de incidência dos enunciados.

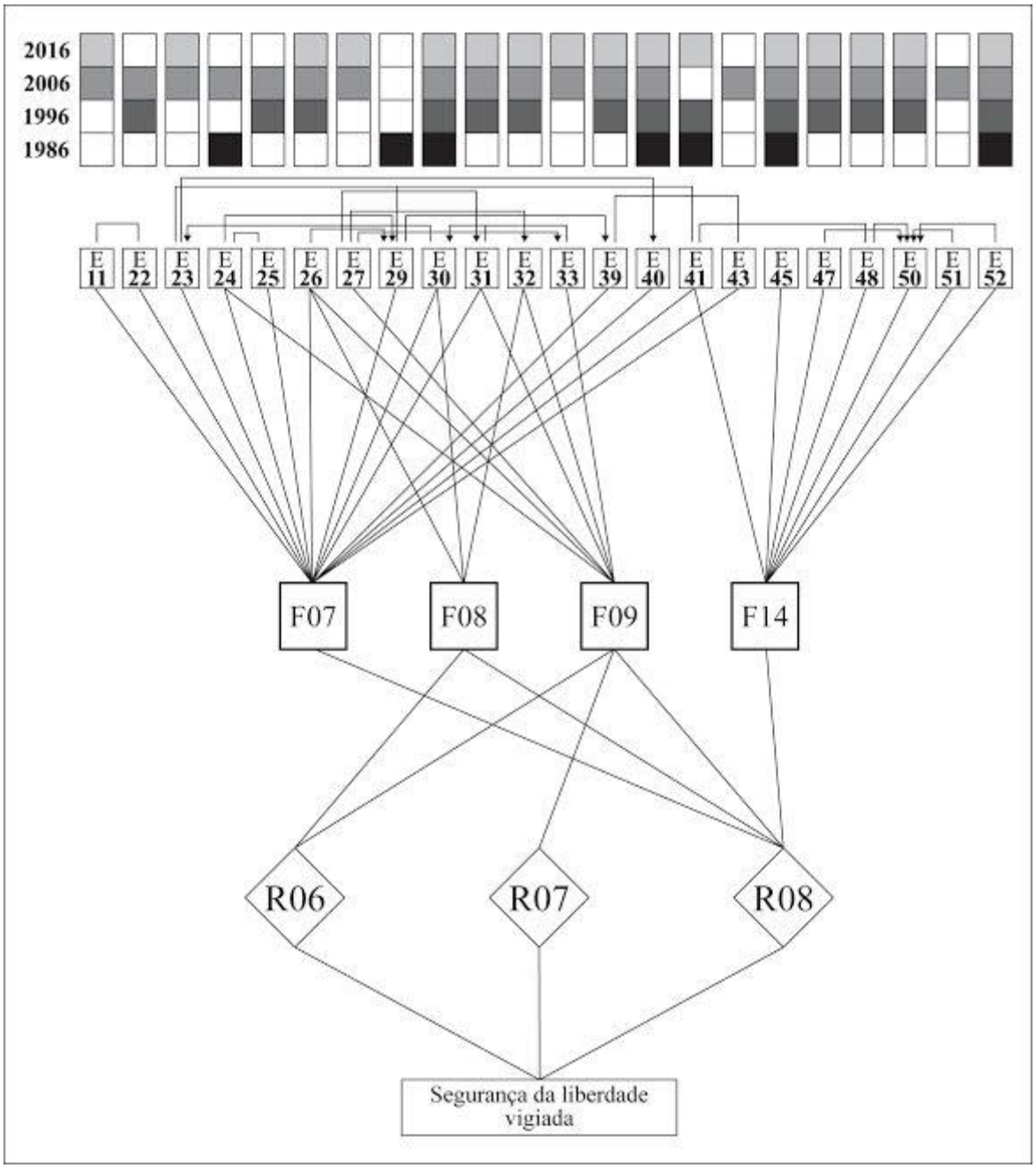
Quadro 7 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 02

Enunciados	
E11	Camarotes representam uma ameaça ao Carnaval de rua
E22	O Carnaval de Olinda segrega foliões genéricos
E23	A precocidade cada vez maior das prévias gera uma sobrecarga para os serviços públicos
E24	O Carnaval ameaça a integridade física do Patrimônio Histórico de Olinda
E25	A infraestrutura urbana de Olinda é insuficiente para suportar a demanda do Carnaval
E26	A PMO articula-se com a Administração Pública e a iniciativa privada para organizar o evento
E27	O Carnaval provoca perturbação de ordem
E29	O aumento de popularidade do Carnaval de Olinda ensejou o desenvolvimento de novas estratégias de organização
E30	O Poder Público organiza e garante serviços essenciais para a folia

E31	Tecnologias de monitoramento são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda
E32	O Carnaval requer ações educativas e de segurança para a população
E33	Práticas punitivas são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda
E39	O patrocínio é um importante mecanismo de financiamento do Carnaval de Olinda
E40	O Carnaval de Olinda possui uma duração ampliada
E41	O turismo em Olinda é intensificado no período carnavalesco
E43	Agremiações mudam suas rotinas para se beneficiarem de políticas públicas e investimentos privados
E45	O Carnaval de Olinda enseja oportunidades de geração de dividendos
E47	O Carnaval de Olinda é objeto de ações de *branding* da PMO
E48	A atração e o acolhimento do turista são objetivos do Carnaval de Olinda
E50	O Carnaval de Olinda é gerido pela PMO como um empreendimento
E51	O título de Primeira Capital Brasileira da Cultura agrega valor ao Carnaval de Olinda
E52	O Carnaval de Olinda proporciona arrecadação à municipalidade
Funções	
F07	Revelar aspectos infraestruturais da organização do evento
F08	Aprimorar prestação de serviços de apoio ao Carnaval
F09	Admitir potenciais consequências adversas do festejo
F14	Demonstrar potencial econômico do festejo
Regras	
R6	Manutenção de ordem
R7	Exercício de prerrogativa
R8	Competência do Estado

Fonte: elaboração da autora.

Figura 3 (5) – Segurança da liberdade vigiada: mapa de relações



Fonte: elaboração da autora.

Conforme discutimos na primeira formação, a organização do Carnaval de Olinda pressupõe um governo, entendido aqui em seu sentido de prática, de conduzir a ação de indivíduos, não necessariamente exigindo um aparato estatal. Nesta formação, contudo, observamos a governamentalidade vinculada ao Estado como um aspecto fundamental. Esse

governo encarrega-se da relação segurança-população, incidindo sobre os corpos na forma de liberdade consentida, que opera tecnologias de poder no intuito de manutenção da ordem.

Antes de discutir essa formação, é importante recordar que, em termos foucaultianos, a prática de governar é anterior aos Estados, tendo essa governamentalidade se inscrito na administração dos Estados, e não o contrário (CIPAGAUTA, 2006). A inserção dessa técnica de governar no contexto dos Estados coloca a problemática da população e da segurança (FOUCAULT, 2015), aspecto que observamos na presente formação discursiva.

Ao se colocar a problemática da gestão população-recursos na formação de uma economia política, essa população se constitui num conjunto de unidades que, se por um lado obedece a uma dinâmica natural da vida, por outro é passível de intervenções articuladas por meios de instrumentos estratégicos (FOUCAULT, 1997). O governo dessa população consiste em provê-la daquilo que necessita para subsistir e, ao mesmo tempo, desenvolver mecanismos que garantam a manutenção de ordem. Sob a racionalidade liberal, em que o governo da população opera sob a premissa da eficiência (tanto no que diz respeito ao poder exercido quanto ao volume de recursos empregados), a segurança figura como um aspecto central à prosperidade (FIMYAR, 2009).

Foucault (2008b) afirma que a liberdade é imprescindível para que haja governo, e não uma ação totalizante; essa liberdade, contudo, é estabelecida dentre dos limites necessários à prática governamental. O dispositivo da segurança opera, pois, sobre a liberdade e tendo esta como um requisito para que os mecanismos de regulação atuem (CANDIOTTO, 2014). Essa questão evidencia-se nos nossos dados no propósito de manutenção da ordem durante o ciclo carnavalesco, cujos esforços advindos do Poder Público procuram minimizar o impacto do festejo tanto do ponto de vista social quanto do ambiental, sem que impeça as manifestações carnavalescas de seguirem seu curso, conforme podemos observar no exemplo a seguir.

> Desde setembro, a cidade já vive em clima de prévias e já estavam sendo feitas ações de enfrentamento aos danos ambientais e sociais. [...] A Prefeitura de Olinda também

> está orientando e fiscalizando diariamente os bares, restaurantes e o comércio informal. Estão sendo observados desde questões de limpeza e poluição sonora. E para evitar acidentes com garrafas e copos de vidro a prefeitura distribui no acesso às concentrações garrafas de plástico. A prática já ocorre nas prévias e vai se estender ao Carnaval, sempre na Praça do Carmo (DP, jan. 2016, nº 11).

Se é verdade que atrair um número cada vez maior de visitantes é um propósito da organização do Carnaval de Olinda, também implica o reconhecimento de que, quanto maior a demanda, maior deverá ser o empenho do Estado em promover o bem-estar e evitar os danos tanto à população quanto à riqueza/patrimônio.

Na passagem, observamos que a Prefeitura reconhece esse potencial de danos sociais e ambientais e, consequentemente, envida esforços no sentido de minimizá-los. O trecho evidencia que a poluição sonora, a manipulação inadequada de alimentos e o risco de acidentes e agressões utilizando garrafas de vidro são pontos de atenção, os quais a prefeitura busca resolução seja pela via da orientação (treinamento), seja pela fiscalização (vigilância).

Na nossa análise, pudemos observar a incumbência do Poder Público de organizar o festejo e garantir os serviços essenciais à sua consecução (E30), bem como a necessidade de promover a segurança da população por meio de ações disciplinares (E32), que têm o propósito de aprimorar a prestação de serviços para o evento (F08). Por outro lado, a necessidade de ações disciplinares (E30) parte da premissa de que o Carnaval implica riscos à cidade e às pessoas, o que implica reconhecer a perturbação de ordem (E27) como um risco inerente ao festejo (F09). Essa premissa de que cabe ao Estado minimizar os riscos que são inerentes ao festejo por meio de um aprimoramento da prestação de serviços remete à manutenção de ordem (R6).

Nesse sentido, o corpo social é dotado de uma liberdade consentida, porém regulamentada, imprescindível a essa organização. Enquanto agremiações e foliões ocupam livremente o espaço público com manifestações carnavalescas, mesmo quatro meses antes do início oficial desse ciclo (o ciclo carnavalesco inicia-se oficialmente no Dia de Reis, 6 de janeiro, término do ciclo natalino, quando a decoração natalina é recolhida), a PMO mobiliza

uma rede de serviços para que essa ocupação resulte no mínimo possível de danos ao patrimônio e à população.

Por outro lado, quanto à técnica, essa segurança pode operar tanto via treinamento quanto por via punitiva, no intuito dessa manutenção de ordem. Na gestão das populações, os mecanismos reguladores que outrora repousavam numa polícia super-regulamentar, desarticulam-se em dois sentidos: uma via incide nos aspectos que concernem à economia, visando maximizar a produtividade, e a outra via incide na repressão às transgressões (FOUCAULT, 2008b).

Nos nossos achados, esse aspecto revela-se na preocupação do Estado com os prejuízos materiais e sociais que podem advir de condutas transgressoras. Na verdade, sob a perspectiva da relação entre população, riqueza e governo, tais condutas são propriamente transgressões na medida em que implicam riscos aos pilares desse governo, quais sejam: a população produtiva e a riqueza preservada e crescente. No exemplo a seguir, veremos como a organização do Carnaval de Olinda trata consumo alcoólico. Os elevados índices de acidentes automobilísticos com morte ou invalidez decorrentes do consumo de álcool por indivíduos que dirigem automóveis constituem-se num problema de segurança pública que se intensifica durante o período momesco, quando muitos foliões optam por se dirigir ao perímetro da folia com seus automóveis particulares. Nesse sentido, existe um aparato legal que dispõe sobre essa conduta independentemente do período carnavalesco, sob a prerrogativa do Estado de estabelecer níveis considerados seguros, fiscalizar a obediência a esses níveis e aplicar sanções caso sejam infringidos.

> Quem pretende ir de carro para o Carnaval de Olinda deve pensar duas vezes antes de exagerar na bebida alcoólica. A prefeitura do município vai utilizar 1.000 bafômetros na saída da cidade [...] numa tentativa de reduzir os acidentes de trânsito relacionados à embriaguez. A ideia, encabeçada pela Secretaria de Saúde de Olinda, é uma das consequências do 1º Fórum de Mobilização Social para o Consumo Responsável de Bebidas Alcoólicas [...] Por isso, além de punitiva, a ação será principalmente educativa. De acordo com o secretário, quem colaborar com os agentes de trânsito e realizar o teste voluntariamente não será multado, mesmo que esteja embriagado. “Neste caso, a pessoa poderá entregar a chave do carro a um

> amigo sóbrio ou deixá-lo aos cuidados da Prefeitura e seguir de táxi.” Quem se negar a fazer o teste será retido e encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML) para passar por um exame clínico. Neste caso, o motorista embriagado será autuado por infração gravíssima (multa de R$ 957,70), além de ter suspenso o direito de dirigir (DP, jan. 2006, nº 06).

No trecho, podemos observar que a Prefeitura vale-se de mecanismos de fiscalização e punição para reduzir os números significativos de acidentes automobilísticos decorrentes da condução de veículos em estado de embriaguez — um fato que se intensifica no período carnavalesco, na medida em que o consumo de bebidas alcoólicas tende a aumentar. Dessa forma, o Poder Público atua em duas estratégias como enfatiza a matéria: educativa e punitiva. Assim, utiliza-se de sua autoridade para inibir transgressões que implicam prejuízos graves.

Em nossa análise, evidenciamos a premissa de que o Carnaval é potencialmente nocivo à ordem (E27), na medida em que os excessos etílicos são comuns e geralmente acarretam prejuízos sociais. Por isso, requer ações educativas e de segurança para a população (E32), uma vez que a Prefeitura opta por promover uma conscientização a respeito disso, ao mesmo tempo que monitora a conduta dos indivíduos (E31), que no exemplo se revela pela utilização de medidores da concentração de álcool no sangue (os bafômetros) e, por fim, na insuficiência dessas ações, recorre a mecanismos punitivos (E33), que no exemplo podem ser evidenciados na condução do suspeito que se recuse a realizar o teste de alcoolemia para exames médicos (em caráter coercitivo) e, em se constatando a infração, aplicação de multa compatível com sua gravidade. Todas essas questões consistem em admitir os riscos inerentes ao festejo (F09), apontando para um necessário uso de prerrogativa do Estado (R7) para garantir a segurança da população.

Nesse exemplo, podemos observar como o biopoder e a disciplina, embora sejam tecnologias políticas que atuam em níveis distintos, complementam-se na segurança da população. O biopoder, ao articular a anátomo-política do corpo à biopolítica das populações, investiga fenômenos naturais e processos biológicos (FOUCAULT, 2014c). Foucault (2005)

menciona um processo de acomodação entre mecanismos de poder que são de natureza distinta: de um lado, mecanismos de poder sobre o corpo individual, via vigilância e treinamento, a disciplina; de outro, fenômenos populacionais ou biossociológicos que atuam sobre as massas.

No exemplo acima, esses conhecimentos biossociológicos articulam-se nas estatísticas e evidências de efeitos do álcool sobre o organismo, níveis considerados seguros para operar máquinas após ingerir tais substâncias, como o consumo etílico se insere em contextos sociais festivos, a exemplo do Carnaval, etc. Toda essa gama de conhecimentos insere-se numa produção biopolítica, na medida em que seus efeitos no corpo social são mensurados e, com base nesses saberes, tecnologias disciplinares são operadas, bem como o Estado assume a prerrogativa de exercer seu poder de polícia, ou seja, a via repressiva do poder. Esse exercício, por sua vez, ampara-se em tecnologias sob o aparato legal: as ações educativas sobre os riscos que o álcool representa cumprem a função de treinamento dos corpos, enquanto os mecanismos de fiscalização, tais como o bafômetro, atestam se houve o cumprimento efetivo da lei e, em se constatando o contrário, aplica sanções também previstas no aparato legal.

Conforme já discutimos, o poder disciplinar opera dirigido às subjetividades, pela internalização desse processo de normatização da conduta. Assim, esses mecanismos de fiscalização, tais como o bafômetro, os fiscais que circulam pelo Sítio Histórico sem identificação clara, as plataformas elevadas de observação instaladas pela Polícia Militar, todas elas apontam para o panoptismo, na medida em que a observação é potencialmente constante. No caso dos bafômetros, a matéria enfatiza que, na insuficiência de aparelhos, os veículos serão submetidos por amostragem. Isso implica que, ao saber da possibilidade de ser fiscalizado e/ou punido a qualquer momento, os indivíduos tendem a internalizar a conduta desejada pelo governo.

Por outro lado, se é verdade que a via vigilância-repressão opera por uma via, o processo de docilização articula população e riqueza também por outros caminhos. Na medida em que

cultura, turismo e lazer figuram como meios para o desenvolvimento econômico das cidades (RICHARDS; PALMER, 2010), a promoção de um folguedo popular como evento público não só gera riquezas, como também proporciona experiências para a população. Nesse sentido, Richards e Palmer (2010) afirmam que muitas cidades valem-se de ativos culturais para promover a prosperidade e "regenerar o tecido social". Dessa forma, podemos observar como o Carnaval de Olinda é assumido pela gestão municipal como uma oportunidade de desenvolvimento, sob a responsabilidade do Estado, respaldada num ideal de desempenho do ponto de vista mercadológico. Isso revela uma gestão municipal preocupada não apenas em garantir a infraestrutura e os serviços essenciais, mas também dotar o festejo de um diferencial competitivo em relação ao Carnaval promovido pelas outras localidades. Podemos observar essa incumbência assumida pelo Estado no exemplo a seguir:

> A seis dias do Carnaval, a cidade de Olinda inicia a contagem regressiva e já demonstra, através de sua arquitetura barroca, a profusão de cores e magia que torna o lugar um dos polos mais concorridos do mundo nesta época do ano. Até o sábado de Zé Pereira, o município recebe os últimos retoques da Prefeitura para oferecer aos visitantes uma infraestrutura que engloba apresentações artísticas, atendimento médico, decoração, orientação turística, e até a abertura de uma conta [...] A multidão esperada do evento, assegura, vai contar com cinco focos de animação, quatro postos de atendimento de informação turísticas com funcionários bilíngues e quatro unidades de pronto-atendimento médico funcionando 24 horas (DP, fev. 1996, nº 18).

O exemplo revela todo um esforço da Prefeitura Municipal para prover o Carnaval de uma infraestrutura e de serviços de apoio, vislumbrando a conversão do festejo num espetáculo, que precisa ser o melhor possível para atrair cada vez mais visitantes: "um dos polos mais concorridos do mundo nesta época do ano". Isso também indica que as atenções estão voltadas sobretudo para o turismo, no intuito de que as pessoas advindas de vários lugares "do mundo" sejam acolhidas e disponham da estrutura adequada (E48). Isso também revela que o festejo representa um empreendimento sob a gestão da Prefeitura Municipal (E50). Esses aspectos demonstram o potencial econômico (F14) que o Carnaval representa para esse governo.

Dessa forma, há um *mix* de atrações (polos de animação e decoração esmerada) e serviços de apoio (posto de informações bilíngue, pronto-atendimento) no sentido de servir ao público, com ênfase na figura do turista. Por sua vez, essa prestação de serviço passa por um reforço de infraestrutura e pela prevenção de danos, o que aponta novamente para a necessidade de ações educativas e de segurança (E32) para a população e os visitantes, o que cumpre a função de aperfeiçoar cada vez mais o setor de serviços (F08) visando a esse propósito e, ao mesmo tempo, admitir os riscos inerentes a esse empreendimento (F09). Por fim, observamos também que a provisão de serviços essenciais, que requerem reforço durante o evento, é uma incumbência da PMO (E30), revelando a dimensão infraestrutural desse processo (F07). Assim, o aperfeiçoamento da produção do festejo, investindo na melhoria de serviços tanto para proporcionar uma melhor experiência quanto prevenir adversidades, revela aquilo que compete ao Estado nessa organização (R8).

Conforme já discutimos, a prosperidade de um Estado está intimamente ligada à sua população e à maneira como esta é gerida no sentido de estabelecer com as riquezas uma relação adequada. Visando a obter essa relação adequada, o Estado opera tecnologias de governo que não se apoiam apenas no aparato da segurança, mas também na promoção de bem-estar (FIMYAR, 2009; NADESAN, 2008). Nesse sentido, podemos dizer que a gestão do folguedo popular insere-se nesse propósito de promover o bem-estar social, que, junto aos mecanismos de segurança, ampliam as riquezas e proporcionam experiências aos indivíduos.

Por outro lado, o interesse crescente nesse investimento cultural aponta para a outra face da prosperidade que visa um governo, sendo o próprio festejo uma via de geração de riquezas e promoção do desenvolvimento local, ao mesmo tempo que se mostra uma estratégia que implica dispêndio de recursos e requer o estabelecimento de parcerias, visando minimizar o dispêndio desses recursos do Estado. A esse respeito, discutiremos na próxima seção.

5.2.3 Menos governo e mais autonomia

Esta formação discursiva indica uma expectativa de centralidade da Administração Pública na provisão de recursos para a viabilização do festejo por parte da população. Revela a relação entre disponibilidade de recursos e as demandas do festejo, apontando para aspectos como eficiência, pontos críticos e contingências.

Esta formação deriva de apenas uma regra, duas funções e 17 enunciados. A regra que remete à insuficiência de governo (R4) deriva da função que aponta as falhas e vulnerabilidades (F06) e da que diz respeito às questões infraestruturais (F07). Dentre essas funções, observamos que os enunciados que incidem na questão da infraestrutura mostram-se relativamente estáveis ao longo das décadas analisadas, enquanto aqueles que assinalam as falhas e vulnerabilidades incidem cada vez mais à medida que as décadas avançam, sobretudo aqueles que se ligam às duas funções, sugerindo que as falhas e vulnerabilidades infraestruturais tornam-se mais acentuadas com o passar dos anos.

O Quadro 8 lista os elementos constitutivos das formações discursivas com seus respectivos códigos e a Figura 4 apresenta o mapa de relações desta formação discursiva, indicando como esses elementos a constituem, bem como os anos de incidência dos enunciados.

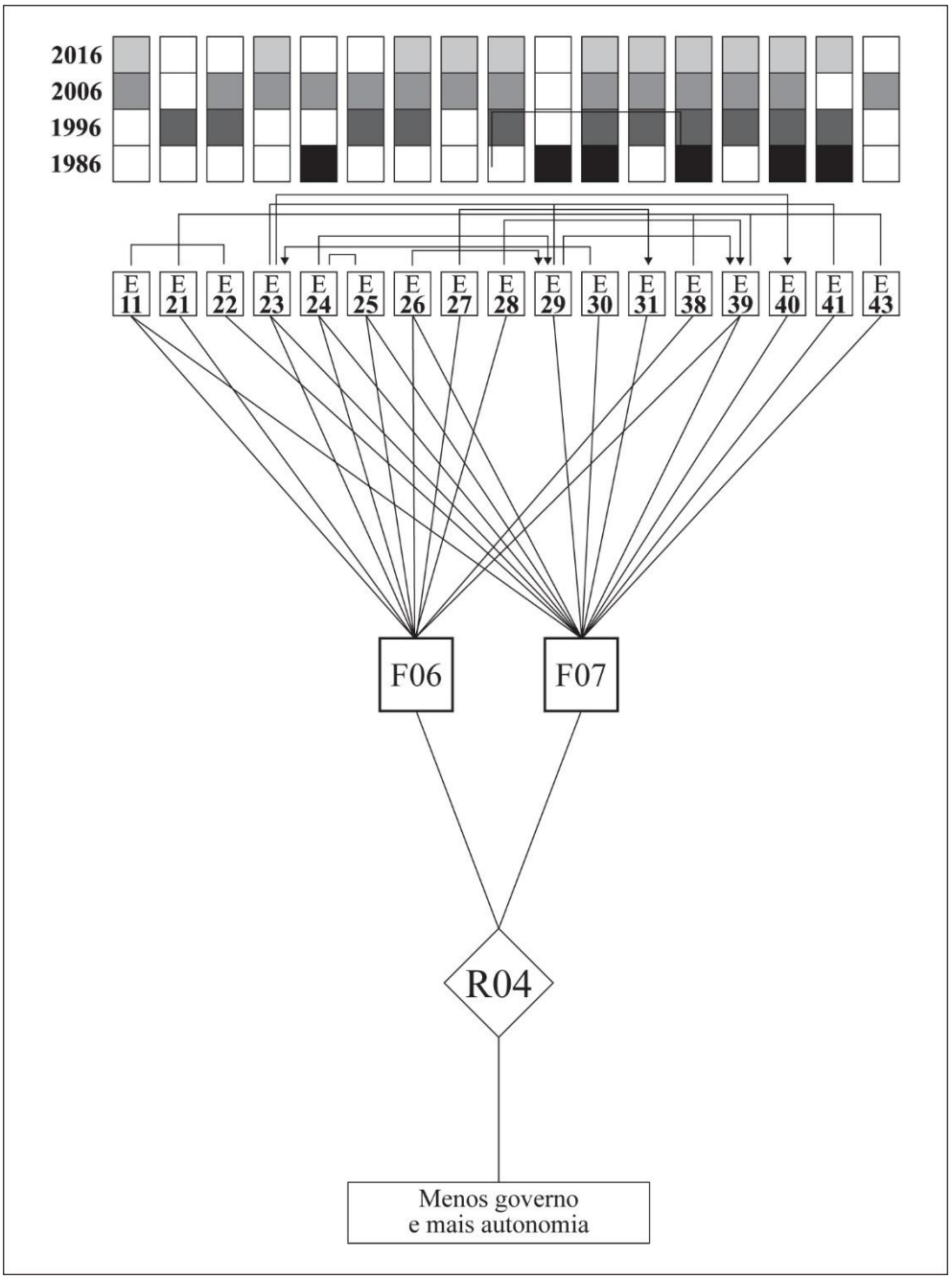
Quadro 8 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 03

Enunciados	
E11	Camarotes representam uma ameaça ao Carnaval de rua
E21	Carnavalescos e artistas formam associações para se fortalecer na organização do evento
E22	O Carnaval de Olinda segrega foliões genéricos
E23	A precocidade cada vez maior das prévias gera uma sobrecarga para os serviços públicos
E24	O Carnaval ameaça a integridade física do Patrimônio Histórico de Olinda
E25	A infraestrutura urbana de Olinda é insuficiente para suportar a demanda do Carnaval
E26	A PMO articula-se com a Administração Pública e a iniciativa privada para organizar o evento
E27	O Carnaval provoca perturbação de ordem
E28	A ação da PMO na organização do Carnaval de Olinda é inadequada
E29	O aumento de popularidade do Carnaval de Olinda ensejou o desenvolvimento de novas estratégias de organização

E30	O Poder Público organiza e garante serviços essenciais para a folia
E31	Tecnologias de monitoramento são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda
E38	Carnavalescos desenvolvem mecanismos de arrecadação para financiar os desfiles
E39	O patrocínio é um importante mecanismo de financiamento do Carnaval de Olinda
E40	O Carnaval de Olinda possui uma duração ampliada
E41	O turismo em Olinda é intensificado no período carnavalesco
E43	Agremiações mudam suas rotinas para se beneficiarem de políticas públicas e investimentos privados
Funções	
F06	Revelar falhas e vulnerabilidades na organização do evento
F07	Revelar aspectos infraestruturais da organização do evento
Regras	
R4	Insuficiência governamental

Fonte: elaboração da autora.

Figura 4 (5) – Menos governo e mais autonomia: mapa de relações



Fonte: elaboração da autora.

A presente formação insere-se na reflexão foucaultiana sobre a governamentalidade liberal, nas relações entre Estado e sociedade no tocante à geração de riquezas e às práticas de governo. Nela, observamos que o governo opera pela eficiência, que pressupõe o dispêndio mínimo de recursos. Essa premissa da eficiência pressupõe um corpo social autogerenciável e

o recurso às tecnologias de poder que operam tanto via mecanismos disciplinares utilizados pelo Estado, quanto via práticas de segregação adotadas pela iniciativa privada sob o aval do Estado.

Para Foucault (2008a), a governamentalidade liberal assenta-se sobre a premissa de que se governa sempre demais; ou seja, em uma espécie de aperfeiçoamento da razão de Estado, essa racionalidade governamental implica um governo cada vez mais enxuto cujas práticas repousam na internalização do governo pela população. Nesse sentido, a sociedade exerce um papel bastante complexo: é a existência dela que pressupõe uma tecnologia de governo, no entanto essa tecnologia é cada vez mais operada por ela mesma, que funciona como um suplemento do Estado, ou seja, uma sociedade que se autogerencia (FOUCAULT, 1997). Assim, temos um governo que se pretende econômico, ao operar baseado na premissa da eficiência.

Nessa racionalidade, as tecnologias de governo operam de forma cada vez mais difusa e menos centrada no aparato estatal, havendo um deslocamento das práticas do Estado para outras esferas, limitando o escopo das funções de que o Estado é incumbido (NADESAN, 2008). Por outro lado, isso requer uma renegociação do compromisso entre o Estado e a sociedade civil (YÚDICE, 2013), um processo permeado por negociações e conflitos. No intuito de ilustrar como a limitação da ação estatal revela-se em nossa análise, apresentamos o seguinte exemplo.

> Os artistas da Cidade Patrimônio da Humanidade, cansados de serem vítimas da falta de estrutura e organização da Prefeitura, quebraram a inércia e resolveram criar a Associação Olindense de Músicos – Assoma. A proposta central da entidade, que atua em forma de cooperativa, é executar, promover e resgatar a cultura pernambucana. A tradição de Pernambuco é de desunião entre os músicos e nós queremos mudar esta realidade, explica o Presidente da Assoma, Marcílio Lisboa. [...] O trabalho da Assoma está sendo, basicamente, captar recursos junto a empresas públicas e privadas para bancar a viabilização dos polos (JC, fev. 1996, nº 32).

O trecho evidencia a premissa de que a Prefeitura Municipal de Olinda (PMO) é incumbida de prover o necessário suporte à realização do evento (E30), no entanto sua atuação nesse sentido é ineficiente (E28), gerando lacunas. Enquanto a premissa de que cabe à PMO

viabilizar o evento remete à infraestrutura dessa organização (F07), o entendimento de que essa função basilar não é cumprida satisfatoriamente indica que esse processo de organizar é permeado por falhas e vulnerabilidades (F06).

A passagem também revela a necessidade de preencher as lacunas deixadas pela atuação do Poder Público, que se materializa na iniciativa dos músicos em se organizar no sentido de tornar a categoria mais competitiva em negociações e na captação de recursos. Essa iniciativa, segundo a matéria, está ancorada na percepção de que os músicos são uma categoria profissional pouco afeita à articulação e que esse aspecto os enfraquece perante o Poder Público e a iniciativa privada. Essa passagem evidencia que os profissionais ligados ao fazer carnavalesco se articulam em associações para fortalecer suas respectivas categorias (E46), revelando, mais uma vez, os pontos críticos existentes na organização do evento (F06), uma vez que a iniciativa tanto sana problemas internos ao grupo — a articulação de músicos vislumbra dotar a categoria profissional, historicamente desunida, de maior poder de barganha — quanto problemas mais amplos, tais como a deficiência de infraestrutura e apoio da PMO.

Ainda nesse trecho, podemos detectar o papel relevante do patrocínio (E39) nessa articulação. Isso porque, ao desempenhar um papel crucial de provimento de recursos, consolidando-se como uma peça-chave na execução do evento (F07), revela a insuficiência do respaldo ofertado pelo Poder Público (F06). A premissa de que a municipalidade tem a incumbência de prover o festejo de recursos para sua viabilização, mas deixa lacunas nesse processo a serem preenchidas pela sociedade indica a insuficiência da ação governamental (R4). Nesse sentido, a negociação do compromisso governo-sociedade revela uma expectativa frustrada desta última, o que termina por empoderá-la na organização do evento: a sociedade assume a responsabilidade de complementar a ação do governo na provisão de infraestrutura, que pressupõe um corpo social autogerível.

Em termos de suporte financeiro, podemos observar tanto a centralidade da figura do patrocinador quanto o ideal de eficiência no uso de recursos no exemplo abaixo:

> Renildo Calheiros disse que o Carnaval este ano vai custar em torno de R$ 6 milhões a R$ 7 milhões (em 2015 foram R$ 10 milhões). "A Ambev, principal patrocinadora, vai arcar com R$ 4 milhões. Esperamos que o governo do Estado repasse pelo menos o mesmo valor do ano passado, R$ 2 milhões. O que faltar será custeado pelo município", explica (JC, fev. 2016, nº 05).

Podemos observar que, no tocante à obtenção de verba, estima-se que a iniciativa privada responda por mais de 50% do total, cabendo à gestão municipal complementar apenas o que não conseguir obter via negociação com outras esferas governamentais e, principalmente, o empresariado. Assim, percebemos que a PMO recorre à realização de articulações tanto com o Poder Público quanto com a iniciativa privada para complementar sua ação (E26) e que a figura do patrocinador é basilar nessa articulação (E39), na medida em que responde por um percentual elevado do custeio do festejo, o que aponta para as vulnerabilidades da organização (F06) e seus aspectos infraestruturais (F07). Essa articulação aponta para uma noção de que o governo, em esfera municipal, seria insuficiente (R4) ao tentar prover isoladamente.

Se é verdade que a premissa da eficiência que limita a ação governamental ao estritamente necessário (FOUCAULT, 2008a) — e na avaliação de muitos setores da sociedade civil, aquém do necessário — pressupõe o empoderamento do corpo social para constituir uma suplementação do governo, esse corpo social autogerível implica o recurso a outras instâncias, não só no sentido da provisão de recursos financeiros, mas também no que diz respeito às tecnologias políticas para manter positiva a relação população-riqueza.

Essa relativa liberdade da população, liberdade esta que é requisito para a ação do governo, evoca mais uma vez a questão da segurança. O poder disciplinar ancora-se numa constante vigilância, cujos mecanismos operam de cima para baixo, mas, simultaneamente, constitui uma rede de poderes que operam de baixo para cima e lateralmente, resultando num fluxo permanente, contínuo e muitas vezes silencioso (RABINOW, 1984). A observação, seja ela

real ou potencial, é um dos principais mecanismos de prevenção à desordem, como podemos observar na passagem abaixo:

> Deve mobilizar um efetivo de 200 homens. Ao longo de todo o trajeto, serão montados, novamente, pontos elevados de observação. Uma ideia que surtiu resultados positivos no ano passado, ajudando no controle dos foliões mais alterados (DP, jan. 1996, nº 01).

O trecho aborda o esquema de segurança montado para as prévias e o Carnaval de 1996, no qual optaram por repetir uma inovação que fora bem-sucedida no ano anterior. Essa inovação, por sua vez, consiste numa tecnologia de monitoramento visando não só conter eventuais perturbações de ordem quanto inibir a ocorrência delas (E31), pela permanente possibilidade de se fazer visível e, portanto, passível de punição. Essa plataforma constitui parte da infraestrutura ofertada pelo Poder Público para a realização do evento (F07), a quem cabe também a prerrogativa de conter pelo recurso à força as perturbações de ordem que eventualmente aconteçam.

Por outro lado, a crença de que não só a segurança pública, como também os serviços públicos de forma geral nem sempre são suficientes é um dos motivos pelos quais muitos foliões optam por brincar o Carnaval em locais fechados, alegando precariedade do espaço público. Com base nessa premissa, novos formatos de experienciar o festejo emergem à medida que não só a busca por maior conforto e segurança, como também o intuito de distinção revelam algumas oportunidades de negócios que se firmarão nas lacunas do serviço público. Além desse aspecto, o Carnaval converte-se cada vez mais num celeiro de oportunidades de geração de dividendos, seja sob a forma de retorno sobre o investimento público, seja pela expectativa de desenvolvimento local. É o que discutiremos na próxima formação discursiva.

5.2.4 Governo orientado pelo mercado

Nesta formação discursiva, as relações de mercado despontam como um importante marcador, que orienta a ação da Administração Pública. Nesse sentido, o retorno sobre os

investimentos termina por delinear uma relação que se mostra de mão dupla entre governo e iniciativa privada, sendo a perspectiva de ganho mútuo o seu principal objetivo.

Quanto aos elementos constitutivos, esta formação é composta de três regras, dez funções e 39 enunciados. Dessas regras, a que diz respeito ao mercado (R9) liga-se a oito funções, excluindo-se apenas a duas funções, as que dizem respeito a melhorar a prestação de serviços no Carnaval (F08) e admitir riscos inerentes ao festejo (F09) — estas, por sua vez, ligam-se apenas à regra competência do Estado (R8), que discutimos detalhadamente na formação anterior. Os enunciados que incidem em R9 ocorrem predominantemente nas três últimas décadas analisadas, muito embora ocorram na década de 1980: neste caso, muitos enunciados que apontam para a dimensão mercadológica do festejo não revelam uma ação efetivamente orientada para o mercado, mas este figura como um meio para que se concretizem determinados objetivos do festejo. Por outro lado, os enunciados que se ligam à função do valor de marca (F13) ocorrem apenas nas três últimas décadas, assinalando a década de 1990 como o início de uma gestão de caráter empresarial do festejo.

Por fim, a regra que remete às parcerias que viabilizam o festejo (R5) liga-se a quatro das dez funções, sendo uma referente às práticas de organização (F04); outra, à infraestrutura (F07); outra, à dimensão econômica (F14), e, por fim, ao papel da mídia (F15). Os constituintes dessa regra, de uma maneira geral, mostram-se relativamente estáveis ao longo das décadas, evidenciando a prática de se firmarem parcerias como uma característica da realização de um festejo dessa magnitude. Por outro lado, a questão da mídia sofre um deslocamento, atribuindo uma posição de destaque nessa parceria para a imprensa nas duas primeiras décadas analisadas e, na última década, a presença de novas mídias e uma posição mais ativa por parte das agremiações no sentido de obter visibilidade e estreitar relacionamento com seus públicos de interesse, promovendo ações que excedam a cobertura jornalística.

O Quadro 9 lista os elementos constitutivos das formações discursivas com seus respectivos códigos e a Figura 5 apresenta o mapa de relações desta formação discursiva, indicando como esses elementos a constituem, bem como os anos de incidência dos enunciados.

Quadro 9 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 04

Enunciados	
E09	Agremiações carnavalescas de Olinda precisam moldar-se a um padrão estabelecido como tradicional para sobreviver
E10	Agremiações carnavalescas de Olinda segregam tipos de foliões
E11	Camarotes representam uma ameaça ao Carnaval de rua
E14	Agremiações e personagens folclóricos do Carnaval de Olinda são ordenados hierarquicamente
E20	Categorias ocupacionais e instituições formam agremiações durante o Carnaval
E21	Carnavalescos e artistas formam associações para se fortalecer na organização do evento
E22	O Carnaval de Olinda segrega foliões genéricos
E23	A precocidade cada vez maior das prévias gera uma sobrecarga para os serviços públicos
E24	O Carnaval ameaça a integridade física do Patrimônio Histórico de Olinda
E25	A infraestrutura urbana de Olinda é insuficiente para suportar a demanda do Carnaval
E26	A PMO articula-se com a Administração Pública e a iniciativa privada para organizar o evento
E27	O Carnaval provoca perturbação de ordem
E29	O aumento de popularidade do Carnaval de Olinda ensejou o desenvolvimento de novas estratégias de organização
E30	O Poder Público organiza e garante serviços essenciais para a folia
E31	Tecnologias de monitoramento são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda
E32	O Carnaval requer ações educativas e de segurança para a população
E33	Práticas punitivas são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda
E34	Bonecos gigantes exaltam personalidades no Carnaval de Olinda
E35	A rivalidade entre as agremiações é profícua para o Carnaval olindense
E36	Agremiações e personagens inovam suas *performances* para se tornarem mais atrativas
E37	Agremiações criam versões infantis para iniciar as novas gerações na folia
E38	Carnavalescos desenvolvem mecanismos de arrecadação para financiar os desfiles
E39	O patrocínio é um importante mecanismo de financiamento do Carnaval de Olinda
E40	O Carnaval de Olinda possui uma duração ampliada
E41	O turismo em Olinda é intensificado no período carnavalesco
E42	A imprensa presta um serviço relevante para o evento
E43	Agremiações mudam suas rotinas para se beneficiarem de políticas públicas e investimentos privados

Quadro 9 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 04

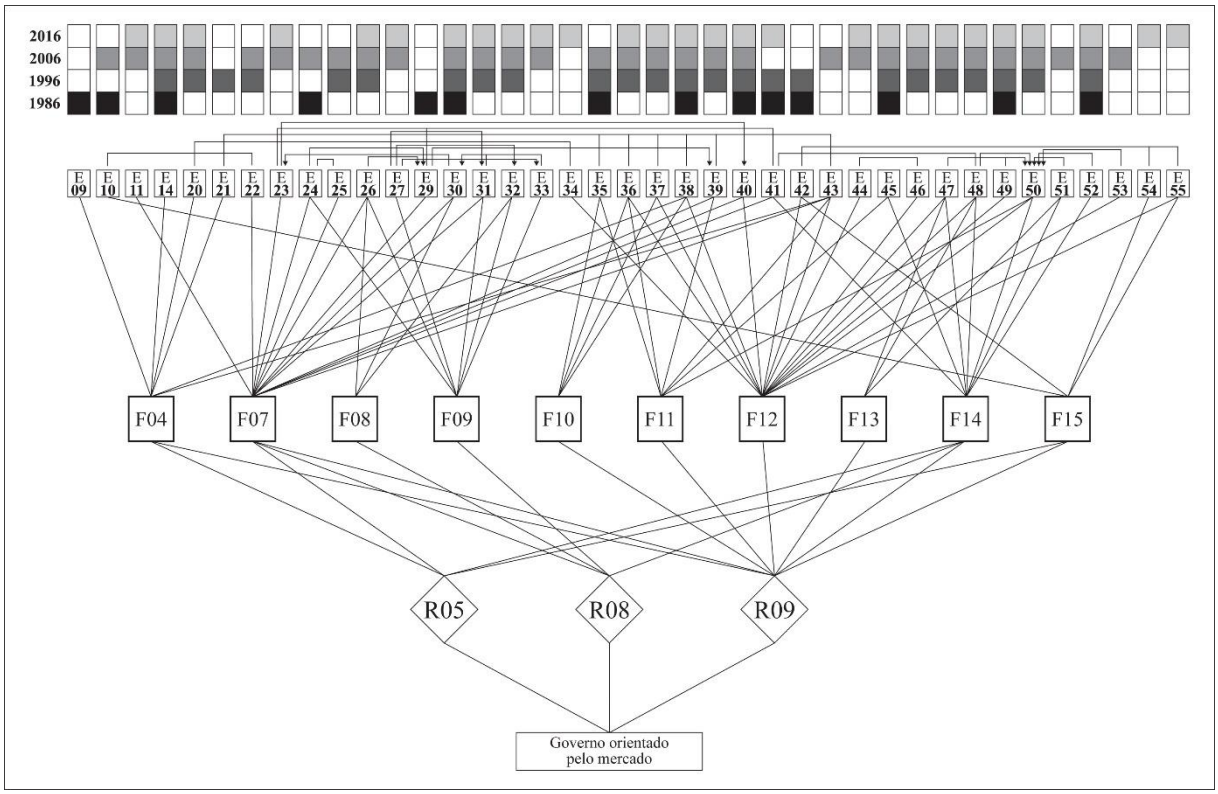
(Continua)

Enunciados	
E44	Agremiações e personagens ampliam seu *mix* de produtos para além das apresentações convencionais

E45	O Carnaval de Olinda enseja oportunidades de geração de dividendos
E46	O Carnaval de Olinda oferece atrações para públicos e preferências diversos
E47	O Carnaval de Olinda é objeto de ações de *branding* da PMO
E48	A atração e o acolhimento do turista são objetivos do Carnaval de Olinda
E49	Carnaval de Olinda é um evento propício para a realização de ações de *branding*
E50	O Carnaval de Olinda é gerido pela PMO como um empreendimento
E51	O título de Primeira Capital Brasileira da Cultura agrega valor ao Carnaval de Olinda
E52	O Carnaval de Olinda proporciona arrecadação à municipalidade
E53	O Carnaval de Olinda é um evento propício para ações de marketing eleitoral
E54	Agremiações buscam obter notoriedade por meio das mídias de massa
E55	Agremiações utilizam mídias digitais para estreitar relacionamentos com públicos de interesse
Funções	
F04	Descrever processos organizativos envolvidos na concepção do evento
F07	Revelar aspectos infraestruturais da organização do evento
F08	Aprimorar prestação de serviços de apoio ao Carnaval
F09	Admitir potenciais consequências adversas do festejo
F10	Proporcionar longevidade de manifestações carnavalescas
F11	Ressaltar estímulo aos negócios promovido pelo festejo
F12	Formatar o Carnaval de Olinda enquanto portfólio de produtos e serviços suplementares
F13	Atribuir valor de marca ao festejo
F14	Demonstrar potencial econômico do festejo
F15	Atestar mídia como agente de visibilidade do evento
Regras	
R5	Parceria estratégica
R8	Competência do Estado
R9	Dinâmica mercadológica

Fonte: elaboração da autora.

Figura 5 (5) – Governo orientado pelo mercado: mapa de relações



Fonte: elaboração da autora.

A presente formação discursiva remete à uma busca de eficiência governamental, que se baseia no *homo œconomicus* como premissa do corpo social, operando técnicas de poder no sentido de mediar interesses entre mercado e sociedade.

Conforme já discutimos anteriormente, no pensamento foucaultiano a prática de governar pressupõe um regime de verdade. Ao problematizar esse governo sob uma racionalidade liberal, que pressupõe um governo mínimo, uma instância se coloca estabelecendo a conexão entre esse governo e a economia política, como um lugar de formação de verdade: o mercado (FOUCAULT, 2008a). Sob essa premissa, o mercado seria esse lócus no qual os efeitos da governamentalidade excessiva poderiam ser mensurados (FOUCAULT, 1997). Isso, contudo, não implica uma anulação do governo, mas a provisão, por parte do Estado, de condições para que o mercado obtenha autonomia; esse processo dá-se em dois níveis:

filosófico, estabilizando a sociedade e disciplinando suas forças, e material, provendo a infraestrutura para que o mercado desenvolva essa autonomia (NADESAN, 2008).

Coexistente a esse governo enxuto e, ao mesmo tempo, um requisito importante para que ele se concretize é a incorporação das práticas de governo pelos indivíduos, tornando-se cada vez mais autônomos e autogerenciáveis. Ao analisar o liberalismo americano, Foucault (1997; 2008a) identifica a tentativa de incorporar a perspectiva econômica a aspectos outros da vida cotidiana que extrapolariam a dimensão do mercado, tais como a vida familiar ou a educação; dessa forma, as mais diversas condutas seriam pensadas em termos econômicos, analisando a relação recursos-finalidades. A economia seria, portanto, uma abordagem passível de orientar toda a ação humana e, consequentemente, a ação governamental (GORDON, 1991).

Com isso, temos o elemento no qual essa racionalidade governamental se apoia, o indivíduo parceiro, governável e responsivo às modificações que se inserem em seu ambiente: o *homo œconomicus* (FOUCAULT, 2008a). Esse sujeito seria, portanto, um empreendedor de si, ao aderir voluntariamente às demandas do mercado, ao mesmo tempo que responde ao seu interesse e que seu interesse converge com o de outros indivíduos (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, 2010; NILO, 2010; GORDON, 1991). Essa concepção de indivíduo seria o ponto de articulação entre a maximização da riqueza individual e da riqueza do Estado.

Para Foucault (2008a), esse *homo œconomicus* é o sujeito do *laissez-faire*, aquele em quem o governo não deve tocar. Nessa forma, esses indivíduos se agrupam unidos pela convergência de interesses, gerando um aquecimento coletivo da economia (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, 2010).

Em nossas análises, embora a figura do mercado, com sua dinâmica peculiar, já tenha figurado em algumas formações discursivas, nesta ele se mostra de forma bastante contundente alinhado à ação do Estado. No exemplo a seguir, mostraremos como a essa busca por eficiência se materializa na organização do Carnaval:.

> "Nós já iniciamos os contatos com os possíveis patrocinadores e prometemos que este será um dos melhores carnavais de Olinda", garante o vice-presidente da Assoma, Paulo Pecado. Mesmo tendo autonomia para negociar valores e espaços com as empresas, a Assoma está atuando sob o comando da Comissão Consultiva do Carnaval, vinculada à Prefeitura de Olinda. A ideia da Assoma é desenvolver um trabalho preocupado com a qualidade, que valorize a cidade e atraia mais turistas para Olinda e para o Estado como um todo (DP, jan. 1996, nº 06).

A matéria da qual o trecho acima foi extraído noticia a articulação dos músicos de Olinda numa associação (Assoma) e os esforços por essa então criada organização para obter patrocínios. A passagem evidencia a articulação em associações de classe como mecanismo de maximização de resultados em torno de um objetivo comum (E21), que descreve os processos pelos quais agentes da organização atuam (F4). No entanto, ao mesmo tempo que a prática associativa fortalece a categoria dos músicos, a matéria revela a existência de uma moderação advinda do Poder Público: embora afirme autonomia da Assoma, sua atuação está vinculada à Comissão Consultiva do Carnaval, ou seja, em última instância subordinada à Prefeitura Municipal de Olinda. Isso revela a existência de uma articulação entre a PMO e agentes públicos e privados no sentido de viabilizar o evento (E26), indicando como essa rede de ação constitui a infraestrutura do evento (F07). Por outro lado, ao vincular o intuito de realizar "um dos melhores carnavais de Olinda" à valorização do município e atração do turista para o município e até o Estado, revela a importância do turismo nas decisões relativas ao festejo (E48), que demonstra os potenciais desdobramento econômicos deste (F14), na medida em que aponta para um horizonte de desenvolvimento local decorrente do sucesso no empreendimento do Carnaval. Tendo em vista que essa articulação tanto sana problemas de ordem infraestrutural quanto aprimora os mecanismos de negociação, configura uma parceria estratégica (R5).

O exemplo evidencia como os músicos figuram como agentes econômicos, na medida em que ao fazer convergir seus interesses com o da PMO no aprimoramento do evento, negociam melhores condições de trabalho para si e, ao mesmo tempo, colaboram para o ideal de eficiência do governo, sendo parceiros no processo de busca de patrocínio, um elemento que,

como vimos, é basilar à infraestrutura do Carnaval de Olinda. A ideia de um corpo social dotado de livre-iniciativa amplia as bases de ação estratégica da PMO. Sabemos que a imprensa é uma importante parceira nas organizações de eventos, na medida em que atribui visibilidade e propicia um alcance cada vez maior. Tanto que a gestão municipal busca propiciar condições de trabalho para os operadores da imprensa. O exemplo a seguir data da década de 1990, marcada pela expansão do uso doméstico da Internet no Brasil, numa matéria intitulada *Ladeiras on-line*:

> A proposta é levar toda a irreverência da folia olindense para a telinha do computador. O site Olinda-on-line conterá informações, textos e imagens, distribuídos em capítulos, todos em permanente atualização, e uma página principal com informações gerais da produção e botões de navegação para lugares e assuntos específicos. Segundo o diretor João Paulo Quérrete, a empresa fechou um acordo com a Prefeitura de Olinda, que vai ceder um espaço na sede da administração municipal, com direito a uma linha digital exclusiva, direto para o True Net, o que permitirá maior velocidade no abastecimento de imagens e informações na rede. Ele garante também ter fechado um acordo com a produção da Rede Globo Nordeste, que vai ceder as imagens para serem digitalizadas e postas na Net. A Imagenharia promete que até o final da semana a home page contará com os links [...] com dados sobre pousadas que ainda disponham de vagas para os foliões retardatários, onde comer e os melhores caminhos para se chegar à Cidade Alta, evitando os congestionamentos (DP, fev. 1996, nº 31).

O trecho acima é bastante emblemático da parceria estratégica (R5), na medida em que destaca o papel das empresas privadas Rede Globo e Imagenharia em articulação com a Prefeitura Municipal no sentido de proporcionar um maior alcance ao festejo, bem como prospectar foliões/consumidores. Nesse sentido, além da parceria firmada entre as empresas mencionadas e a PMO, também revela benefícios para as empresas que atuam nos segmentos turístico, hoteleiro e gastronômico. Dessa forma, a passagem demonstra a importância da imprensa na organização do evento (E42), que atesta o papel da mídia como agente de visibilidade do festejo (F15) e insere-se na infraestrutura necessária ao evento (F7), sendo a comunicação um serviço indispensável para que o festejo tenha adquirido tamanha proporção. Por sua vez, revela novamente a busca, pela PMO, de articulações tanto com outras esferas da

administração pública quanto com a iniciativa privada (E26), o que também aponta para o provimento de serviços infraestruturais (F7). Por fim, ao vislumbrar com essa ação o fortalecimento tanto do turismo quanto dos negócios ligados à gastronomia, a passagem revela tanto a centralidade do turismo nos objetivos estratégicos do evento (E48), quanto um leque de oportunidades de geração de dividendos que o festejo enseja (E45), ambos indicando o potencial econômico do festejo (F14).

A autonomia dos indivíduos no que tange à geração de riquezas evoca uma questão que se colocava como um impasse nessa racionalidade: se é verdade que o *homo œeconomicus* é movido pelo seu interesse, como sobrepor esse sujeito ao sujeito de direitos? Para Foucault (2008a), essa problemática revela a heterogeneidade desses dois sujeitos no que concerne ao poder político e, portanto, a dificuldade de sobreposição entre eles, na medida em que um age movido por seu interesse e o outro implicaria a renúncia parcial a certas liberdades para o cumprimento de um contrato que, por sua vez, existe para garantir condições seguras de exercício dessa liberdade. Por sua vez, num momento em que interesses individuais e coletivos colocam-se como um impasse, o governo procura equilibrar o jogo de interesses (NILO, 2010). A dificuldade de sobreposição entre o *homo œeconomicus* e o sujeito de direito requer um novo quadro de referência para a governamentalidade: a sociedade civil, enquanto realidade na qual o *homo œeconomicus* se insere, na qual se torna possível um governo que administra o social, mas que respeita a especificidade da economia (FOUCAULT, 2008a).

Trazendo esse aspecto para nossas análises, foram observadas diversas situações em que o Estado foi chamado a intervir nos conflitos de interesses entre população e mercado, sobretudo quando as ações empreendidas por agentes deste último implicam o comprometimento do bem-estar de um ou mais grupos sociais. Com relação à mediação de interesses entre mercado e sociedade civil, podemos observar o exemplo a seguir.

> A festa Olinda Beer, marcada para o próximo dia 19 de fevereiro, não poderá ser realizada no terreno onde funcionava o antigo Quartel do Exército (PE), Bairro

> Novo, Olinda, Região Metropolitana do Recife. A Secretaria de Planejamento Urbano, Transporte e Meio Ambiente do município decidiu ontem negar o alvará de autorização para o evento. Segundo o órgão, a decisão foi tomada para evitar que se repitam os transtornos provocados pela festa no ano passado, quando as avenidas Carlos de Lima Cavalcanti, Getúlio Vargas e Marcos Freire, próximas ao quartel, ficaram congestionadas por mais de cinco horas. A prefeitura argumenta ainda que no mesmo dia das prévias ocorre o tradicional desfile das Virgens de Bairro Novo [...] "A cidade não suporta dois eventos grandes no mesmo dia [...]" O empresário Augusto Acioli, um dos organizadores da festa, foi surpreendido com a proibição. Ele descarta o cancelamento do evento, que teve mais de 10 mil camisas-ingressos vendidas até a manhã de ontem.
> (JC, jan. 2006, nº 7)

A matéria da qual o trecho acima foi extraído revela um impasse entre a Prefeitura Municipal e a promotora de um evento de grande porte vinculado ao calendário carnavalesco de Olinda. Aqui, faz-se importante uma breve digressão: o bloco As Virgens de Bairro Novo é uma das mais tradicionais prévias carnavalescas de Olinda, a ponto de ter sido reconhecida por um decreto no ano de 1981 como o início oficial do Carnaval do município, conforme mencionamos no Capítulo 2. A prévia Olinda Beer, por sua vez, consiste num *mix* de *shows* ofertados em estrutura fechada, que iniciou suas atividades na avenida onde ocorria o desfile das Virgens, como uma espécie de camarote, e passou por sucessivas mudanças de local em virtude do aumento significativo de demanda.

No trecho analisado, observamos que uma das principais razões do impasse advém de problemas infraestruturais *versus* demanda de investidores: o bairro onde os dois eventos aconteceriam não comporta dois eventos simultâneos, o que ele justifica mencionando o transtorno causado no ano anterior. Isso evidencia a insuficiência da infraestrutura urbana para suportar a demanda do Carnaval (E25), que aponta para os aspectos infraestruturais do evento (F07). Ao mesmo tempo, evidencia a capacidade de o festejo provocar perturbação de ordem (E27), admitindo suas potenciais consequências adversas (F09).

Por sua vez, também demonstra a incumbência da Prefeitura Municipal de deliberar sobre aspectos relativos ao ordenamento do festejo (E30), tendo em vista a necessidade de conciliar os interesses de investidores (organizadores da prévia), foliões de ambas as prévias e

moradores da cidade, que não devem ter seu direito de ir e vir comprometido em função de um evento que a cidade sedia. Essa premissa tanto revela aspectos infraestruturais da organização do evento (F07) quanto uma tentativa de aprimoramento da prestação de serviços de apoio ao Carnaval (F08). Por fim, o impasse que se coloca também diz respeito à oferta de uma prévia que teve seu alvará de funcionamento negado, implicando um risco de prejuízo financeiro para o realizador do evento. Isso revela o Carnaval de Olinda como um festejo propício para a oferta de serviços de entretenimento por empresas privadas que veem no ciclo carnavalesco uma oportunidade de negócios, evidenciando o potencial de geração de dividendos do evento (E45), o que mais uma vez demonstra o potencial econômico do festejo (F14). É justamente essa potencial lucratividade, e consequentemente os investimentos que fizeram do Olinda Beer uma prévia dessa magnitude, que, no exemplo acima, gera uma sobredemanda para a infraestrutura urbana do município e os serviços públicos (no exemplo, é mencionado o trânsito, mas a matéria completa também aborda poluição sonora, geração de resíduos e aumento da insegurança nas ruas). Essa incumbência de prover o festejo de condições de viabilidade, bem como o dever de mediar esses conflitos, estando constrangido de um lado pela demanda de bem-estar da sociedade e de outro pela demanda de mercado, apontam para a competência do Estado (R8).

Conforme observamos, cabe ao governo, neste caso em esfera municipal (PMO), prover o evento de condições para que os agentes privados realizem seus negócios, o que, no exemplo acima, se materializa na concessão de alvará de funcionamento e de serviços de orientação de trânsito. Por outro lado, no momento em que os interesses dos atores privados acentuam ou mesmo provocam a perturbação de ordem, sobrecarregando os serviços públicos e comprometendo, consequentemente, o bem-estar de parcela da população, o governo é chamado a intervir de forma mais contundente.

Cabe ressalvar que o potencial de geração de riquezas inerente ao evento não se materializa exclusivamente na ação da iniciativa privada. A própria gestão pública municipal,

muitas vezes, opera sob essa premissa ao promover o festejo. Miguez (2012), a respeito da empresarização do Carnaval baiano, alerta-nos para o risco de que a dimensão econômico-mercantil do festejo, cuja existência é inquestionável, venha a suplantar a sua dimensão simbólico-cultural, convocando a gestão pública a formular políticas culturais que incidam sobre essa problemática.

Essa empresarização que o autor menciona é um processo comum aos diversos carnavais do país e, se é verdade que implica um estreitamento de relações cada vez maior com o setor empresarial, também pode apontar a inserção paulatina de sua lógica na dimensão cultural e até mesmo nos serviços públicos. Isso remete à generalização da economia nas mais diversas relações sociais (Foucault, 1997; 2008a), fazendo com que mesmo a gestão pública também compreenda uma manifestação cultural como negócio. Podemos observar esse processo no exemplo a seguir:

> Uma equipe de 65 pessoas está trabalhando a pleno vapor para montar o museu a céu aberto que integrará a cenografia do Carnaval de Olinda nesse ano. Na próxima segunda-feira, peças e elementos alegóricos começam a ser instalados em oito pontos distribuídos pela Cidade Alta, formando o que promete ser a maior decoração carnavalesca que a cidade já recebeu. O tema — Olinda: capital brasileira da cultura — será uma maneira de agradecer o título recebido e uma demonstração de seu merecimento (DP, jan. 2006, nº 22).

O ano de 2006 foi o mandato de Olinda na categoria eletiva de Capital Brasileira da Cultura, tendo sido a primeira cidade a ser reconhecida com esse título. A honraria então deu a tônica de toda a campanha promocional do Carnaval de Olinda, desde a criação de um estandarte comemorativo do título, e consequente cerimônia de lançamento, até a criação de um edital para a seleção de um frevo inédito que versasse sobre a cidade. A matéria da qual o trecho foi extraído mostra os preparativos do Carnaval 2006 empreendidos pela Prefeitura Municipal.

No trecho analisado, evidenciamos que a Prefeitura trata o folguedo popular como um evento de grandes proporções por ela empreendido sob a premissa do desempenho (E50) —

tanto que promete "a maior decoração carnavalesca que a cidade já recebeu", assim como empenha-se em assinalar que é de fato merecedora da honraria. Essa gestão não só demonstra o potencial econômico do festejo (F14), como também a formatação do Carnaval de Olinda enquanto portfólio de produtos e serviços suplementares (F12). Enquanto uma oferta de produtos e serviços de entretenimento, trata-se de um *mix* que assenta numa marca, para a qual a PMO investe em ações de *branding* (E47), na medida em que a Prefeitura busca criar e adicionar valor ao festejo. O trecho também evidencia como a honraria obtida pelo município é capitalizada nesse sentido: dessa forma, todo o esforço de marketing em torno do festejo, que é convertido num *mix*, recebe um valor adicional. Esse valor adicional reside justamente no fato de o município ter sido eleito Primeira Capital Brasileira da Cultura (E51). Esses esforços de *branding* envidados pela PMO consistem numa tentativa de atribuir valor de marca ao Carnaval olindense (F13), o que mais uma vez demonstra o potencial econômico do festejo (F14). Essa ação de marketing aponta para uma dinâmica mercadológica (R9), cada vez mais indissociável do festejo.

Conforme já discutimos, o interesse é a medida da ação do *homo œeconomicus*, e esse interesse tende a convergir com o de outros (FOUCAULT, 2008a). No âmbito do Carnaval, podemos observar cada vez mais a aproximação de atores cujos propósitos são idênticos ou complementares. É o que podemos observar neste exemplo, extraído de uma matéria de 2016, ano em que o orçamento do Carnaval, tanto oriundo do Poder Público quanto de investidores privados, foi comprometido em virtude da crise político-econômica. Na matéria, intitulada *Carnaval da crise*, uma agremiação tradicional de Olinda adere a uma solução inusitada para a insuficiência de recursos:

> O bloco Mulher na Vara[10], que sai há 22 anos pelas ruas de Olinda, viu sumirem os patrocinadores que ajudariam a bancar os gastos com as prévias e a realizar as

[10] Fundada em 1993, a troça Mulher na Vara é conhecida por desfilar com uma vara de bambu conduzida por homens, onde mulheres sobem durante o percurso e são carregadas por algum tempo, revezando com outras

> prévias. “Começamos a nos reunir em maio para organizar o Carnaval. O ano foi passando e os patrocinadores foram desistindo, dizendo que a crise estava apertando. Até que tivemos a ideia de fazer uma festa colaborativa”, explica Eduarda Casanova, colaboradora e membro da diretoria do bloco. O modelo adotado foi de prévia continuada, realizada todos os sábados até o Carnaval, no Garage Food Truck, espaço onde várias marcas desse modelo de negócio se reúnem no Espinheiro, bairro da Zona Norte do Recife. “Para eles, é interessante também, porque atraímos mais público, e para nós, porque temos um lugar para realizar a prévia”, explica Eduarda (JC, jan. 2016, nº 16).

A passagem evidencia a importância da figura do patrocinador, mas também a ação dos dirigentes de agremiações no sentido de manter a continuidade do bloco, optando por envolver o bloco em um novo “modelo de negócios”. Dessa forma, a agremiação firma uma parceria que resulta num *mix* de entretenimento e gastronomia: o bloco realiza sua prévia num Garage Food, uma solução inusitada, na medida em que insere a agremiação num ambiente distinto da tradicional ladeira ou dos bailes de prévias, comuns para arrecadação de verba. Com isso, a marca Mulher na Vara proporciona visibilidade ao negócio local, e a infraestrutura do negócio permite a realização das prévias, bem como favorece a venda de itens do bloco, o que visa ao financiamento do desfile.

A passagem mostra a desistência dos patrocinadores como o incidente crítico que leva os diretores a optarem por um modelo de prévia distinto, dada a importância do patrocínio (E39) tanto na ação do Poder Público quanto nas agremiações, o que aponta não só o estímulo aos negócios de naturezas diversas proporcionado pelo festejo (F11), quanto a criação de novos processos de se organizar (F04). A inserção desse negócio em um esquema colaborativo no qual a prévia se converte num *mix* de consumo (E44) — envolvendo gastronomia, entretenimento, bem como espaço de compras —, rompendo com os formatos convencionais (por convencionais, entendemos os desfiles ao ar livre e os bailes de prévias), confere ao Carnaval de Olinda um caráter de porftólio de produtos e serviços suplementares (F12). Por

---

brincantes. A diretoria do bloco credita a tradição a um acaso: uma foliona teria machucado o pé e sido conduzida pelos amigos em uma espécie de vara, o que teria chamado a atenção de crianças e brincantes locais, dando origem à brincadeira e, consequentemente, à agremiação.

fim, a resistência dos carnavalescos às oscilações financeiras evidencia a prática de desenvolver mecanismos para arrecadar os recursos necessários aos desfiles (E21), demonstrando um compromisso desses agentes com a longevidade de suas agremiações (F10). Essa inserção dos negócios colaborativos na prática organizativa de uma agremiação carnavalesca aponta para a dinâmica mercadológica que perpassa o festejo (R9).

Como pudemos observar, diante da magnitude que o festejo atingiu, as soluções para a sobrevivência de manifestações culturais encontram-se perpassadas pela dinâmica do mercado, que estende sua racionalidade não só aos negócios que dão suporte ao festejo e suas respectivas práticas organizacionais, mas, aos poucos, à totalidade das manifestações culturais, moldando, inclusive, as feições do que se constrói como uma identidade. Assim, se na primeira formação discursiva, observamos fortemente a tradição e a herança familiar como manifestações de verdade que orientam o governo do fazer carnavalesco, temos cada vez mais essa identidade inserida na dinâmica do mercado enquanto local de formação de verdade, na racionalidade do *homo œconomicus* e no imperativo do desempenho. A esse respeito, abordaremos na formação discursiva a seguir.

5.2.5 Generalização do mercado no fazer carnavalesco

Esta formação discursiva denota o processo pelo qual as relações de mercado tornam-se cada vez mais a tônica do fazer carnavalesco, tanto em âmbito macro, na medida em que os patrocinadores convertem o festejo numa grande vitrine para suas marcas, quanto no âmbito micro, uma vez que diversas manifestações culturais típicas do festejo momesco caminham cada vez mais para um negócio altamente rentável. A presente formação revela o outro lado da inserção do mercado no governo: se, na formação anterior, o Estado relacionava-se com o mercado ora como parceiro estratégico, ora como mediador de conflitos de interesse entre

mercado e sociedade, aqui encontramos uma generalização do mercado, em que gestão pública, sociedade e mercado operam sob um mesmo norte.

Quanto aos elementos constitutivos, esta formação deriva de apenas uma regra, oito funções e 36 enunciados. Esta regra, por sua vez, diz respeito à dinâmica mercadológica (R9), que já foi discutida na formação anterior. É válido ressaltar que, devido à complexidade dos seus feixes de relação e à sua consistência, constitui por si só uma formação discursiva. O fato de ligar-se a mais da metade dos elementos constitutivos revelados na análise indica o quanto a dimensão do mercado se faz presente nas mais diversas circunstâncias do festejo (infraestrutura e práticas organizacionais, longevidade de manifestações carnavalescas, ações orientadas para o mercado), ao mesmo tempo que a disposição temporal dos enunciados demonstra como essa dinâmica intensifica-se cada vez mais ao longo dos anos.

O Quadro 10 lista os elementos constitutivos das formações discursivas com seus respectivos códigos e a Figura 6 apresenta o mapa de relações desta formação discursiva, indicando como esses elementos a constituem, bem como os anos de incidência dos enunciados.

Quadro 10 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 05

Enunciados	
E09	Agremiações carnavalescas de Olinda precisam moldar-se a um padrão estabelecido como tradicional para sobreviver
E10	Agremiações carnavalescas de Olinda segregam tipos de foliões
E11	Camarotes representam uma ameaça ao Carnaval de rua

Quadro 10 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 05

(Continua)

Enunciados	
E14	Agremiações e personagens folclóricos do Carnaval de Olinda são ordenados hierarquicamente
E20	Categorias ocupacionais e instituições formam agremiações durante o Carnaval
E21	Carnavalescos e artistas formam associações para se fortalecer na organização do evento
E22	O Carnaval de Olinda segrega foliões genéricos
E23	A precocidade cada vez maior das prévias gera uma sobrecarga para os serviços públicos
E24	O Carnaval ameaça a integridade física do Patrimônio Histórico de Olinda
E25	A infraestrutura urbana de Olinda é insuficiente para suportar a demanda do Carnaval

E26	A PMO articula-se com a Administração Pública e a iniciativa privada para organizar o evento
E29	O aumento de popularidade do Carnaval de Olinda ensejou o desenvolvimento de novas estratégias de organização
E30	O Poder Público organiza e garante serviços essenciais para a folia
E31	Tecnologias de monitoramento são utilizadas para garantir a manutenção de ordem no Carnaval de Olinda
E34	Bonecos gigantes exaltam personalidades no Carnaval de Olinda
E35	A rivalidade entre as agremiações é profícua para o Carnaval olindense
E36	Agremiações e personagens inovam suas *performances* para se tornarem mais atrativas
E37	Agremiações criam versões infantis para iniciar as novas gerações na folia
E38	Carnavalescos desenvolvem mecanismos de arrecadação para financiar os desfiles
E39	O patrocínio é um importante mecanismo de financiamento do Carnaval de Olinda
E40	O Carnaval de Olinda possui uma duração ampliada
E41	O turismo em Olinda é intensificado no período carnavalesco
E42	A imprensa presta um serviço relevante para o evento
E43	Agremiações mudam suas rotinas para se beneficiarem de políticas públicas e investimentos privados
E44	Agremiações e personagens ampliam seu *mix* de produtos para além das apresentações convencionais
E45	O Carnaval de Olinda enseja oportunidades de geração de dividendos
E46	O Carnaval de Olinda oferece atrações para públicos e preferências diversos
E47	O Carnaval de Olinda é objeto de ações de *branding* da PMO
E48	A atração e o acolhimento do turista são objetivos do Carnaval de Olinda
E49	Carnaval de Olinda é um evento propício para a realização de ações de *branding*
E50	O Carnaval de Olinda é gerido pela PMO como um empreendimento
E51	O título de Primeira Capital Brasileira da Cultura agrega valor ao Carnaval de Olinda
E52	O Carnaval de Olinda proporciona arrecadação à municipalidade
E53	O Carnaval de Olinda é um evento propício para ações de marketing eleitoral
E54	Agremiações buscam obter notoriedade por meio das mídias de massa
E55	Agremiações utilizam mídias digitais para estreitar relacionamentos com públicos de interesse
Funções	
F04	Descrever processos organizativos envolvidos na concepção do evento
F07	Revelar aspectos infraestruturais da organização do evento
F10	Proporcionar longevidade de manifestações carnavalescas
F11	Ressaltar estímulo aos negócios promovido pelo festejo
F12	Formatar o Carnaval de Olinda enquanto portfólio de produtos e serviços suplementares
F13	Atribuir valor de marca ao festejo
F14	Demonstrar potencial econômico do festejo

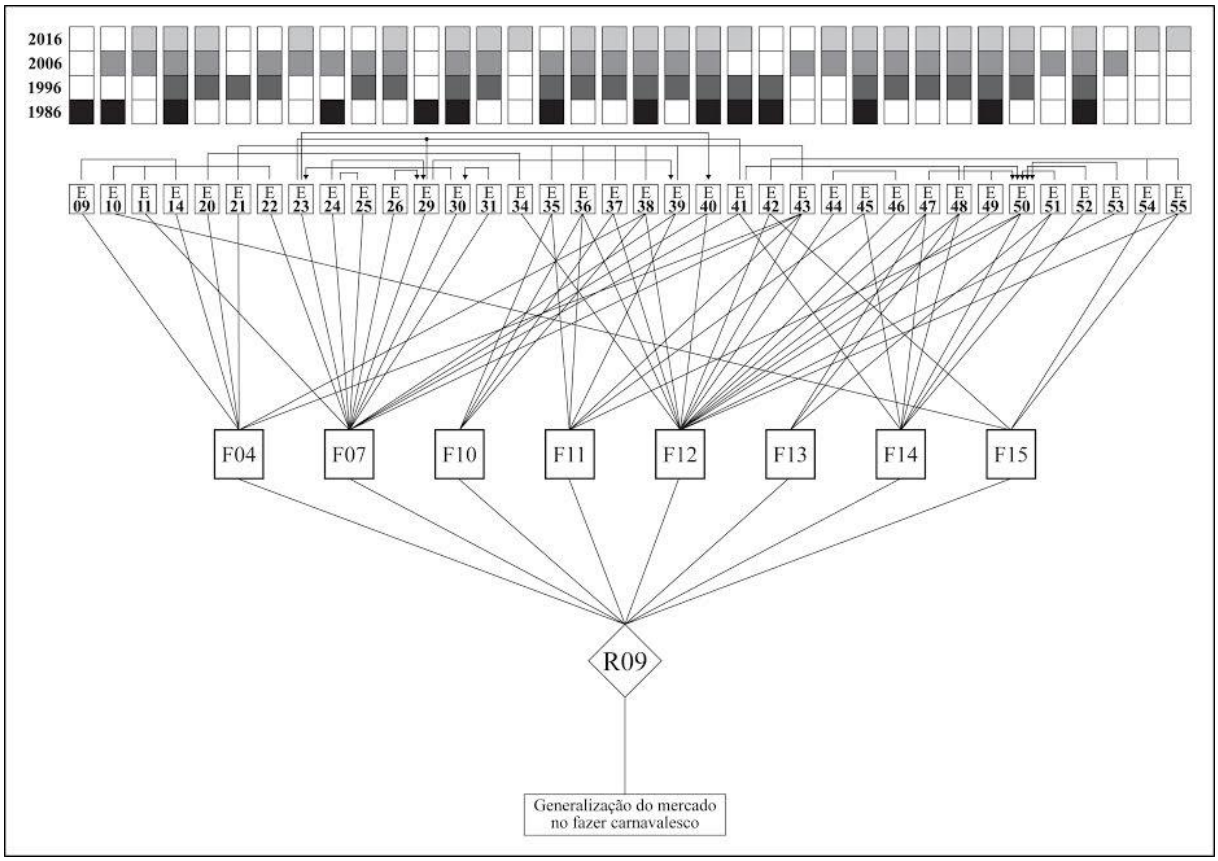
Quadro 10 (5) – Elementos constitutivos da Formação Discursiva 05

(Continua)

F15	Atestar mídia como agente de visibilidade do evento
Regras	
R9	Dinâmica mercadológica

Fonte: elaboração da autora.

Figura 6 (5) – Generalização do mercado no fazer carnavalesco: mapa de relações



Fonte: elaboração da autora.

A presente formação discursiva demonstra uma total autonomia do mercado com relação ao governo, muitas vezes subordinando a ação deste último. Essa autonomia implica a submissão dos corpos à premissa do desempenho econômico, que enseja técnicas de controle baseadas na performance.

O caráter de megaevento e meganegócio inerente aos carnavais do Brasil faz do festejo um complexo organizacional cujas partes são cada vez mais intricadas (Hollanda, 2013). Esse fenômeno remete ao fenômeno da mercadização (tradução livre de *marketization*). Tal conceito remete à difusão da lógica de mercado nas mais diversas esferas da vida em sociedade (ÖZGÜN; DHOLAKIA; ATIK, 2017; MCALEXANDER et al., 2014), inclusive à produção e circulação de produtos culturais e às práticas de gestão pública em várias esferas, quando pautadas por

mecanismos de ação típicos do mercado e de ambientes competitivos (HANSEN; LINDHOLST, 2016). Para Özgün, Dholakia e Atik (2017), um importante aporte para a crítica a esse fenômeno é a análise da governamentalidade neoliberal empreendida por Michel Foucault, na medida em que esse fenômeno não é problematizado na contemporaneidade, mas a partir de uma análise histórica que reconhece a emergência do mercado não de forma reificada, mas como um dispositivo político que emerge de mudanças históricas.

Conforme discutimos anteriormente, o mercado tem ocupado um lócus privilegiado de veridicção e, com isso, as mais diversas relações sociais inserem-se na sua dinâmica (FOUCAULT, 2008a). A assimilação da lógica empresarial pelos mais diversos aspectos da vida cotidiana resulta na sobreposição entre instâncias oriundas de uma base de inteligibilidade distinta, tais como cidadania e consumo. Se é verdade que o *homo œconomicus* consiste numa espécie de empresário de si mesmo, o imperativo do desempenho econômico termina por perpassar as mais diversas instâncias da vida em sociedade. No capitalismo global em que vivemos, torna-se cada vez mais difícil diferenciar o governo das corporações, que constituem um todo por vezes indissociável (NEWMAN, 2009).

Os diversos carnavais do Brasil têm em comum uma estrutura organizacional complexa (e de complexidade cada vez maior), moldada por práticas oriundas da economia que conferem ao festejo a condição de simultaneamente produto e mercado (MIGUEZ, 2012). É produto, na medida em que seu conjunto de manifestações culturais e significados são cooptados num portfólio de ofertas que inserem o festejo numa relação concorrencial com os outros Carnavais do País, contexto no qual se convertem em objetos de troca. É ao mesmo tempo mercado, pois o festejo, sua infraestrutura e sua rede de serviços suplementares representam um espaço concorrido de negociação, no qual se realizam desde pequenos negócios sazonais até grandes contratos de patrocínio, apoio e ações de *branding* diversas. Esse processo insere-se em outro igualmente complexo, pelo qual rituais e eventos culturais, que sempre foram fundamentais ao

cotidiano das cidades, assumem o importante papel de promover o desenvolvimento, ao mesmo tempo que a cultura exerce uma dimensão instrumental nesse processo (RICHARDS; PALMER, 2010).

Nesse contexto, a produção do evento em Olinda, conduzida pela Prefeitura Municipal, incorpora essa generalização do mercado, não só convertendo o festejo num *mix* de ofertas a um público, como também inserindo-o num contexto concorrencial, em que outros carnavais do Brasil competem pela atração do público. Essa gestão do folguedo popular assimila-se a uma ação empresarial, da qual a PMO seria agente e detentora do patrimônio cultural.

> Marcílio Lisboa é o autor da música que será utilizada como jingle da campanha publicitária encomendada para o Carnaval de Olinda este ano. Resumida em 30 segundos, especialmente para a mídia, a música batizada como "Viver Olinda" é um frevo canção que fala das belezas do Sítio Histórico e da alegria da cidade. Segundo Lisboa, a composição é, acima de tudo, um convite a um passeio pelos recantos de Olinda. A Prefeitura saiu ganhando. Não vai pagar nada pelo *jingle*. O cantor garante: "é presente" (DP, jan. 1996, nº 15).

A passagem acima noticia a existência de uma campanha publicitária para o Carnaval de Olinda promovida pela Prefeitura Municipal, o que revela a prática de ações de *branding* da PMO no sentido de promover o evento (E49), cujo intuito é dotar o festejo de um valor de marca (F13). Para tanto, estabelece, como requisito para o frevo-canção a ser composto com esse propósito, a veiculação em espaços de 30 segundos (duração comum a peças publicitárias televisivas e radiofônicas), reconhecendo a importância da imprensa para o alcance desse frevo-canção (E42) e consequentemente a consecução de seus objetivos mercadológicos, o que atesta a mídia como agente de visibilidade do festejo (F15). Essa conversão do festejo numa marca dotada de valor de troca sob a visibilidade da mídia remete a uma dinâmica mercadológica (R9), a única regra que constitui esta formação.

Por outro lado, se é verdade que a gestão municipal tem a incumbência da organização do evento, investindo, inclusive, em ações de marketing para proporcionar uma entrega de valor

aos públicos, podemos observar que o alvo dessas ações não é exclusivamente o folião/visitante/turista/consumidor. O exemplo abaixo diz respeito à parceria entre a marca de bebidas Antarctica e a Prefeitura Municipal de Olinda. Para marcas de bebidas, ser o patrocinador oficial do evento pode garantir exclusividade de comercialização da marca no perímetro da folia e, no caso do ano em questão, além da instalação de peças publicitárias e materiais promocionais diversos, a Antarctica criou um camarote, a Casa da BOA: essa casa, situada na Avenida Prudente de Morais, um dos principais corredores da folia, oferecia, além da infraestrutura aos convidados, *shows* de artistas diversos, que eram realizados na sacada da casa, de forma que os foliões que circulavam pelo espaço público poderiam assistir às apresentações. O acesso à casa-camarote, por outro lado, era bastante restrito: apenas convidados.

> De olho em um mercado bastante promissor, as cervejarias — nacionais ou regionais — apostam no Carnaval Pernambucano como o melhor momento para cativar o consumidor local e também os turistas. Por isso não faltam investimentos em marketing, patrocínios e ações de mídia. Esse movimento acaba favorecendo as prefeituras, agremiações e, é claro, foliões. Na prática, a briga para estar no Carnaval do Estado traduz a disputa pela liderança do mercado. [...] o poder municipal de Olinda ficou com R$ 700 mil. Esses são os valores oficiais dos patrocínios. “Este é o quarto ano em que a Antarctica patrocina, oficialmente, o Carnaval de Olinda. No primeiro, o valor da cota foi de R$ 200 mil. Esse crescimento é consequência da maior profissionalização do nosso Carnaval”, avalia o diretor da Secretaria de Cultura da cidade patrimônio-histórico, Pablo Guimarães.
> (JC, fev. 2006, nº 23)

O exemplo evidencia que o Carnaval, mais que um folguedo popular, consiste num evento de grandes proporções, altamente rentável para marcas que nele investem. Assim, a Prefeitura Municipal vale-se dessa disputa entre as cervejarias para se beneficiar de cotas de patrocínio — de acordo com a matéria, parece haver um maior poder de barganha por parte da Prefeitura, já que o sucesso do processo de profissionalização do Carnaval faz com que marcas disputassem espaço no evento. Assim, a PMO administra o evento como um empreendimento (E50), o que ressalta o quanto o Carnaval representa um estímulo aos negócios (F11) e

demonstra seu potencial econômico (F14). Ao creditar o sucesso das negociações de cota de patrocínio à profissionalização da gestão do Carnaval de Olinda, observamos que o patrocínio constitui um importante mecanismo de financiamento desse evento (E39), o que evidencia que os esforços da PMO para aprimorar suas práticas de organização e a qualidade do evento vislumbram não só o "consumidor final", mas incidem também no relacionamento com a cadeia produtiva, com destaque para os patrocinadores, peças-chave na viabilidade do festejo. Mais uma vez, isso aponta para um aquecimento nos negócios decorrente do festejo (F11) e revela aspectos infraestruturais do evento (F07). Por fim, ainda como resultado desse investimento em "profissionalização" da gestão, temos um festejo que se torna mais atrativo para os anunciantes, demonstrando que não só o evento é objeto de ações de *branding* para sua promoção, como também mostra-se propício para que marcas diversas realizem nele suas ações de *branding* (E49), mostrando que o evento também se converte num portfólio de produtos e serviços suplementares (F12). Novamente, o aumento da performance buscando firmar parcerias mais vantajosas apontam para uma dinâmica mercadológica (R9), evidenciando como o desempenho econômico orienta todo o corpo social e também a ação do governo.

Os dois exemplos acima demonstram como a generalização da dinâmica de mercado perpassa tanto a gestão pública quanto a dimensão simbólica do festejo, colocando a medida do desempenho econômico como indicador de sucesso das práticas. Essa generalização, e o consequente imperativo do desempenho econômico, reveste o festejo de uma forma geral, perpassando as mais diversas instâncias do fazer carnavalesco. No exemplo abaixo, extraído de uma matéria intitulada *Um bom negócio ou uma boa farra?*, observaremos como a premissa da profissionalização também se coloca para as agremiações.

> Produtores vivem o dilema de deixar de lado a diversão e administrar as *empresas* em que se transformaram seus blocos carnavalescos. Uma mesa de bar ou uma calçada de Olinda são pontos prováveis para o surgimento de um bloco de Carnaval. [...] Daí surge o nome da futura agremiação, que tanto pode durar mais um Carnaval, prosseguir por mais de três gerações ou, por fim, deixar a folia de lado e virar um grande negócio. É difícil não pensar na relação diversão x lucro. Afinal de contas, como pagar a orquestra (essencial para manter os foliões animados) e bancar um

> caldo e uma cachacinha (indispensáveis no esquente de turbinas)? [...] Mas e se essa farrinha para amigos íntimos começa a ganhar fama de ser uma das mais animadas do Carnaval e atrair todo tipo de gente? Inevitável, o bloco cresce. [...] Só que, para manter uma infraestrutura e agradar tantos torcedores-foliões, é preciso voltar àquela conversa: grana. Surge então uma diretoria que abre um caderno com lucros e despesas, organiza a venda de camisas e... promove as festinhas, recurso que, está provado, dá certo quando o objetivo é arrecadar fundos para manter o bloco. As prévias do olindense *Enquanto isso* [na Sala da Justiça][11], por exemplo, começou numa noitada com DJs, em 1995, criando inclusive uma nova modalidade de prévias carnavalescas. A ideia agradou tanto que, cinco anos depois, a tal festa já arrecadava dinheiro suficiente para bancar dois carnavais. [...] A solução foi terceirizar uma produtora, que cuida da parte operacional da festa. "Voltamos a nos divertir e só cuidamos da identidade visual e da grade de atrações." (DP, jan. 2006, nº 21) [grifos do autor].

A passagem aborda a trajetória seguida pelas grandes agremiações, às quais a profissionalização da gestão termina por se colocar como um caminho inevitável em virtude do aumento da demanda. Incialmente, temos a prática já consagrada de carnavalescos criarem meios de arrecadação para financiar os desfiles (E38), que remete aos processos organizativos envolvidos na concepção do evento (F04), sobretudo no intuito de preservar suas manifestações carnavalescas ao longo do tempo (F10). Por outro lado, a matéria aponta a sobredemanda como um impulsionador do processo de profissionalização dos blocos. Dessa forma, tornar o desfile de uma agremiação compatível com o tamanho do público requer um reforço de recursos. Nesta época, a realização de festas fechadas, as prévias de blocos, mostrava-se uma opção rentável às agremiações, impulsionando essas agremiações a ampliarem seu *mix* para além daqueles formatos que convencionalmente são utilizados nos festejos de momo (E44), convertendo o festejo num portfólio de produtos e serviços suplementares (F12), sendo esse *mix*, no caso do bloco Enquanto Isso na Sala da Justiça inicialmente composto de apresentação de DJ e posteriormente mais aprimorado, com um apelo mercadológico mais sofisticado, incluindo a

[11] Fundado em 1995, o bloco Enquanto Isso na Sala da Justiça faz alusão ao universo de super-heróis e HQs. Desfila na manhã do domingo, sendo sua concentração no Alto da Sé, onde anualmente os foliões assistem à *performance* de um Homem-aranha, que escala o mirante local (um edifício que abriga uma caixa-d'água e um elevador panorâmico), eventualmente travando uma batalha com vilões. Sua prévia também é um dos bailes mais conhecidos da programação pré-carnavalesca, reunindo foliões fantasiados de super-heróis ou personagens de quadrinhos, e geralmente misturando ritmos carnavalescos com atrações de fora do circuito carnavalesco, como bandas de rock.

identidade visual. Por outro lado, se é verdade que a festa mostra-se financeiramente viável para financiar o desfile do bloco, seu crescimento supera essa finalidade inicial e também enseja novos negócios — neste caso, a terceirização com uma produtora de eventos permitiu à diretoria da agremiação se dedicar apenas ao entretenimento. Mais uma vez, temos uma rede de negócios que gravitam em torno do festejo, oportunizando a geração de dividendos (E45), o que aponta para o estímulo aos negócios (F11) e consequentemente o potencial econômico do festejo (F14).

Se é verdade que a inserção dos corpos na máquina produtiva valeu-se das tecnologias disciplinares, a lógica de mercado, ao se generalizar, opera tecnologias de poder mais intensas que o confinamento característico das disciplinas (DANZIATO, 2010). Isso remete à noção de sociedade de controle, não como uma ruptura brusca com as disciplinas, mas com a generalização destas e sua dispersão no tecido social (HARDT; NEGRI, 2011). Deleuze (2013) afirma que o modelo sociotécnico do controle é a empresa, em seus processos de controle constantes, ilimitados e sempre em aperfeiçoamento.

No caso específico do Carnaval, a racionalidade econômica que permeia cada vez mais estratos do festejo remetem ao entendimento da cultura como recurso, uma perspectiva mais complexa que o entendimento desta como mercadoria: enquanto recurso, as manifestações culturais constituem-se alvo de investimentos visando seu gerenciamento e sua conservação (YÚDICE, 2013). A medida da efetividade desse gerenciamento é o desempenho econômico, que, nesta formação, evidencia-se sobretudo na otimização da *performance* organizacional, que resulta em maiores investimentos e num maior fluxo de "consumidores". Esta é a lógica operativa tanto da gestão municipal quanto dos agentes privados autônimos.

A lógica da empresa permeia a complexa organização carnavalesca há muito: ela se faz presente na competitividade entre agremiações, que as impulsiona à melhoria contínua de *performance*; nas mudanças em elementos tradicionais do festejo para obter incentivos financeiros, seja de políticas culturais, seja de investidores privados; na conversão de

agremiações carnavalescas em verdadeiros negócios, extrapolando a mera arrecadação de recursos para financiar as manifestações carnavalescas e convertendo essa arrecadação (mais precisamente, lucro) num fim em si mesmo; nas negociações entre Poder Público e iniciativa privada para a instalação de focos de folia particulares, tais como os camarotes, muitas vezes contrariando a premissa de que o Carnaval olindense é de rua; nos "polos de animação", cuja lógica subjacente é a da segmentação para ofertas de um *mix* que atenda da melhor maneira à heterogeneidade do público; dentre outros aspectos.

Observamos, portanto, que à medida que o Carnaval de Olinda vai-se transformando num megaevento, insere-se em um novo regime de verdade, o do mercado. Ao mesmo tempo, a tradição, evocada para delimitar um conjunto de aspectos identitários do Carnaval de Olinda, é cooptada por esse fazer empresarial, convertendo-se em mais um valor a ser entregue ao público, conforme pudemos observar no recurso a campanhas publicitárias que utilizam a cultura local como tema. Assim, observamos que as relações de poder inscrevem-se nesse novo regime, quando mesmo os elementos mais tradicionais do Carnaval olindense, remanescentes das agremiações pioneiras, operam nessa dinâmica e buscam sua longevidade pela aderência a essas práticas, seja tornando-se elegíveis a políticas culturais, seja convertendo-se numa marca forte que constrói um relacionamento com seu público.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, realizaremos uma reflexão com base nos nossos achados de forma a responder ao questionamento que motivou o presente estudo: **Como as relações de poder permeiam a organização do Carnaval de Olinda?** Além de discutirmos os aspectos gerais e específicos das formações discursivas analisadas, indicaremos os limites e as limitações do presente estudo. Por fim, apontaremos suas contribuições e os possíveis desdobramentos.

6.1 No reinado de Momo, quem governa Olinda?

Tendo em vista as noções de poder e governo como eixos da presente análise, pudemos observar que o Carnaval de Olinda revela práticas de governo tanto enquanto evento, sob a condução da Prefeitura Municipal, como enquanto folguedo popular, sob a condução de grupos ligados propriamente às manifestações culturais típicas do período momesco. No entanto, cada vez mais esta última dimensão vem sendo incorporada à primeira, com a emergência de novas racionalidades de governo.

O primeiro aspecto que evidenciamos é que as práticas de governo inserem-se em todas as dimensões do festejo, seja nas pequenas agremiações, nas práticas de folia ou mesmo nas negociações envolvendo o Poder Público e o empresariado. Tendo em vista que governar pressupõe dispor as coisas e indivíduos às finalidades a que se propõem, podemos dizer que organização pressupõe governo da conduta de outrem, seja esse governo praticado pelos indivíduos ou circunscrito às instituições. Nesse sentido, a governamentalidade inerente ao Carnaval é um aspecto que se mostra desde práticas de organização menos estruturadas, como

a decoração de ruas por moradores locais, quanto em práticas altamente protocolares, como elegibilidade a subvenções ou segurança pública.

O Carnaval de Olinda, apesar de inserir-se na agenda dos megaeventos carnavalescos do País e assimilar a lógica subjacente a esses eventos, autoproclama-se um Carnaval participativo, do povo e agregador, e por esses traços define sua singularidade. Apesar de ocorrer efetivamente no espaço público e ser este livre de restrições de acesso (como abadás ou ingressos), observamos, na formação discursiva que remete à tradição, como o Carnaval de Olinda legitima seu ideal de tradição e quais as condições de possibilidade desse regime de verdade. Nesse sentido, embora as barreiras físicas de acesso não se coloquem tão claramente, existem mecanismos de segregação que operam sobre os corpos, seja pela posse de recursos que lhes permita ingressar ou não numa agremiação, seja pelas condutas que vão de encontro ao regime de verdade vigente. No tocante à organização do evento, essa questão da participação torna-se ainda mais problemática, na medida em que pressupõe uma aderência ao regime da tradição, aos elementos consagrados pelos grupos que, em virtude desse regime de verdade, ocupam uma posição legítima de governo, ainda que esse regime venha incluindo novos objetos e condições de possibilidade ao longo das décadas.

Essa formação remete às tensões legitimidade-resistência que delineiam esse regime de verdade e que, com o passar dos anos, vai nele inserindo novos objetos e novas condições de possibilidade. A década de 1980, como já mencionamos, foi considerada ponto de chegada do nosso recuo temporal tendo em vista que em seu limiar se instalaram as modificações que se inserem no projeto identitário do que hoje conhecemos como o Carnaval de Olinda. A ruptura com o modelo de passarelas e a consagração da rua como espaço legítimo e irrestrito de folia indica a existência de um projeto, sobretudo da gestão pública municipal, de consolidar esse Carnaval na agenda dos grandes carnavais e demarcar sua identidade em relação aos demais. Nesse sentido, em nossos achados, os enunciados oriundos de documentos dessa década

apontam sobretudo para a tentativa de consolidação de um ideal de tradição, que se assenta nas noções de pureza, autenticidade, participação e fidelidade às raízes. Ao mesmo tempo, esses achados revelam a resistência de grupos cujas vozes são minimizadas ou suprimidas nesse processo de construção de um modelo de autenticidade.

No que concerne às práticas de governo, observamos que elas se prestam a objetivos os mais diversos, desde a preservação desse um modelo de tradição e a adoção deste como traço distintivo em relação aos demais carnavais até a preservação e geração de riquezas e proteção à população. Dessa forma, podemos observar, utilizando como base a reflexão foucaultiana da governamentalidade liberal, como esses aspectos vão se inserindo num modelo de relação governo-população que remete a essa racionalidade em diversos aspectos.

Embora o Carnaval seja comumente tratado como uma manifestação do povo e para o povo, é verdade que desde os tempos mais remotos há a penetração de instâncias formais de autoridade na organização de folguedos populares (como Estado e Igreja), algo que podia ser observado mesmo na Idade Média. Essa presença de uma autoridade, que no nosso caso revela-se no protagonismo do Poder Público na organização e nas práticas decisórias, dá-se porque um folguedo dessa natureza e magnitude envolve inúmeras dimensões da vida pública: uso do espaço público, saúde e segurança públicas, políticas culturais, etc. No Carnaval de Olinda, observamos que o papel assumido pela municipalidade, se num primeiro momento vislumbra tão-somente permitir que o festejo aconteça e provê-lo de recursos para que o povo festeje em segurança, logo se converte no centro de uma teia dinâmica de relações que envolve cidadãos (foliões ou não), agremiações, empresas privadas, serviços públicos, etc., muitas vezes exercendo a mediação de interesses.

Nesse sentido, a formação discursiva que concerne ao dispositivo da segurança remete-nos a como as tecnologias políticas do corpo estão intimamente ligadas à organização dos festejos públicos, evidenciado mecanismos disciplinares e tecnologias biopolíticas. Se é

verdade que houve uma "profissionalização" do Carnaval de Olinda, um aspecto que se colocou ao longo das décadas para a organização desse festejo foi como evitar prejuízos de ordens material, social e ambiental. Esse processo, portanto, passou pelo estudo e desenvolvimento de novas tecnologias para manter as multidões características desse tipo de evento sob controle, pela compreensão de aspectos biossociológicos que incidem nessa multidão (consumo de álcool, práticas sexuais intensificadas na folia, uso de drogas ilícitas, consumo de alimentos sem as necessárias condições de higiene) de modo a promover a segurança dos indivíduos e do patrimônio do município.

É válido ressaltar, no tocante a essas tecnologias políticas do corpo, que o folguedo popular por si só já se insere no propósito de docilizar os corpos para sua inserção na máquina produtiva, na medida em que a ruptura que se dá no Carnaval mostra-se profundamente atrelada à vida operativa das sociedades, desde os tempos mais remotos. Assim, ao promover um festejo, que cada vez mais é delineado como um serviço que é ofertado a um público, alinha-se a esse propósito de docilização para a vida ordinária que se encerra com o limiar do festejo de momo e é retomada com seu término. Por outro lado, não podemos dizer que a vida produtiva e operativa sofre uma completa ruptura com os festejos carnavalescos, já que há toda uma rede de práticas laborais que se intensifica (ou mesmo que é criada) por ocasião do Carnaval.

No tocante a esse aspecto, observamos que a incumbência do Poder Público em promover essa segurança é um aspecto relativamente estável ao longo do período investigado; o que muda, contudo, é a intensidade e a sofisticação das tecnologias políticas e os níveis em que essas tecnologias atuam. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que a ampliação do festejo (seja temporalmente, com as prévias cada vez mais precoces, seja com relação ao contingente de público) torna cada vez mais evidente as ameaças que o festejo encarna à ordem e ao patrimônio público, requerendo esquemas de segurança mais sofisticados e que, muitas vezes, contam com a participação de agentes privados.

Com relação à incumbência do Poder Público, por sua vez, pudemos observar, formação discursiva que remete à relação autonomia-governo, que há uma expectativa da população de que a municipalidade se responsabilize pela provisão dos recursos necessários à realização do festejo. Para os músicos, carnavalescos e dirigentes de agremiações, o Carnaval mostra-se extremamente profícuo para a minicipalidade no que diz respeito à arrecadação e ao aquecimento da economia local, e esses ganhos devem-se sobretudo a expertise e ao empenho desses profissionais ao promoverem o festejo. Por outro lado, a municipalidade reserva-se a prerrogativa de restringir sua atuação nesse sentido ao estritamente necessário. Isso cria um descompasso entre a expectativa da população e a ação efetiva da Prefeitura Municipal. Esses profissionais carnavalescos reivindicam um melhor suporte da gestão municipal, já que se dizem corresponsáveis pelo sucesso do festejo, ao mesmo tempo que denunciam a insuficiência do apoio recebido, tanto no que diz respeito às subvenções quanto aos processos burocráticos.

Embora essa atuação enxuta do Poder Público pressuponha uma autonomia da população no sentido de converter-se numa efetiva parceira na organização desse evento, pudemos observar que essa suplementação do governo pela população é um território de conflitos e negociações entre população e Poder Público, na medida em que, para a população, esse governo é conduzido de forma inadequada e insuficiente. Observamos, contudo, que essa "retração" do governo é um aspecto crítico para a inserção de um agente que cada vez mais tornar-se-á central ao Carnaval olindense: o patrocinador. O patrocínio insere-se nessa lacuna, sendo uma fonte de recurso que tanto atende às demandas do Poder Público quanto dos artistas locais, atuando nos níveis micro e macro do festejo. Por outro lado, o ganho paulatino de relevância dessas parcerias com o empresariado exercerá um impacto profundo na forma mesma de experienciar o festejo, na medida em que, para além do patrocínio, novos formatos de negócios inserem-se no evento, tais como o camarotes e esquemas de *day-use* em pousadas ou bares, propondo-se a suprir lacunas de serviços públicos essenciais, tais como segurança e

banheiros. Essa tendência, que começa a se acentuar na década de 1990, quando a figura do patrocinador torna-se uma peça-chave, começa a deparar-se com certa resistência nos anos 2000, quando a consolidação da oferta de camarotes leva a sociedade a questionar essa segregação assentada na dicotomia público-privada, alegando ser o Carnaval de Olinda um evento público.

Ao abrir espaço para parcerias que viabilizem o festejo, com ênfase nas relações de apoio e patrocínio, a Prefeitura Municipal assinala o mercado não só como parceiro estratégico, onde reside a fonte de parcela significativa de recursos, mas como finalidade da própria ação ao organizar o festejo, o legitimador da ação governamental. Com isso, ao mesmo tempo que a Prefeitura coloca-se como uma empreendedora à frente de um megaevento, o ideal de eficiência pressupõe relações empresariais que repousam sob a perspectiva de ganho mútuo. Assim, se as empresas patrocinadoras obtêm uma visibilidade privilegiada naquele que se proclama como um dos maiores eventos ao ar livre do país, bem como comercialização exclusiva de seus produtos, a Prefeitura minimiza seus investimentos e otimiza sua capacidade operacional, ao mesmo tempo que incrementa seus mecanismos de arrecadação. Nesse sentido, a premissa do *homo œconomicus* orienta a racionalidade governamental, em que o governamento do festejo torna-se cada vez mais difuso. Por outro lado, a mediação de interesses entre as mais diversas células do *homo œconomicus* é uma atribuição que desafia a gestão pública. No caso do Carnaval de Olinda, pudemos observar que cada vez mais a Prefeitura busca cooptar o cidadão e o folião como parceiro, na medida em que busca ofertar o um *mix* segmentado e abrangente de tradições, minimizando as ações de resistência.

Assim, desenha-se uma complexa rede de públicos de interesse em torno do Carnaval de Olinda. Ao posicionar-se como realizadora de um evento de grande magnitude e fazê-lo sob uma ação empresarial, a Prefeitura Municipal vislumbra não só o incremento de arrecadação, como também o fortalecimento de sua imagem institucional e, ainda, o fortalecimento do

turismo, que tem no Carnaval o principal atrativo. Dessa forma, o folguedo popular, agora megaevento, converte-se num ativo, pelo qual a gestão pública formata um portfólio de produtos e serviços, implementa ações de marketing e insere o festejo num processo de troca. Com isso, as manifestações carnavalescas passam a ser integrantes desse *mix*, e os significados partilhados ao longo das gerações tornam-se mais um diferencial.

Embora a década de 1980 já assinale a busca de soluções, do ponto de vista organizacional, para fazer jus ao volume crescente de visitantes, é na década de 1990 que a ação da municipalidade se torna efetivamente uma ação empresarial, buscando obter uma *performance* competitiva. A tendência, que se consolida nessa década, permanece ao longo de todo o período investigado, colocando novos desafios na medida em que as proporções que o evento atingiu supersaturam a infraestrutura urbana e os serviços públicos, comprometendo o bem-estar das populações locais. Isso sugere a primazia da orientação mercadológica sobre o bem-estar social e a preservação do patrimônio material e cultural, revelando a existência de duas esferas dificilmente conciliáveis: a do visitante/consumidor, privilegiada em detrimento do morador/cidadão. Essas duas esferas remetem à dicotomia sujeito de direitos-sujeito de interesses, e a dificuldade de conciliação remete, como já discutimos, aos regimes de verdade subjacentes a cada uma dessas condições. Assim, sendo o mercado um local de veridicção da ação governamental no Carnaval de Olinda, a dimensão do consumo de uma experiência festiva, enquanto orientação de governo, termina por invadir a vida cotidiana dos cidadãos para os quais aquele local, o Sítio Histórico, não constitui um polo de lazer ao ar livre, mas tão somente a sua moradia.

Já na formação que remete à generalização do mercado, observamos que, para além de legitimar a ação do Poder Público, essa instância torna-se ubíqua, moldando até as manifestações culturais consagradas. Nesse sentido, tais manifestações constituem capital e objeto de negociações, tanto pela gestão pública quanto pelos próprios artistas e dirigentes. Por

outro lado, a própria ideia de tradição insere-se no regime de verdade do mercado, convertendo-se num bem passível de troca cujo valor é medido pelo desempenho obtido nessa transação. Se é fato que uma nova racionalidade se coloca para esse governo — que pressupõe autogestão, desempenho máximo, melhoria contínua, "capital humano" —, essa racionalidade incorpora as manifestações culturais como um espetáculo vendável.

Ao mesmo tempo que a tradição converte-se num objeto passível de troca, o ciclo carnavalesco, cada vez mais longo, constitui-se num período de aquecimento de negócios, que representam oportunidades às agremiações não só de arrecadar recursos que possibilitem seu desfile, mas de proporcionar retorno financeiro. O desempenho econômico torna-se, portanto, a medida da ação tanto da Prefeitura quanto das agremiações. Nesse sentido, práticas consagradas muitas vezes são sacrificadas em prol de um benefício econômico, a exemplo das mudanças de percurso de bloco; dos bailes pagos realizados em locais fechados (que excluem grupos de foliões); a criação de camarotes, que caracterizam polos particulares de animação e vão de encontro à premissa do Carnaval de rua, etc.

Embora saibamos que, desde os Carnavais remotos, há toda uma rede de negócios que se aquece nesse período do ano, pudemos observar que a incidência e a finalidade desses negócios deslocam-se ao longo do intervalo estudado. Enquanto, na década de 1980, as práticas mercadológicas inseriam-se na periferia do festejo, em atividades-meio (bordados, arte bonequeira, aluguel de quartos para hospedagem, aluguel de espaços para barracas de alimentos e bebidas), paulatinamente elas vão adquirindo uma centralidade, tornando-se um fim em si. Esse processo torna-se mais evidente em nossos achados a partir da década de 1990, quando a figura do patrocinador torna-se peça-chave e finalidade dos esforços para aprimoramento de desempenho (tanto da gestão pública quanto das agremiações) e, a partir da década de 2000, quando as agremiações tornam-se negócios do mercado de entretenimento.

Um aspecto que se revelou bastante contundente nas formações discursivas que se relacionam à dinâmica mercadológica foi a relevância da mídia na obtenção de visibilidade e, consequentemente, competitividade na agenda dos grandes carnavais do País. Se na década de 1980 tinham na imprensa um parceiro no sentido de promover a cobertura do evento, fornecendo-lhe para tanto uma estrutura adequada, aos poucos a relação tanto da Prefeitura quanto das agremiações com a mídia assume as características de um gerenciamento de imagem e, sobretudo, de relacionamento com públicos de interesse. Sobretudo na última década analisada, observamos uma postura mais ativa das agremiações com relação aos meios de comunicação, não mais se restringindo a obter visibilidade, mas sobretudo buscando um estreitamento de relacionamentos, valendo-se não só da imprensa, mas das mídias digitais.

Os aspectos aqui discutidos evidenciam que o Carnaval de Olinda, sob o discurso da desordem e espontaneidade, apresenta uma complexa configuração organizacional que vislumbra dar conta da magnitude cada vez maior do festejo. Essa configuração é perpassada por relações de poder as mais diversas, que operam sobre os corpos e que emanam de várias instâncias, que não apenas as organizações formais. Nesse sentido, podemos dizer que o Carnaval é atravessado por tecnologias disciplinares e biopolíticas, assim como, ao proporcionar a liberdade, vale-se dela para regular as populações. A proclamada espontaneidade é, então, inscrita nesse processo como um conjunto de possibilidades dentro das quais se dão as práticas de governo. Essas condições de possibilidade vêm-se modificando ao longo das décadas, fazendo com que a questão do "conduzir a conduta" torne-se cada vez mais orientada pelas demandas de mercado.

O Carnaval de Olinda, assim como os demais grandes carnavais do Brasil (Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA), insere-se num processo que mescla elementos de um folguedo popular com a estrutura e os objetivos de um megaevento. Esse processo se caracteriza pela paulatina conversão do folguedo num evento guiado por premissas mercadológicas, tais

como segmentação dos perfis de público, e consequentemente do *mix* de produtos; amplo investimento publicitário, inclusive com ênfase no turismo (neste caso, em articulação com o Governo do Estado); e inserção numa corrida concorrencial com os já mencionados carnavais do País, bem como outras destinações turística.

As questões organizacionais aqui discutidas demonstram que o Carnaval constitui um objeto complexo de estudo das relações de poder e governo não só pelos seus aspectos intrínsecos, mas porque ele revela a racionalidade subjacente às relações Estado-sociedade-mercado de forma ampla, sendo o festejo um reflexo dessa racionalidade. Assim, à medida que o mercado constitui um local de verdade no que diz respeito à saúde, segurança, vida cotidiana de uma forma geral, essa verdade também orienta a organização do Carnaval, moldando-o ao longo dos anos. Isso remete às palavras de Bakhtin, de que a longevidade do festejo carnavalesco deve-se possivelmente ao fato de que ele aglutinou ao longo dos séculos elementos de vários festejos populares e das sociedades, revelando o quanto o mercado orienta os carnavais contemporâneos e sua sobrevivência (como foi a política e a necessidade de unificar uma identidade nacional no passado).

6.2 “Restos de Carnaval”

Após nossa discussão, apontamos agora os limites estabelecidos ao nosso estudo, as limitações encontradas, as suas contribuições (tanto em âmbito acadêmico quanto suas implicações sociais) e, por fim, algumas indicações de estudos que podem se desdobrar da presente investigação.

Os limites do presente estudo dizem respeito sobretudo à delimitação temporal do escopo de investigação e às fontes de dados. No que diz respeito ao intervalo temporal adotado, sabemos que um estudo dessa natureza requer um recuo temporal compreensivo, uma vez que a historicidade das relações de poder e de como elas se articulam com saberes é um aspecto

inerente a esse tipo de abordagem. Contudo, visando elucidar mais aspectos e de forma mais detalhada, optamos por fixar o recuo em apenas quatro décadas, tendo como marco uma década que sinaliza uma ruptura no modelo de organização do festejo (1980). Quanto às fontes de dados, a opção por matérias jornalísticas de jornais de grande circulação no Estado revelou o intuito de manter uma uniformidade ao longo do intervalo de tempo definido, uma vez que essa fonte apresenta uma regularidade tanto no que diz respeito à circulação quanto com relação às pautas: o Carnaval figura regularmente nas pautas de ambos os jornais no período pré-carnavalesco estendendo-se pela cobertura compreensiva durante o desenrolar do festejo.

Embora a escolha das fontes constitua um limite ao escopo de pesquisa, ela também implica algumas limitações. A primeira delas decorre da linha editorial dos respectivos jornais, o que implica muitas vezes a ênfase em alguns aspectos do festejo em detrimento de outros. Para minimizar essa questão, optamos por dois veículos, sendo os únicos do Estado em circulação ininterrupta durante todo o período estudado. Por sua vez, observamos que o conteúdo do jornal impresso torna-se menos denso à medida que o conteúdo digital dos jornais cresce e novos formatos de cobertura surgem. No entanto, por se tratar de um formato distinto do jornal impresso (uma vez que pressupõe interação do público, comentários), não contemplamos neste estudo de forma a preservar a uniformidade dos dados ao longo das décadas estudadas. Outro aspecto decorrente dessa escolha metodológica é o acesso ao fenômeno por um único tipo de documento, o jornal. Por outro lado, embora implique um limite, essa escolha mostra-se fidedigna aos objetivos propostos nesta investigação, na medida em que o discurso jornalístico é, em seus princípios ético e técnico, polifônico. Consideramos, ainda, o fato de que, sendo a imprensa um importante repositório de leituras de uma época, constitui, portanto, um registro valioso das relações de saber-poder que atravessam os períodos analisados.

Quanto às contribuições teóricas do estudo, podemos mencionar a relevância do Carnaval enquanto fenômeno organizacional, um fenômeno que tem atraído a atenção de estudos nesse campo. Dessa forma, buscamos contribuir para essa tendência apresentando uma análise que explora a dimensão do poder de uma maneira difusa no Carnaval de Olinda — considerado um dos maiores do país, mas ainda pouco investigado sob esse aspecto —, sem que se atenha a esta ou aquela instituição envolvida na organização. Por sua vez, se é verdade que a contribuição do pensamento foucaultiano nos estudos organizacionais já é reconhecida, o presente estudo buscou nessa contribuição elucidar: (1) a natureza organizativa do festejo Carnavalesco; (2) como as relações de poder se deslocam ao longo do tempo; e (3) como a lógica do mercado permeia tais relações e a própria manifestação cultural. Sendo a configuração organizacional de um festejo carnavalesco algo complexo e dinâmico, na medida em que, enquanto folguedo popular, envolve uma dimensão simbólico-cultural que invariavelmente é atrelada às relações de poder, o uso da perspectiva foucaultiana possibilitou contemplar o caráter em rede dessas relações de poder, bem como os mecanismos e as técnicas pelos quais esse poder opera e as práticas diversas (culturais, sociais, organizacionais) são legitimadas ou resistem às formas de legitimação vigentes. Nesse sentido, ao articular poder-saber num horizonte temporal dessas relações, pudemos observar como esse poder operou deslocamentos ao longo das décadas investigadas.

Do ponto de vista social, o estudo aponta para a responsabilidade da Administração Pública, nas mais diversas esferas governamentais, com a preservação das manifestações culturais locais. Ao observar como o Carnaval de Olinda insere-se numa agenda nacional de megaeventos, inclusive de orientação turística, percebemos o quanto essas manifestações, ao serem convertidas em ativos estratégicos e inseridas numa lógica de troca, tornam-se vulneráveis, convertendo seu conjunto de significações em uma *performance* vendável. Tendo em vista ainda tratar-se de um município que carrega o título de Patrimônio Cultural da

Humanidade, concedido pela Unesco, a preservação dessas manifestações culturais torna-se um aspecto ainda mais delicado e passível de reflexão. Desse modo, o presente estudo contribui trazendo mais uma questão que envolve o tripé Estado-sociedade civil-mercado, bastante discutido ao âmbito da gestão pública, sob uma perspectiva foucaultiana. Essa perspectiva, sobretudo o recorte ora adotado, possibilita trazer aspectos fundamentais a essa discussão, na medida em que Foucault insere sua reflexão acerca do governo num contexto de emergência de uma racionalidade liberal — indispensável ao entendimento das tensões entre os agentes envolvidos na concepção do Carnaval de Olinda.

Dessa forma, podemos apresentar algumas recomendações de desdobramentos futuros. Um deles é a investigação das agremiações carnavalescas e os aspectos organizacionais no interior delas, bem como as práticas associativas desenvolvidas entre elas. Por sua vez, a questão do turismo, que se mostrou bastante contemplada em nossos achados, pode ser esmiuçada, o que também aponta para a questão da preservação do patrimônio natural e cultural do município e do risco que o fomento a essa prática turística sem a necessária regulação pode representar a esse patrimônio. Já o impacto da lógica desenvolvimentista e da apropriação por grupos políticos e econômicos sobre manifestações culturais populares já é objeto de interesse de vários estudiosos (e.g. Nestor Garcia Canclíni, Renato Ortiz), tendo vários estudos se dedicado aos folguedos populares. O presente estudo pode contribuir para essa problemática não só inserindo o caso do Carnaval olindense nessa perspectiva, como também revelando o papel da gestão pública municipal nesse processo. Por fim, uma vez que este trabalho ateve-se sobretudo à questão do poder inerente às práticas organizacionais, temos aqui um campo profícuo para a compreensão de como essas práticas organizacionais atuam nos aspectos simbólicos do festejo.

Referências

ALVESSON, M.; DEETZ, S. A. "Critical theory and postmodernism approaches to organizational studies". In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. **The Sage handbook of organization studies**. London: Sage, 2006. p. 225-283.

ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. **Revista Atlas**, Dossiê Foucault, n. 3, dez. 2003-mar. 2007, p. 1-24.

ARAÚJO, R. C. B. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. São Paulo, **Estudos Avançados**. v. 11, n. 29, 1997. p.203-216.

ARAÚJO, R. C. B. de. **Festas: máscaras do tempo**. Entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

ATAÍDE, J. **Olinda, Carnaval e povo**: 1900-1981. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda: 1982.

AVELINO, N. Foucault e a recionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 229-286, set.-dez. 2016.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARATT, E. Foucault and the politics of critical management studies. **Culture and Organization**, v. 10, n. 3, pp. 191–202, set. 2004.

BAUER, M. W.; AARTS, B. "A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos". In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOGARD, W. "Deleuze and Machines: A Politics of Technology?". In: POSTER, M.; SAVAT, D. **Deleuze and new technology**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009. p. 15-31.

BORGES-NETO, J. L. Foucault genealógico: considerações de método para a possibilidade de uma análise do poder. Inquietude, v. 3, n. 2, p. 287-299, ago.-dez. 2012.

BURRELL, G. Modernism, post-modernism and organizational analysis 2: the contribution of Michel Foucault. **Organization Studies**, v. 9, n. 2, p. 221-235, 1988.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006.

CANDIOTTO, C. Técnicas de poder, segurança e liberdade. **Ecopolítica**, v.8, p. 2-18, jan.-abr. 2014.

CARVALHO, C. M. P.; MADEIRO, G. Carnaval, mercado e diferenciação social. O&S, v. 12, n. 32, jan.-mar. 2005.

CASTRO, E. O governo da vida. **Ecopolítica**, v. 3, p. 69-98, 2012.

CIPAGAUTA, H. C. **Foucault y el sujeto político**: ética del cuidado de sí. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2006.

DaMATTA, R. **Carnaval, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DaMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANZIATO, L. J. B. O dispositivo de gozo na sociedade do controle. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 430-437, 2010.

DELEUZE, G. "Post-scriptum sobre as sociedades de controle". In: Deleuze, G. **Conversações**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 223-230.

DIXON, M. A. Transforming Power: expanding the inheritance of Michel Foucault in organizational studies. **Management Communication Quarterly**. v. 20, n. 3, 2007, p. 283296.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FERREIRA, R. S. A sociedade da informação como sociedade de disciplina, vigilância e controle. **Información, cultura y sociedade**, v. 2, p. 109-120, 2014.

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 35-56, maio-ago. 2009.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France** (1970-1982). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, G.; SOUTO MAIOR, M. Carnaval, carnavais. **História**, São Paulo, n. 9, p. 81-91, fev. 1974.

GADINI, S. L.; CAMARGO, I. Representações femininas a partir de grupos masculinos no carnaval brasileiro: uma perspectiva folkcomunicacional na maior festa popular do país. **Folkcomunicación**, n. 77, ago.-out. 2011.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o *homo œconomicus*. **Psico**, v. 41, n. 3, p. 332-339, jul.-set. 2010.

GORDON, C. "Governmental rationality: na introduction". In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault Effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 1-52.

HANSEN, M. B.; LINDHOLST, A. C. Marketization revisited. **International Journal of Public Sector Management**, p.29, n.5, p. 398-408, 2016.

HARCHAMBOIS, A. M.; PONTUAL, V. **As ameaças do Carnaval de massa ao patrimônio de Olinda. Olinda: Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada**, 2007.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HOLLANDA, B. B. B. de. País do Carnaval! País do Carnaval? (Uma apresentação alentada ao dossiê: Carnavais & Organizações). **O&S**, v. 20, n. 64, p. 99-109, jan-mar. 2013.

KNIGHTS, D. "Michel Foucault". In: LINSTEAD, S. **Organization theory and postmodern thought**. London: Sage, 2004.

LE TEXIER, T. Foucault, le pouvoir et l'entreprise: pour une théorie de la gouvernementalité managériale. **Revue de Philosophie Économique**, v. 12, p. 53-85. 2011/2.

LEAL, W. B. **Olinda**: 100 anos de frevo. Recife: Publikimagem, 2008.

LECLERCQ-VANDELANNOITTE, A.; ISAAC, H. Technologies de l'information, controle et panoptique: pour une approche deleuzienne. **Systèmes d'information et management**, v. 18, n. 2, p. 1-24, 2013.

LOSSIO, R.; PEREIRA, C. História e estórias do carnaval em Pernambuco. **Folclore**. Recife, março, 2008. P.314-338.

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. Educação & Realidade, v. 29, n. 1, p. 199-213, 2004.

MCALEXANDER, J. H.; DUFAULT, B. L., MARTIN, D. M., SCHOUTEN, J. W. The marketization of religion: field, capital, and consumer identity. **Journal of Consumer Research**, v.41, p. 858-875, 2014.

MCKINLEY, A.; STARKEN, K. "Managing Foucault: Foucault, management and organization theory". In: MCKINLEY, A.; STARKEN, K. **Foucault, management and organization tehory**: from panopticon to technologies of self. London: Sage, 1997, p. 1-13.

MIGUEZ, P. O Carnaval da Bahia: um desafio para as políticas culturais. **Repertório**, n. 19, p.136-138, 2012.

NADESAN, M. H. **Governmentality, biopower, and everyday life**. New York: Routledge, 2008.

NASCIMENTO, E. M. V. **Memória de Olinda**: história, psicanálise, paixão e arte. Salvador: Edufba, 2009.

NEGRI, A.; HARDT, M. **O trabalho de Dioniso**: para a crítica ao Estado pós-moderno. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – Pazulin, 2004.

NEWMAN, S. "Politics in the Age of Control". In: POSTER, M.; SAVAT, D. **Deleuze and new technology**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009. p.104-122.

NILO, T. Alguns apontamentos sobre a governamentabilidade liberal e/ou neoliberal a partir de Michel Foucault. **Kínesis**, v. 2, n. 3, p. 345-358, abr. 2010.

NÓBREGA, T. S. Câmara Cascudo e o "Carnaval! Carnaval!": breve análise da crônica cascudiana e de perspectivas atuais do carnaval natalense. **Imburana** – revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN. n. 5, p. 115-123, fev./jun. 2012.

OLINDA. Lei nº 5.306, de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre os festejos carnavalescos no Minicípio e dá outras providências. **Lex**: http://www.camaraolinda.pe.gov.br/legisolinda.

OLINDA. Títulos. **Prefeitura de Olinda**. Disponível em: https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/titulos/. Acesso em: 12 abr. 2016.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ÖZGÜN, A.; DHOLAKIA, N.; ATIK, D. Marketization and Foucault. **Global Business Review**, v.18, n.3, p. 1-12, 2017.

PEDROSO, M. T. M. O conceito de "poder": comparando a proposta clássica de Steven Lukes e seu uso na ciência política com a sociologia de Pierre Bourdieu. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2014, p. 29-52.

PERALTA, E. **Abordagens técnicas ao estudo da memória social**: uma resenha crítica. Arquivos da Memória, n. 2, p. 4-23, 2007.

PERRONE, C. M.; DIAS, A. C. G.; SANTOS, A. S.; SOBROSA, G. M. R.; ENGELMAN, S. Geração Y e sociedade de controle: desdobramentos acerca do trabalho. **Revista de Ciências Humanas**. v. 48, n. 1, p. 154-175, abr. 2014.

QUEIROZ, M. I. P. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RABINOW, P. **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Política e trabalho**: revista de ciências sociais, n. 24, p. 27-57, abr. 2006.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICHARDS, G., PALMER, R. Eventful cities: cultural management and urban revitalisation. St. Louis: Butterworth-Heinemann, 2010.

ROULEAU, L. Théories des organisations: approches classiques, contemporaines et de l'avant-garde. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2007.

SANTOS, R. M. Federação Carnavalesca de Pernambuco e a perseguição aos maracatus rurais: o caso do Maracatu Indiano. **V Colóquio de História**: Perspectivas Históricas, historiografia, pesquisa e patrimônio: nov. 2011.

SAVAT, W. "Deleuze's Objectile: From Discipline to Modulation". In: POSTER, M.; SAVAT, D. **Deleuze and new technology**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009. p. 45-62.

SEBE, J. C. **Carnaval, Carnavais**. Rio de Janeiro: Ática, 1986.

SOIHET, R. Reflexões sobre o carnaval na historiografia: algumas abordagens. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n.7, 1999.

STIVAL, M. L. Do poder ao governo e do saber a veridição. **Discurso**, v. 45, n. 2, p. 335-344, 2016.

THIRY-CHERQUES, H. R. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova**, São Paulo, nº 81, 2010. p. 215-148.

TÓTORA, S. **Foucault**: biopolítica e governamentalidade neoliberal. REU, v. 37, n. 2, n. 2, p. 81-100, dez. 2011.

TUCHERMAN, I. "Michel Foucault, hoje ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade". In: QUEIROZ, A.; CRUZ, N. V. e. **Foucault hoje?** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

VÄLIKANGAS, A.; SEECK, H. Exploring the Foucauldian interpretation of power and subject in organizations. **Journal of Management and Organization**, v. 17, n. 6, p. 812-827, 2011.

VEIGA-NETO, A. Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, set.-dez. 2009. p. 83-94.

VIDAL, F. M. C.; ANDRADE, E. L. Civilizar para carnavalizar: propostas de um carnaval moderno em Pernambuco (1935-1985). **Simpósio Internacional Processo Civilizador**: nov. 2009.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.